



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SUL-RIO-GRANDENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

JULIANE LAGUNA DAS NEVES

**O ENSINO DE DIREITOS HUMANOS E A FORMAÇÃO OMNILATERAL NA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DOS ESTUDANTES DO IFSul
CÂMPUS CAMAQUÃ**

Charqueadas
2025

JULIANE LAGUNA DAS NEVES

**O ENSINO DE DIREITOS HUMANOS E A FORMAÇÃO OMNILATERAL NA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DOS ESTUDANTES DO IFSul
CÂMPUS CAMAQUÃ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Charqueadas do Instituto Federal Sul-rio-grandense, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.
Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica

Orientador(a): Profa. Dra. Renata Porcher Scherer

Charqueadas

2025

N518e

Neves, Juliane Laguna das

O ensino de direitos humanos e a formação omnilateral na Educação Profissional e Tecnológica dos estudantes do IFSul Câmpus Camaquã. / Juliane Laguna das Neves. Charqueadas, RS, – 2025.

133 f.

Dissertação – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio grandense Câmpus Charqueadas, Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT).

“Orientadora: Profa Dra Renata Porcher Scherer”

1. Direitos humanos. 2. Formação omnilateral. 3. Educação Profissional e Tecnológica. I. Título.

CDU 377

Catálogo na Publicação:

Bibliotecário Fernando Scheid - CRB 10/1909



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SUL-RIO-GRANDENSE**



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

JULIANE LAGUNA DAS NEVES

**O ENSINO DE DIREITOS HUMANOS E A FORMAÇÃO OMNILATERAL NA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DOS ESTUDANTES DO IFSul
CÂMPUS CAMAQUÃ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 06 de junho de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Renata Porcher Scherer
Instituto Federal Sul-rio-grandense
Orientadora

Profa. Dra. Viviane Inês Weschenfelder
UNISINOS

Profa. Dra. Marta Helena Blank Tessmann
Instituto Federal Sul-rio-grandense



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SUL-RIO-GRANDENSE**



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

JULIANE LAGUNA DAS NEVES

Oficina: Direitos Humanos - Trabalho e Igualdade Social

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 06 de junho de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Renata Porcher Scherer
Instituto Federal Sul-rio-grandense
Orientadora

Profa. Dra. Viviane Inês Weschenfelder
UNISINOS

Profa. Dra. Marta Helena Blank Tessmann
Instituto Federal Sul-rio-grandense

AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa só foi possível graças ao apoio e incentivo de algumas pessoas e instituições, às quais deixo registrada minha mais sincera gratidão. Agradeço, em primeiro lugar, à minha orientadora, Dra. Renata Porcher Scherer, pela escuta atenta, pelas orientações sensíveis e precisas e por todo o incentivo ao longo desta jornada. À minha família e amigos, pelo apoio incondicional, carinho e compreensão nos momentos de ausência e cansaço ao longo de todo o processo, em especial à minha mãe e à minha filha, amo vocês. Ao Patrick Vieira por ter sido meu apoio constante nas páginas desta dissertação e nos capítulos da nossa vida, sempre sendo meu porto seguro.

Ao Instituto Federal Sul-rio-grandense – Câmpus Camaquã, pelo espaço concedido para a realização da pesquisa, e aos estudantes que participaram com dedicação, contribuindo de forma significativa para os resultados alcançados. Ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), pela oportunidade de crescimento acadêmico e profissional que me foi proporcionada. Ao professor Dr. André Lopes por gentilmente ceder o espaço de sua aula para a realização da oficina, contribuindo para o desenvolvimento do produto educacional desta pesquisa.

À banca avaliadora, nas pessoas das professoras Dra. Viviane Inês Weschenfelder e Dra. Marta Helena Blank Tessmann pela leitura atenta, pelas contribuições valiosas e pela generosidade em disponibilizar seu tempo e conhecimento para qualificar este trabalho. Aos professores do mestrado, pelas trocas de conhecimento, apoio e incentivo e a todos que, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho se tornasse possível, meu muito obrigada. Que esta pesquisa possa somar ao fortalecimento da educação em Direitos Humanos no contexto da educação profissional e tecnológica.

"Minha presença no mundo não é a de quem se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história." (Freire, 2014)

RESUMO

Esta pesquisa propõe abordar o ensino de Direitos Humanos e a Formação Omnilateral na Educação Profissional e Tecnológica dos estudantes do IFSul Câmpus Camaquã e a consequente necessidade de uma formação voltada para a humanização dos estudantes, pretendendo-se alcançar a formação ética e para a cidadania por meio da Educação em Direitos Humanos. A problemática vem no sentido de compreender como o ensino em Direitos Humanos está sendo desenvolvido nos cursos de ensino médio integrado no IFSul Câmpus Camaquã e os sentidos que os estudantes atribuem ao ensino em Direitos Humanos. O objetivo geral é analisar os conhecimentos acerca de Direitos Humanos na vida acadêmica e na formação omnilateral dos estudantes. A metodologia da pesquisa foi desenvolvida em três momentos: o primeiro de revisão bibliográfica, o segundo com a realização de entrevistas e o terceiro com a aplicação de um produto educacional sobre a educação em Direitos Humanos na perspectiva da formação omnilateral. A pesquisa revelou que a abordagem dos Direitos Humanos no currículo do ensino médio integrado do Câmpus Camaquã é limitada quando comparada ao foco na formação técnica e pouco integrada às disciplinas propedêuticas. As percepções dos estudantes variam conforme o curso, demonstrando diferentes compreensões sobre liberdade, equidade, proteção social, necessidades básicas e proteção de direitos fundamentais, como educação, trabalho e segurança. As categorias cidadania e trabalho emergiram da análise textual discursiva a partir das entrevistas com os estudantes. Como produto educacional, a pesquisa resultou na criação de uma oficina intitulada: Direitos Humanos - Trabalho e Igualdade, com o objetivo de introduzir conceitos fundamentais dos Direitos Humanos, com enfoque no trabalho digno e na igualdade social. Os achados da pesquisa reforçam a necessidade de ressignificar o ambiente educacional como território de construção cidadã e de promoção da dignidade humana, ao evidenciar lacunas curriculares e percepções dissonantes entre os estudantes, a pesquisa aponta para o desafio de institucionalizar a educação em Direitos Humanos como eixo estruturante da formação omnilateral.

Palavras-Chave: Direitos Humanos. Formação Omnilateral. Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT

This research aims to address the teaching of Human Rights and Omnilateral Education in Professional and Technological Education at IFSul Camaquã Campus, highlighting the need for a humanized educational approach that fosters ethical development and citizenship through Human Rights Education. The central issue lies in understanding how Human Rights education is being implemented in the integrated high school programs at IFSul Camaquã Campus, and the meanings students assign to this educational approach. The main objective is to analyze students' knowledge regarding Human Rights within their academic life and in their omnilateral formation. The research methodology was developed in three stages: first, a literature review; second, the conduction of interviews; and third, the implementation of an educational product focused on Human Rights Education from an omnilateral perspective. The findings reveal that the inclusion of Human Rights in the integrated high school curriculum at Camaquã Campus is limited compared to the emphasis on technical training, with little integration into general education subjects. Students' perceptions vary depending on their course, demonstrating different understandings of freedom, equity, social protection, basic needs, and the safeguarding of fundamental rights such as education, work, and security. From the discourse textual analysis of the interviews, two key categories emerged: citizenship and work. As an educational product, the research led to the development of a workshop titled Human Rights – Work and Equality, aiming to introduce fundamental Human Rights concepts with a focus on decent work and social equality.

Keywords: Human Rights. Omnilateral Education. Professional and Technological Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição geográfica dos Câmpus do Instituto Federal Sul-rio-grandense	50
Figura 2 - Metodologia de Análise Textual Discursiva (ATD), contemplando todas as etapas do processo	58
Figura 3 - Faixa etária dos estudantes de ensino médio integrado – Câmpus Camaquã	72
Figura 4 - Distribuição de gênero dos estudantes de ensino médio integrado - Câmpus Camaquã.....	72
Figura 5 - Etapas a serem observadas na Pedagogia Histórico-Crítica (SAVIANI, 1999)	92
Figura 6 - Declaração dos Direitos Humanos resumida	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pesquisas selecionadas.....	21
Quadro 2 – Procedimentos metodológicos	58
Quadro 3 - Cidades em que residem os estudantes do ensino médio integrado do Câmpus Camaquã	73
Quadro 4 - Unitarização e categorização das questões da entrevista	80
Quadro 5 - Oficina “Direitos Humanos - Trabalho e igualdade Social”	91
Quadro 6 - Avaliação da questão aberta sobre a oficina	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de resultados obtidos para o descritor “Direitos Humanos” combinado com outras palavras-chave	20
Tabela 2 - Avaliação do eixo pedagógico na oficina	99
Tabela 3 - Avaliação do eixo comunicacional na oficina	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDHEP - Associação Nacional de Direitos Humanos: Pesquisa e Pós-Graduação

ATD - Análise Textual Discursiva

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEFET - Centros Federais de Educação Tecnológica

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNEDH - Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

IFs – Institutos Federais

IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina

IFSul – Instituto Federal Sul-rio-grandense

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais

MG – Minas Gerais

NAPNE - Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas

NEABI - Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas

NUGED - Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNDH - Plano Nacional de Direitos Humanos

PNEDH - Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos

PPP - Projeto Político Pedagógico

PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

RBEDH - Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos

SEDH - Secretaria Especial de Direitos Humanos

SNDH - Secretaria Nacional dos Direitos Humanos

TALE - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1	OS DIREITOS HUMANOS E A EDUCAÇÃO: PRODUÇÕES ACADÊMICAS NO BRASIL (2018 A 2023)	19
2.2	A HISTÓRIA DOS DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	28
2.3	A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	36
2.4	DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO OMNILATERAL E O ENSINO MÉDIO INTEGRADO.....	39
3	METODOLOGIA.....	48
4	OS DIREITOS HUMANOS NOS DOCUMENTOS PEDAGÓGICOS DO IFSUL CÂMPUS CAMAQUÃ.....	59
4.1	CIDADANIA, TRABALHO E DIVERSIDADE: A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS DO IFSUL CÂMPUS CAMAQUÃ SOBRE DIREITOS HUMANOS	70
4.2	REFLEXÕES SOBRE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	82
4.3	ENTRE O DEVER E O DIREITO: O TRABALHO COMO PRÁTICA SOCIAL...85	
5	PRODUTO EDUCACIONAL.....	91
5.1	AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	99
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
	REFERÊNCIAS	107
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – PAIS OU RESPONSÁVEIS (TCLE)	113
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	118
	APÊNDICE C – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO MENORES DE IDADE (TALE)	116

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa propõe abordar o ensino de Direitos Humanos e a Formação Omnilateral na Educação Profissional e Tecnológica dos estudantes do IFSul Câmpus Camaquã e a consequente necessidade de uma formação voltada para a humanização dos estudantes, pretendendo-se alcançar a formação ética e para a cidadania por meio da Educação em Direitos Humanos. A problemática da pesquisa vem no sentido de compreender como o ensino em Direitos Humanos está sendo desenvolvido nos cursos de ensino médio integrado no IFSul Câmpus Camaquã e os sentidos que os estudantes atribuem ao ensino em Direitos Humanos.

Esta pesquisa está vinculada à linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica, que trata dos fundamentos das práticas educativas e do desenvolvimento curricular na Educação Profissional e Tecnológica, em suas diversas formas de oferta, com foco nas estratégias transversais e interdisciplinares, que possibilitem formação integral e significativa do estudante, sustentados no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico, em espaços formais e não formais.

Nessa linha, a pesquisa faz parte do Macroprojeto 3 — Práticas Educativas no Currículo Integrado, o qual abriga projetos que trabalham na perspectiva do currículo integrado que venham a contribuir para a qualificação das práticas pedagógicas e avaliativas integradas em direção à superação da dualidade estrutural nas diversas ações de ensino, tendo como pilares o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, com suporte da interdisciplinaridade e das diversas relações existentes no mundo do trabalho.

A escolha do tema está diretamente ligada à minha experiência de vida, tanto profissional quanto acadêmica. Sou estudante do 8º semestre do curso de Direito e a busca pelo direito do ser humano sempre me fascinou, o conhecimento das leis nos traz um novo olhar sobre vários prismas e acredito que o conhecimento sobre Direitos Humanos no ensino médio integrado seja essencial para a formação omnilateral dos estudantes, tendo papel fundamental no processo de formação crítica e profissional do cidadão.

Profissionalmente, sou servidora do IFSul Câmpus Camaquã desde 2012 e, como servidora, sempre exaltei o comprometimento do instituto com a formação cidadã dos estudantes, além de sua missão de propiciar uma educação gratuita e de

qualidade, contribuindo para o desenvolvimento local e regional, tentando superar os cenários de exclusão social. A educação traz mudanças significativas na formação cidadã, tanto sociais quanto de percepção de realidade na qual se está inserido, possibilitando a transformação do sujeito em sua construção diária, enquanto também constrói a sociedade e a cultura.

O conhecimento adquirido e construído nesse processo de ensino e aprendizagem dos Direitos Humanos pode se tornar ferramenta para a construção de uma melhoria na realidade social, fundamentada na igualdade de direitos, com sujeitos conscientes, com uma postura ativa e reflexiva diante dos processos de violência e exclusão em situações cotidianas nos quais estão inseridos. Para se alicerçar um ensino que possibilite essa conscientização de seus sujeitos e a mudança do meio onde estão inseridos, é primordial que o panorama onde ela é construída e ofertada seja democrático. Para isso, o ensino de Direitos Humanos é de grande importância no fazer educacional e não deve ser dissociado de políticas e práticas educacionais.

O supracitado tema me instigou a refletir sobre mudanças na educação e as direções que elas podem tomar. Defendo a educação em Direitos Humanos cumprindo uma função social fundamental à formação das novas gerações, difundindo valores essenciais à vida em sociedade. O objetivo geral desta pesquisa foi analisar os conhecimentos acerca de Direitos Humanos na vida acadêmica e na formação omnilateral dos estudantes dos cursos de Ensino Médio Integrado do IFSul Câmpus Camaquã.

Parte-se da compreensão de que a formação omnilateral, conceito oriundo do pensamento marxista e aprofundado por autores como Gramsci e Saviani, propõe o desenvolvimento integral do ser humano em suas múltiplas dimensões — intelectual, ética, cultural, política e social —, superando a lógica fragmentária e tecnicista que ainda predomina em muitas propostas curriculares da educação profissional. Nessa perspectiva, a educação deixa de ser apenas preparação para o “mercado de trabalho” e passa a ser um processo formativo voltado à emancipação dos sujeitos, à construção da cidadania crítica e à afirmação da dignidade humana.

Como objetivos específicos, primeiramente entendemos a concepção de Direitos Humanos na perspectiva educacional e compreendemos a formação Omnilateral na mesma concepção. Após, mapeamos o estudo de Direitos Humanos

existente na grade curricular dos cursos do IFSul Câmpus Camaquã e verificamos por meio de entrevistas a percepção dos estudantes sobre os Direitos Humanos. Por fim, desenvolvemos, aplicamos e avaliamos uma oficina como produto educacional ¹sobre a educação em Direitos Humanos na perspectiva da formação omnilateral.

Compreende-se a formação omnilateral como um processo educativo, que articula dimensões cognitivas, éticas, políticas, sociais e culturais, superando a lógica da formação unilateral. Parte-se da premissa de que a educação deve formar sujeitos críticos, autônomos e socialmente engajados, capazes de intervir na realidade a partir de uma perspectiva emancipatória.

A omnilateralidade afirma que o processo formativo deve encontrar seu sentido no ser humano integral, então me pergunto: é suficiente formar as novas gerações para o trabalho? Vencer os conteúdos e saber desenvolver uma profissão é suficiente para integrar a sociedade? Não! A educação em Direitos Humanos é uma saída para que tenhamos sujeitos emancipados, que intervenham em sua própria realidade, exercendo e defendendo sua democracia.

A educação é um processo de passagem de conhecimentos, estimuladora do raciocínio do estudante para a formação de uma experiência cidadã; abrange mais do que memorização de conteúdo, educa-se para a vida e para a defesa de seus direitos como pessoa humana. Para Sader (2007, p. 80), “Educar é um ato de formação da consciência — com conhecimentos, com valores, com capacidade de compreensão”. Sendo assim, o processo educacional é muito mais vasto do que a chamada educação formal, que se dá na esfera dos espaços escolares.

O ensino de Direitos Humanos como processo formativo ético, crítico e político, convertendo-se em parte integrante do direito à educação, viabiliza a emancipação ao incentivar a

[...] formação de atitudes orientadas por valores humanizadores, como a dignidade da pessoa, a liberdade, a igualdade, a justiça, a paz, a reciprocidade entre povos e culturas, servindo de parâmetro ético-político para a reflexão dos modos de ser e agir individual, coletivo e institucional. A formação crítica diz respeito ao exercício de juízos reflexivos sobre as relações entre os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos, promovendo práticas institucionais coerentes com os Direitos Humanos. A formação política deve estar pautada numa perspectiva emancipatória e transformadora dos sujeitos de direitos. Sob esta perspectiva promover-se-á o empoderamento de grupos e indivíduos, situados à margem de processos

¹ <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/1000221>

decisórios e de construção de direitos, favorecendo a sua organização e participação na sociedade civil. Vale lembrar que estes aspectos se tornam possíveis por meio do diálogo e aproximações entre sujeitos biopsicossociais, históricos e culturais diferentes, bem como destes em suas relações com o Estado (Brasil, 2011, p. 13).

Nota-se, no texto retirado da Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, o caráter libertário do ensino em Direitos Humanos, trazendo conhecimento construído dialogicamente com os sujeitos e possibilitando um olhar mais crítico para a realidade, percebendo mais claramente as violações dos seus direitos em âmbito social, econômico, cultural e político. O ensino em Direitos Humanos possibilita aos sujeitos que se posicionem questionando os processos de produção e de distribuição de riqueza, construindo uma sociedade mais democrática e reinserindo os grupos e/ou sujeitos historicamente colocados em posição de submissão.

A educação como prática social é histórica, necessitando, pois, também ser compreendida na conjuntura das lutas sociais a favor dos Direitos Humanos, reafirmando a importância da educação em Direitos Humanos para a formação omnilateral dos estudantes, sujeitos de direitos, para fortalecer relações democráticas e construir uma sociedade mais justa e igualitária, em que todos tenham assegurados o seu direito a uma subsistência digna. Segundo Saviani (2009, p. 45), “um olhar especial ao conteúdo é necessário, pois a participação política das massas depende, em grande parte, do domínio que esse segmento social tem dos conteúdos culturais produzidos historicamente”. Esses conteúdos muitas vezes são usados pelo modelo hegemônico neoliberal para a manutenção da sistemática social vigente que atende aos seus interesses.

O autor Boaventura de Sousa Santos teve a excelência de realizar a crítica da concepção hegemônica dos Direitos Humanos afirmando a pluralidade de visões sobre os direitos. Santos e Martins afirmam que “os Direitos Humanos revelam uma plasticidade que lhes permitiria serem parte de agendas radicais de resistência no seio de lutas contra-hegemônicas” (Santos; Martins, 2019, p. 14). Santos (2019) ainda realiza uma crítica à concepção hegemônica e eurocêntrica dos Direitos Humanos, alicerçado sobre uma noção da natureza humana individual, separada radicalmente da natureza não humana, que não leva em conta as diferentes concepções de ser humano, e que coloca a ênfase muito mais nos direitos civis e políticos que nos direitos sociais (Santos, 2019, p. 18). Para Santos e Martins, “A compreensão ocidental da

universalidade dos direitos humanos não consegue conceber que existam princípios diferentes sobre a dignidade humana e a justiça social” (Santos; Martins, 2019, p. 22).

Para Santos, a construção das lutas contra-hegemônicas implicaria um “encontro de linguagens”, a partir de um profundo conhecimento das vozes, lutas, memórias e corpos das pessoas subalternizadas pelo capitalismo, colonialismo e patriarcado. Só assim seria possível compreender as gramáticas de dignidade a partir dos diferentes sentidos do humano que emergem dos contextos em que são vividos. Tendo em vista esse pensamento, o autor fala sobre o reconhecimento dos direitos coletivos:

Porque os direitos individuais não entram no cânone originário dos direitos humanos, a tensão entre direitos individuais e direitos coletivos decorre da luta histórica dos grupos sociais que, por serem excluídos ou discriminados enquanto grupos, não podiam ser adequadamente protegidos por direitos humanos individuais. As lutas das mulheres, dos povos indígenas, dos povos afrodescendentes, dos grupos vitimizados pelo racismo, dos gays e das lésbicas marcaram os últimos cinquenta anos do processo de reconhecimento dos direitos coletivos, um reconhecimento sempre muito contestado e sempre em vias de ser revertido (Santos, 2019, p. 50).

A educação trata-se de um direito fundamental social e individual porque institui um processo de desenvolvimento individual próprio à condição humana. Dessa forma, o acesso a conteúdos de qualidade daria mais condições aos estudantes das classes mais baixas de lutar para fazer valer seus interesses, permitindo-lhes reconhecer as diversas formas de exploração do sistema capitalista, rumo a uma sociedade mais igualitária. Assim, reiteram-se os princípios de Saviani (2009) de que, dentre as diversas produções, na sociedade capitalista, uma é o conhecimento. A sua socialização depende da transformação desse conhecimento em conteúdos escolares efetivos, servindo aos estudantes como meio de emancipação.

A educação em Direitos Humanos é essencialmente a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Portanto, a formação dessa cultura significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que decorrem, todos, daqueles valores essenciais citados — os quais devem se transformar em práticas.

Para Benevides (2000), a educação em Direitos Humanos tem a sua essência em três pontos específicos:

[...] primeiro, é uma educação de natureza permanente, continuada e global. Segundo, é uma educação necessariamente voltada para a mudança, e terceiro, é uma inculcação de valores, para atingir corações e mentes e não apenas instrução, meramente transmissora de conhecimentos. Acrescente-se, ainda, e não menos importante, que ou esta educação é compartilhada por aqueles que estão envolvidos no processo educacional — os educadores e os educandos — ou ela não será educação e muito menos educação em direitos humanos. Tais pontos são premissas: a educação continuada, a educação para a mudança e a educação compreensiva, no sentido de ser compartilhada e de atingir tanto a razão quanto a emoção (Benevides, 2000, p. 1).

Percebe-se então que a educação em Direitos Humanos busca a formação cidadã, ou seja, trata-se de educação para a cidadania, para a formação do cidadão participativo e solidário, consciente de seus direitos e deveres, educação para a justiça e a paz. Assim, é de grande importância para o Estado brasileiro o investimento e o desenvolvimento da educação em Direitos Humanos para a construção de uma sociedade democrática e o fortalecimento da cidadania, para a formação de uma cultura de direitos.

Com o intuito de conduzir o leitor pela construção desta pesquisa, esta dissertação está estruturada em mais cinco capítulos. A seguir apresento o referencial teórico, com destaque para os conceitos de Direitos Humanos, formação omnilateral e suas inter-relações com a Educação Profissional e Tecnológica. No terceiro capítulo, são descritos os procedimentos metodológicos adotados. O quarto capítulo discute os dados empíricos coletados, com foco na presença dos Direitos Humanos nos documentos pedagógicos institucionais do Câmpus Camaquã e nas percepções dos estudantes. O quinto capítulo apresenta o produto educacional desenvolvido, uma oficina intitulada Direitos Humanos - trabalho e igualdade social e sua avaliação. Por fim, o sexto capítulo reúne as considerações finais, destacando as principais contribuições da pesquisa e possibilidades de desdobramentos futuros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se em produções acadêmicas recentes, incluindo teses e dissertações publicadas entre 2018 e 2023, com o objetivo de compreender as abordagens atuais sobre Direitos Humanos na educação omnilateral. Após, traça-se um panorama histórico dos Direitos Humanos na educação brasileira, destacando marcos importantes e suas implicações no cenário educacional. Em seguida, discute-se a Educação em Direitos Humanos, com base em autores renomados, analisando suas concepções e desafios na prática pedagógica. Por fim, o estudo aborda a relação entre Direitos Humanos, Educação Omnilateral e ensino médio integrado, articulando a legislação vigente e contribuições teóricas que sustentam a necessidade de uma formação omnilateral e cidadã.

2.1 OS DIREITOS HUMANOS E A EDUCAÇÃO: PRODUÇÕES ACADÊMICAS NO BRASIL (2018 A 2023)

A produção do Estado do Conhecimento teve como objetivo identificar o que vem sendo produzido, em termos acadêmicos e científicos, em relação à temática desta pesquisa. Para Morosini e Fernandes (2014, p. 158), “o Estado do Conhecimento possibilita uma visão ampla e atual dos movimentos da pesquisa ligados ao objeto da investigação que pretendemos desenvolver” e serve como base para os futuros passos dentro da pesquisa.

Para a busca de teses e dissertações, foi utilizada a BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, que integra sistemas de informação sobre teses e dissertações de diversas instituições de ensino e pesquisa do Brasil. O tema central da pesquisa é Direitos Humanos. Para uma primeira busca no repositório, foram utilizados os descritores Direitos Humanos e Formação Omnilateral. As buscas foram realizadas sempre da forma mais abrangente, utilizando todos os campos disponíveis no repositório.

Abaixo, segue tabela com demonstrativo do número de trabalhos encontrados de acordo com os termos selecionados.

Tabela 1 - Quantidade de resultados obtidos para o descritor “Direitos Humanos” combinado com outras palavras-chave

Palavras-chave	Número de trabalhos no repositório BDTD
“direitos humanos”	7,639
“educação omnilateral”	29
“educação em direitos humanos”	425
“ensino médio integrado” “educação em direitos humanos”	4
“direitos humanos” “politecnia”	7
“direitos humanos” “formação omnilateral”	0

Fonte: elaborado pela autora.

Ao filtrar os termos nos bancos de dados, foi possível uma maior aproximação com assuntos ligados ao tema desta pesquisa. Nota-se que especificamente sobre o tema “Direitos Humanos” e “Formação omnilateral” não foi encontrado nenhum título, demonstrando que a área carece de mais pesquisas voltadas para esse nicho. Nota-se também que as pesquisas são, em sua maioria, focadas nos docentes ou em análises de currículos e propostas pedagógicas, raramente tendo como foco principal o olhar do estudante sobre o tema e, quando o fazem, são pinceladas tímidas.

Ademais, foram lidos todos os títulos localizados nas buscas, com aprofundamento maior naqueles que entendi se aproximarem mais da minha dissertação. Fazendo uma seleção dos principais títulos, selecionei oito trabalhos que acredito serem pertinentes à minha pesquisa, os quais estão expostos abaixo com suas especificações.

Quadro 1 - Pesquisas selecionadas

Título	Tipo	Autor	Tema central
EPT no ensino médio: Institutos Federais e escola unitária	Tese	Jerciano Pinheiro Feijó	Formação Omnilateral
Educação em Direitos Humanos em escolas integrais cidadãos de ensino médio de João Pessoa: Aproximações e deslocamentos	Dissertação	Jéssica Holanda de Medeiros Batista	Propostas pedagógicas em Direitos Humanos
Direitos Humanos: um olhar dos docentes e das docentes do Instituto Federal do Paraná campus Curitiba	Dissertação	Edson Luiz Ramos	Formação docente para Educação Profissional e Tecnológica
A Educação em Direitos Humanos no ensino médio Integrado: Um estudo a partir do trabalho dos docentes de humanas em quatro campi do	Tese	José Rodrigo Barth Adams	Formação docente para Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Santa Catarina			
Escola é lugar de Direitos Humanos: estratégias para a formação docente na Educação Profissional e Tecnológica	Dissertação	Maycon Rangel Abreu Ferreira	Formação docente para Educação Profissional e Tecnológica
Direitos Humanos e a sociabilidade no ensino médio: Diálogos transversais e tecnológicos	Dissertação	Rinara Granato Santos	Propostas pedagógicas em Direitos Humanos
Estudo sobre Direitos Humanos no ensino médio integrado: uma proposta para contribuir com a educação integral no IFSul câmpus Passo Fundo	Dissertação	Natália Dias	Educação integral Direitos Humanos
A Educação para os Direitos Humanos como perspectiva de fortalecimento da cidadania na	Dissertação	Luciane Andressa Zimmer Linck	Direitos Humanos Formação Docente

formação inicial de professores			
---------------------------------	--	--	--

Fonte: elaborado pela autora.

A tese “EPT no ensino médio: Institutos Federais e escola unitária” foi selecionada, pois aborda o tema de educação omnilateral. O autor buscou analisar os parâmetros organizacionais dos Institutos Federais à luz da escola unitária de Antônio Gramsci, de forma a debater como princípio educativo a cultura geral, científica do patrimônio cultural da humanidade, bem como da compreensão objetiva e crítica da realidade, associado ao desenvolvimento físico, isto é, uma formação omnilateral. A conclusão de sua pesquisa foi que deve prevalecer a formação omnilateral e a universalização da educação básica, assumindo o pensamento gramsciano, que é de dentro da sociedade capitalista que surgirá o novo, a luta de classes só acaba quando essas não mais existirem, portanto, há a possibilidade de construir uma nova hegemonia e levar o Estado a realizar uma escola omnilateral.

A pesquisa intitulada “Educação em Direitos Humanos em escolas integrais cidadãs de ensino médio de João Pessoa: aproximações e deslocamentos” tem como objetivo geral analisar a proposta pedagógica de Escolas Cidadãs Integrais no município de João Pessoa, observando as aproximações e os deslocamentos com a Educação em Direitos Humanos na formulação dos seus Projetos Político-Pedagógicos. A pesquisa é focada nos Projetos Político-Pedagógicos, identificando proposições que se aproximavam de uma proposta curricular que contemplasse de forma efetiva uma concepção de educação em direitos humanos, porém, a autora observa que todas as propostas e ações oferecidas pelo PPP das escolas, apesar de esse ser implantado pelo governo, não estão refletidas nas proposições curriculares e ações da escola.

A dissertação “Direitos Humanos: Um olhar dos docentes e das docentes do Instituto Federal do Paraná campus Curitiba” busca entender como acontece a formação para a cidadania e para inclusão social, a evolução histórica da educação em Direitos Humanos e como se dá a formação cidadã e a percepção dos professores e professoras envolvidos no trabalho pedagógico dentro do instituto. Uma das conclusões do autor é que os docentes que abordam o tema em suas disciplinas o fazem de várias formas, como: discutindo direitos das mulheres, dos negros e da

comunidade LGBT e a Declaração dos Direitos Humanos, por meio de projetos e metodologias variadas. Desse modo, os Direitos Humanos não são tratados como focos de estudo ou como prioridade, o conteúdo específico de Direitos Humanos também não consta como uma disciplina curricular.

A tese intitulada “A educação em Direitos Humanos no ensino médio integrado: um estudo a partir do trabalho dos docentes de humanas em quatro campi do Instituto Federal de Santa Catarina” e sua problemática se baseia em questões como: em que sentido o trabalho dos docentes das áreas de humanas que atuam no ensino médio profissional integrado do IFSC dialogam com uma Educação em Direitos Humanos potencialmente contra-hegemônica e emancipatória? Os dados evidenciaram que, nessas áreas do conhecimento, a perspectiva sócio-histórica e crítica dos fenômenos sociais e das relações sociais consubstanciou uma leitura e um trabalho docente com os temas dos Direitos Humanos vinculados às preocupações de grupos de defenderem as classes populares, social, econômica, cultural e historicamente excluídas e subalternizadas. Esse ângulo de análise é aqui entendido como um dos elementos de uma concepção contra-hegemônica dos Direitos Humanos.

O objeto de investigação da pesquisa “Escola é lugar de Direitos Humanos: estratégias para a formação docente na Educação Profissional e Tecnológica” foi o papel da educação em Direitos Humanos na formação de docentes que atuam na educação profissional e tecnológica como mecanismo para a inserção dos Direitos Humanos nas práticas educativas desenvolvidas no âmbito da educação profissional e tecnológica. A análise dos dados coletados junto aos sujeitos da pesquisa apontou que os professores consideram relevante abordar temáticas relacionadas aos direitos humanos na escola e que a educação em Direitos Humanos impacta positivamente a formação discente. Contudo, afirmam não se sentir plenamente preparados para desenvolver esse trabalho, bem como percebem uma lacuna na existência de materiais de auxílio ao trabalho docente ou de materiais didáticos que tratem da relação entre direitos humanos e educação profissional e tecnológica. Nesse sentido, demonstra-se a necessidade de ampliar os espaços e estratégias de formação docente para a educação em Direitos Humanos, a fim de tornar esse conceito mais presente nos espaços escolares.

A pesquisa “Direitos Humanos e a sociabilidade no ensino médio: Diálogos transversais e tecnológicos” foca no ensino-aprendizagem e na produção de materiais

paradidáticos com conteúdos relativos aos Direitos Humanos e à prevenção contra toda forma de violência, atendendo à determinação constante no artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira ao tratar dos temas transversais. Como produto educacional, foi criado o website VaiPlaneta, disponibilizado aos docentes em domínio público na internet. Composto por materiais retirados da rede social Facebook, organizado por tema e área de conhecimento, o VaiPlaneta busca instigar a curiosidade de estudantes e professores, incentivando pesquisas que gerem aprendizado.

A dissertação “Estudo sobre Direitos Humanos no ensino médio integrado: uma proposta para contribuir com a educação integral no IFSul câmpus Passo Fundo” tem o intuito de verificar as percepções dos alunos sobre Direitos Humanos, apresentando uma proposta que possa contribuir com a concepção de educação integral. O objetivo geral foi analisar a contribuição das atividades propostas sobre direitos humanos para os estudantes do ensino médio integrado do IFSul Câmpus Passo Fundo, levando-se em consideração os conceitos da formação integral.

A pesquisa intitulada “A Educação para os Direitos Humanos como perspectiva de fortalecimento da cidadania na formação inicial de professores” propôs uma aproximação temática sobre os Direitos Humanos e a importância da Educação para os Direitos Humanos aos estudantes que se encontram em formação inicial para professores de uma turma do ensino médio profissionalizante do Curso Normal. Com o objetivo de proporcionar uma reflexão coletiva acerca do tema “Direitos Humanos e a importância de educar para os Direitos Humanos”, o trabalho faz uma aproximação da pesquisadora junto aos sujeitos pesquisados a partir da pesquisa-ação, alinhando-se, assim, ao conceito de pesquisa qualitativa.

As pesquisas selecionadas no quadro acima destacaram-se por conter em seu recorte o ensino médio integrado e o ensino de Direitos Humanos, objetivando a construção de uma sociedade mais digna. Todas destacam a importância do ensino para uma formação humana e cidadã e vão ao encontro desta pesquisa, defendendo a educação em Direitos Humanos como alicerce, com uma função social essencial à formação das novas gerações.

É possível evidenciar com as pesquisas selecionadas que o enfoque nos Direitos Humanos no ensino médio integrado está baseado na perspectiva de que é fundamental garantir que todos os indivíduos tenham acesso a uma educação de

qualidade, inclusiva, equitativa e que promova o pleno desenvolvimento de suas capacidades. O ensino dos Direitos Humanos na educação está intrinsecamente ligado à qualidade do ensino e da aprendizagem, uma educação de qualidade deve fornecer conhecimentos, habilidades e valores necessários para uma participação plena do estudante na sociedade.

Também podemos observar que os principais desafios para a implementação do ensino de Direitos Humanos consistem em Estado, instituições educacionais, sociedade civil e outras partes interessadas terem a responsabilidade de garantir o cumprimento dos Direitos Humanos na educação, desenvolvendo políticas, leis e práticas que promovam uma educação justa e inclusiva. É essencial que as políticas educacionais reflitam essas perspectivas dos Direitos Humanos, garantindo que a educação seja um meio de empoderamento e transformação positiva na vida dos estudantes.

A educação deve fomentar a liberdade de expressão, o pensamento crítico e debates construtivos, permitindo que os estudantes expressem suas opiniões e ideias livremente, atendendo os princípios de não discriminação e igualdade, garantindo que todos tenham as mesmas oportunidades, independentemente de sua origem ou características pessoais, aprendendo sobre seus direitos e responsabilidades, bem como sobre os direitos dos outros, promovendo a compreensão e o respeito pelos Direitos Humanos.

O direito à educação constitui-se como um instrumento para que os indivíduos possam usufruir a igualdade de oportunidades. A educação é tida como um pré-requisito para a liberdade civil, sendo um pressuposto básico para o exercício de outros direitos. Segundo Candau (2010), em fala durante a I Semana de Educação em Direitos Humanos, a educação em Direitos Humanos é uma educação contextualizada, que constrói democracia. É político-transformadora, integral, holística, ético-valórica, construtora de sujeitos de direitos e promotora da paz. Deve estar presente nas decisões pedagógicas e curriculares, no plano formal e informal, sendo incorporada ao projeto político-pedagógico e às demais práticas escolares.

Ainda de acordo com Candau (2008), na educação em Direitos Humanos destacam-se três elementos constituintes: educar para formar sujeitos de direito, educar para o favorecimento dos processos de empoderamento de sujeitos e populações marginalizadas e educar para o nunca mais. Trata-se, dessa maneira, de

uma perspectiva integrada entre os universos da educação e dos Direitos Humanos, visando à prática pedagógica como caminho inseparável da construção de sujeitos de direito, por meio não só das discussões, mas também pelas próprias metodologias trabalhadas.

Dessa forma, a educação em Direitos Humanos visa ao combate ao autoritarismo e às diversas formas de opressão e repressão dentro e fora do universo escolar e à educação para o “nunca mais”, de maneira a evitar, pelo trabalho da história e da memória, a reprodução de tragédias que, dilacerando qualquer noção de Direitos Humanos, desembocam na violência destrutiva como fundamento das sociedades excludentes.

A educação é processo fundamental para que o ser humano possa obter as condições mínimas de sobrevivência com dignidade em uma sociedade edificada na cultura de exclusão social. O desafio da educação consiste na busca e na manutenção de estratégias para uma organização social de convivência mais justa e pacífica, transmitindo conhecimentos sobre a diversidade da espécie humana. Ademais, “a educação é uma ferramenta de emancipação dos indivíduos, na medida em que proporciona a retomada de valores como ética e justiça, aparentemente tão esquecidos” (Gorczewski; Konrad, 2013, p.39).

A atuação do Estado no campo educacional é necessária para a igualdade no acesso à formação, com o compromisso de desenvolver mecanismos para possibilitar esse acesso. Nesse sentido, destaca-se que a educação como direito social se contrapõe à ideia de educação como mercadoria, ou seja, aquela que beneficia apenas os que podem pagar. Se não compreendida como bem público, a educação atenderá a determinados indivíduos e aos seus interesses exclusivos, jamais será compromissada com a sociedade; a qualidade da educação tem uma irrecusável dimensão social e pública.

No tocante aos estudantes, esses devem ter a oportunidade de participar ativamente das decisões que afetam sua educação, promovendo um ambiente educacional participativo e democrático, sendo a incorporação da educação em Direitos Humanos no currículo crucial diante das violações aos Direitos Humanos em nosso país. Faz-se necessária a promoção de políticas públicas para a construção de uma cultura de cidadania e de Direitos Humanos a partir do cotidiano, que vise à emancipação dos diferentes sujeitos de direitos e que desenvolva novas práticas

sociais.

Deste modo, é indispensável a presença da educação para a construção deste novo paradigma ao se discutir Direitos Humanos, principalmente quanto à atuação estatal e que os mesmos não podem deixar de ser efetivados.

2.2 A HISTÓRIA DOS DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

“Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”.

(Artigo I da Declaração Universal dos Direitos Humanos)

Os Direitos Humanos são resultado da luta por reconhecimento, realização e universalização da dignidade humana. Histórica e socialmente construídos, dizem respeito a um processo em constante formulação, amplificando o reconhecimento de direitos face às metamorfoses ocorridas nos diferentes contextos sociais, históricos e políticos. Nesse movimento, a educação vem sendo entendida como uma das mediações fundamentais tanto para o acesso ao legado histórico dos Direitos Humanos quanto para a consciência de que a cultura dos Direitos Humanos é um dos alicerces para a mudança social. Sendo assim, a educação é reconhecida como um dos Direitos Humanos e a Educação em Direitos Humanos é parte fundamental do conjunto desses direitos, inclusive do próprio direito à educação.

O ensino dos Direitos Humanos no Brasil vem evoluindo ao longo do tempo, reproduzindo as mudanças sociais, políticas e legislativas. Durante a colonização, a educação estava voltada para a catequese e a evangelização dos povos indígenas, muitas vezes impondo valores culturais europeus. Com a independência do Brasil em 1822 e a promulgação da primeira Constituição em 1824, foram estabelecidos princípios de liberdade e igualdade, embora o acesso à educação fosse restrito a uma minoria — o sistema segregacionista da sociedade escravista sob dominação do império influenciou imensamente na educação escolar brasileira.

O ensino superior era destinado para a formação das elites e o ensino profissional, oferecido nas escolas agrícolas e nas escolas de aprendizes artífices, voltado para a formação da força de trabalho. A abolição da escravidão trouxe a necessidade de redefinir as relações sociais e os direitos dos cidadãos, incluindo o

direito à educação para todos, mas a implementação efetiva foi desafiadora. Com a proclamação da República em 1889, novas constituições e leis trouxeram avanços na teoria dos direitos e liberdades, mas a educação ainda era desigual, com acesso privilegiado para alguns grupos.

Durante o período da ditadura militar, houve uma repressão aos direitos civis e políticos, afetando a educação e a liberdade de ensino, incluindo a perseguição de muitos educadores e ativistas. Em 1948, o Artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos enfatizou a importância de fortalecer o respeito pelos Direitos Humanos e pelas liberdades fundamentais como parte do direito à educação, evitando assim atos bárbaros contra a humanidade. Pela primeira vez, o tema da educação para os Direitos Humanos foi explicitamente incluído no Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas, de 1966. Dentro desse importante mecanismo de proteção, o direito à educação não se restringe apenas à igualdade de oportunidade, mas salienta que cada pessoa deve implicar-se na concretização de direitos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos para Norberto Bobbio (1992) é um marco do início do processo de desenvolvimento dos Direitos Humanos, uma vez que “os direitos do homem nascem como direitos naturais universais, desenvolvem-se como direitos positivos particulares, para finalmente encontrarem sua plena realização como direitos positivos universais” (Bobbio, 1992, p. 30). A Declaração Universal de Direitos Humanos, portanto, é o documento marco inicial dos Direitos Humanos positivados e universais, ela é considerada o documento mais relevante para os Direitos Humanos e as declarações internacionais de Direitos Humanos a nível global e regional baseiam-se nessa Declaração.

Monteiro (2005) realizou um levantamento de experiências em educação de Direitos Humanos no país, que foram separadas em quatro fases. A primeira delas, que corresponde às décadas de 1960 a 1970, tem foco no autoritarismo da ditadura civil-militar que impedia mudanças no sistema educacional. Por isso, de acordo também com Sacavino (2008), inexistiam nessa fase debates acerca de metodologias, fundamentos teóricos e experiências práticas que pudessem ser caracterizadas como uma educação voltada para os Direitos Humanos.

Porém, essa fase se faz presente nos estudos de Monteiro (2005), pois já existiam discussões restritas, realizadas às escondidas, como um ponto de partida

para que, nos anos posteriores, a educação em Direitos Humanos pudesse ser tema de discussões abertas. Nessa primeira fase, as ações ainda tímidas de ensino em Direitos Humanos não se dissociaram das lutas gerais da sociedade brasileira.

A segunda fase ocorreu nos anos de 1980, período reconhecido pela redemocratização do Brasil. A partir dessa década, foram realizados seminários para discutir a necessidade de produzir materiais de comunicação e informação em Direitos Humanos em português, bem como a necessidade de estabelecer uma rede de educação em Direitos Humanos no país. Além disso, as organizações não governamentais promoveram os primeiros encontros, oficinas, mesas redondas e cursos para discutir o tema.

A formulação do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH) e a criação da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) na década de 1990 são consideradas marcos que constituem a terceira etapa na trajetória histórica da educação em Direitos Humanos. Nessa época, também foram desenvolvidos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e as Diretrizes Educacionais Nacionais e Lei de Bases (LDB), os quais, conforme aponta Candau (2003), representam avanços significativos.

A quarta e última etapa delineada por Monteiro (2005) é denominada profissionalização e valorização da educação em Direitos Humanos. Segundo a autora, é difícil precisar a data de início dessa fase, mas pode-se dizer que, nesse período, a sociedade civil e o governo federal lançaram conjuntamente iniciativas em favor da educação com foco nos Direitos Humanos. Pode-se dizer que a trajetória histórica da educação em Direitos Humanos no Brasil apresenta altos e baixos e conquistas, incluindo grandes eventos de participação e mobilização na sociedade brasileira, especialmente durante o período de ditadura civil-militar; somente após 1985 a educação em Direitos Humanos no Brasil começou a ter significativos avanços.

No entanto, é importante considerarmos a história por detrás dessas conquistas, as pessoas envolvidas e as lutas enfrentadas, para que o reconhecimento do passado não conduza ao regresso de governos autoritários ou à perda de direitos conquistados. Acompanhando o processo de redemocratização após o fim da ditadura, a Constituição Federal de 1988 trouxe importantes garantias de direitos e consagrou a educação como direito fundamental.

A Constituição brasileira de 1988 incorporou a educação como direito social e

fundamental do homem, baseando-se na dignidade humana como fundamento do Estado Democrático de Direito (art. 1º, III da Constituição Federal). O direito à educação e as políticas públicas voltadas à educação são elementos indispensáveis ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e à própria concretização da cidadania.

A Constituição estabelece o direito fundamental à educação como obrigação do Estado e prevê a cooperação da sociedade para a concretização desse direito, visando alcançar o pleno desenvolvimento da pessoa e repará-la para o exercício da cidadania e a conquista de trabalho. Os direitos subjetivos a favor dos indivíduos, face ao Estado, têm obrigações legais que precisam ser cumpridas. Nesse sentido, o artigo 205 do Texto Constitucional de 1988 define a educação e seus objetivos, entendendo este direito em um conceito amplo:

Art. 205 – A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

A interpretação do artigo 205 explica a relevância da cooperação social na educação, representada como um processo completo de formação humana e não limitado ao conceito de transmissão de conhecimentos armazenados no intelecto. A educação é considerada um direito de todos e segue o princípio da universalidade, portanto, o desenvolvimento cultural individual, a formação profissional e as oportunidades para todos, especialmente os grupos desfavorecidos da sociedade, devem ser garantidos para ampliar as possibilidades de desenvolvimento social e cultural.

Como se verifica, a educação foi alavancada à categoria de serviço público essencial, o qual o poder público tem a responsabilidade de prestar a todos. Com efeito, o acesso ao ensino gratuito e obrigatório constitui um direito público subjetivo, ou seja, é plenamente válido e imediatamente aplicável, pelo que a não oferta ou a oferta irregular por parte das autoridades públicas pode implicar a responsabilização das autoridades competentes, conforme disposto no inciso VII, §§ 1º e 2º do artigo 208 da Constituição Federal de 1988.

O dever do Estado com a educação é definido também pelas atribuições insculpidas no artigo 208 da Carta Magna, que prevê a obrigação estatal na prestação

a todos de educação de forma gratuita, adequando o ensino às necessidades de cada um dos educandos, ampliando as possibilidades de que todos os indivíduos venham a exercer esse direito. Em seu artigo 211, juntamente dispõe que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus sistemas de ensino em regime de colaboração.

O dever de colaboração da sociedade está vinculado à possibilidade da prestação do ensino através do oferecimento do ensino privado. Consoante se denota, a atual Constituição teve por objetivos, de um lado, a preservação da qualidade de ensino e, de outro, a preocupação com os direitos fundamentais, que foram transpostos para a área da educação, evidenciado a sintonia obrigatória entre os princípios fundamentais da República, seus objetivos e os direitos fundamentais previstos no artigo 5º.

Nos anos 1990 e início do século XXI, houve avanços significativos com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996 e a implementação de políticas para a inclusão e promoção dos Direitos Humanos na educação. Em 1994/95, foi realizado o 1º Curso de Especialização em Direitos Humanos, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES, do Ministério da Educação, na Universidade Federal da Paraíba — UFPB; em 1996, é lançado o primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos, tendo a “Educação para a cultura dos Direitos Humanos e da Cidadania”; ainda em 1996, o Ministério da Educação insere “ética e cidadania” nos Parâmetros Curriculares Nacionais e é criada a Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos — RBEDH.

A legislação infraconstitucional também assimilou a importância do direito à educação, trazendo maiores delimitações acerca deste por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9394/96), que, em seu artigo 4º, inciso I, determina que o Estado, além de garantir a educação escolar, deve garantir a qualidade desta, mediante padrões mínimos de qualidade do ensino. A LDB é a legislação que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil — da educação básica ao ensino superior — e reafirma o direito à educação, garantido pela Constituição da República. A LDB, promulgada em 1996, reforçou a concepção da educação como direito de todos, determinando que a educação deve ser inclusiva, garantindo o respeito à diversidade e promovendo a igualdade de oportunidades.

A Constituição Federal Brasileira e a LDB afirmam o exercício da cidadania

como uma das finalidades da educação, ao estabelecer uma prática educativa “inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, com a finalidade do pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (Brasil, 1996, Art. 2º).

Durante a Década das Nações Unidas para a Educação em Direitos Humanos (1995-2004), o governo brasileiro criou o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH) de acordo com as instruções do documento das Nações Unidas e iniciou o processo preparatório do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) em 2003. O movimento que elaborou o PNEDH não ocorreu repentinamente no contexto brasileiro, mas foi resultado de uma longa e contínua trajetória de educação em Direitos Humanos nascida de processos informais e populares que, para um pequeno número de pessoas, cresceu e se desenvolveu,

ganhando legitimidade, autonomia, reconhecimento e força organizacional, para, em seguida, viver um ciclo de institucionalização, formalização, juridicização e, inclusive, de inclusão nos sistemas da educação formal, o que ocorrerá, em toda a América Latina, apenas a partir dos anos 2000 (Bittar, 2021, p. 4).

O Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-1) é uma das iniciativas mais importantes do Estado brasileiro, lançado em 1996 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso e posteriormente ampliado e revisado em 2002. Com a criação do PNDH pelo Decreto 1.904/96, de 13 de maio de 1996, o Brasil deu um grande passo na ampliação dessa discussão, tornando-se um dos primeiros países a seguir as decisões da Conferência Mundial de Direitos Humanos de 1993, em Viena. As diretrizes nacionais que orientam a atuação das autoridades públicas no âmbito dos Direitos Humanos foram elaboradas a partir das primeiras comissões nacionais de Direitos Humanos, mais de uma década após o fim da ditadura, a sociedade da época exigia maior ênfase na proteção dos direitos civis e políticos.

Na elaboração do programa, entre 1995 e 1996, foram realizados seminários regionais, além de consultas a um largo espectro de centros de Direitos Humanos e personalidades. O programa teve seu projeto debatido na I Conferência Nacional de Direitos Humanos em 1996, promovida pela comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, e foi encaminhado a várias entidades internacionais. O PNDH passou a ser “um marco referencial para as ações governamentais e para a construção, por toda a sociedade, da convivência sem violência que a democracia

exige” (Brasil, 1996, p. 13).

Após revisão e atualização em 2002, foi ampliado com a incorporação dos direitos econômicos, sociais e culturais, resultando na publicação do segundo Programa Nacional de Direitos Humanos — o PNDH-2. Pode-se afirmar com segurança que o Brasil avançou significativamente na questão da promoção e proteção dos Direitos Humanos. A terceira e mais recente versão do Programa Nacional de Direitos Humanos — PNDH-3, lançada em dezembro de 2009 por força do Decreto 7.037, foi a primeira elaborada pelo governo Lula e representa um grande movimento nesse processo histórico de consolidação das orientações para concretizar a promoção dos Direitos Humanos no Brasil.

Como grande avanço, destaca-se o caráter transversal e interministerial de suas diretrizes, objetivos estratégicos e ações programáticas na perspectiva da universalidade, indivisibilidade e interdependência de direitos. O debate público nacional em preparação para o PNDH-3 coincidiu com o 60º aniversário da adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos convocada em 2008 por decreto presidencial, sendo o ápice do processo de desenvolvimento nos níveis local, regional e estadual. O PNDH-3:

representa um verdadeiro roteiro para seguirmos consolidando os alicerces desse edifício democrático: diálogo permanente entre Estado e sociedade civil; transparência em todas as esferas de governo; primazia dos Direitos Humanos nas políticas internas e nas relações internacionais; caráter laico do Estado; fortalecimento do pacto federativo; universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais; opção clara pelo desenvolvimento sustentável; respeito à diversidade; combate às desigualdades; erradicação da fome e da extrema pobreza (Brasil, 2010, p. 11).

São objetivos balizadores do PNEDH conforme estabelecido no artigo 2:

- a) fortalecer o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais;
- b) promover o pleno desenvolvimento da personalidade e dignidade humana;
- c) fomentar o entendimento, a tolerância, a igualdade de gênero e a amizade entre as nações, os povos indígenas e grupos raciais, nacionais, étnicos, religiosos e linguísticos;
- d) estimular a participação efetiva das pessoas em uma sociedade livre e democrática governada pelo Estado de Direito;
- e) construir, promover e manter a paz (Brasil, 2010, p.10).

O plano torna-se assim um quadro de referência para a ação governamental e

para a coexistência não violenta necessária à construção da democracia em toda a sociedade. As prioridades e os eixos estratégicos da educação e cultura para os Direitos Humanos são traduzidos em experiências individuais e coletivas, moldadas pelo respeito pelos outros, tolerância, solidariedade e compromisso de se opor a todas as formas de discriminação, opressão e violência como centro da consciência.

É esse o caminho para formar pessoas capazes de construir novos valores, fundados no respeito integral à dignidade humana, bem como no reconhecimento das diferenças como elemento de construção da justiça, explorando uma abordagem de educação omnilateral. “O desenvolvimento de processos educativos permanentes visa a consolidar uma nova cultura dos Direitos Humanos e da paz” (Brasil, 2010, p. 18).

O PNEDH, portanto, é uma referência para a elaboração de políticas, ações e programas comprometidos com a construção de uma cultura de respeito aos direitos fundamentais do cidadão. A partir do PNEDH, “pode-se considerar que o Brasil iniciou um trabalho sistemático e institucionalizado para possibilitar e promover a Educação em Direitos Humanos” (Barreiro, 2011, p. 71). A discussão sobre os Direitos Humanos no Brasil do ponto de vista educacional é relativamente recente; compreendendo que um dos principais locais de construção da cidadania é a escola, acredita-se que a Educação em Direitos Humanos é um instrumento importante para a consolidação dos direitos e deveres da sociedade.

Em 1997, é criada a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos — SNDH, transformada em 2010 em Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Nessa década ainda, é realizado o I Congresso Brasileiro de Educação em Direitos Humanos e Cidadania, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo — USP, em 1997. Em 2000, é criado, em Brasília, o Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos; em 2003, é lançado o primeiro Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e também é criada a Associação Nacional de Direitos Humanos: Pesquisa e Pós-Graduação — ANDHEP. O ano de 2006 é marcado pelo lançamento final do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, pelo Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Segundo Zenaide (2014, p. 44), “Com o século XXI, a educação em e para os direitos humanos toma a feição de política pública”.

Em 2012, é lançada também a Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, pelo Conselho Nacional de Educação — CNE, onde são estabelecidas as Diretrizes

Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. A Resolução torna-se um marco ao estabelecer que a educação em Direitos Humanos deverá estar presente tanto na educação básica quanto na superior, seja de modo transversal, por meio de uma disciplina específica ou de forma mista, articulando as duas primeiras possibilidades.

O ensino dos Direitos Humanos continua sendo um desafio, com a necessidade de garantir a efetiva implementação dos princípios e valores democráticos nas práticas educacionais, promovendo a conscientização, a tolerância e o respeito à diversidade em todo o sistema educacional brasileiro.

2.3 A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Educar em Direitos Humanos significa educar-nos todos os dias para desconstruir paradigmas que desvalorizam, discriminam e demonizam a diversidade humana; também significa lutar pelos direitos à liberdade, à autonomia e a uma vida digna. Engajar-se na luta pelos direitos de todos é cumprir uma função social fundamental à formação das novas gerações, difundindo valores essenciais à vida em sociedade.

A educação é vista como um direito intrínseco e um meio indispensável para a realização dos demais direitos, o qual deve desempenhar um papel decisivo na promoção dos Direitos Humanos, da democracia, qual seja, e na proteção do meio ambiente. Nesse sentido, a educação deve orientar-se para o desenvolvimento da dignidade da pessoa humana, a participação social e o pleno desenvolvimento da personalidade. “A educação em Direitos Humanos passa a ser concebida como um direito humano fundamental” (Zenaide, 2014, p. 34-35).

Seja por razões políticas, seja por razões ligadas ao indivíduo, a educação era vista como um canal de acesso aos bens sociais e à luta política e, como tal, um caminho também de emancipação do indivíduo frente à ignorância. A educação é um direito social fundamental que exige uma intervenção ativa do Estado para sua garantia. Quando o Brasil se compromete a integrar a educação em Direitos Humanos nos diferentes níveis de formação, assume, ao mesmo tempo, a responsabilidade de oferecer uma educação transformadora nas instituições educacionais do país. A base dessa educação é o diálogo, a construção intercultural e a troca de saberes. Também inclui o empoderamento dos sujeitos, a conscientização da comunidade acadêmica e a criação de situações que estimulem a criticidade, a autonomia e a liberdade. Além

disso, busca fortalecer a resistência diante da desigualdade, da violência e da exclusão social.

Além de incentivar a criação de novos direitos e a defesa dos direitos conquistados, o direito à educação exige que o Estado faça contribuições positivas para garantir que todos tenham acesso à educação. Essa oportunidade pode ser concretizada através da implementação de políticas públicas, que constituem um mecanismo de ação que visa garantir todos os direitos fundamentais, uma vez que é através da implementação de políticas públicas que o direito à educação será concretizado.

O processo de desenvolvimento é resultado da consciência crítica e deve ser alvo de reflexão e ação por parte do ser humano. Tal consciência pode ser aplicada à medida que os problemas da sociedade são compreendidos pelo indivíduo, por meio da educação que recebe. A educação em Direitos Humanos não se limita à transmissão de conteúdos, mas busca transformar a realidade, promovendo a justiça social e o fortalecimento da cidadania. Esse processo envolve não apenas o conhecimento técnico, mas também o despertar da sensibilidade, da curiosidade e do desejo de construir um mundo melhor. Nesse sentido, Paulo Freire enfatiza:

Portanto, a perspectiva da educação em Direitos Humanos que defendemos, é esta, de uma sociedade menos injusta para, aos poucos, ficar mais justa. Uma sociedade reinventando-se sempre com uma nova compreensão da produção. Uma sociedade em que a gente tenha gosto de viver, de sonhar, de namorar, de amar, de querer bem. Esta tem que ser uma educação corajosa, curiosa, despertadora da curiosidade, mantenedora da curiosidade, por isso mesmo uma educação que, tanto quanto possível, vai preservando a menina que você foi, sem deixar que a sua maturidade a mate (Freire, 2001, p. 101).

Conforme expressa Candau (2003, p. 115), a educação em Direitos Humanos precisa “trabalhar permanentemente o ver, a sensibilização e a conscientização da realidade. Ir progressivamente ampliando o olhar sobre a vida cotidiana e ir ajudando a descobrir os determinantes estruturais da realidade”. É a partir, pois, de um movimento educativo contínuo e gradativo, vivenciado cotidianamente, que é possível que os estudantes exerçam sua cidadania plena, carreguem princípios axiológicos inerentes à construção de uma sociedade justa e solidária e gozem, de fato, de sua dignidade humana.

O princípio de vida cotidiana é referência, também, para Aquino e Araújo (2001), Horta (2000) e Sacavino (2000). Crítica ao modelo econômico neoliberal, Sacavino

(2000, 2016) destaca três elementos que representam a educação em Direitos Humanos. O primeiro deles, a chamada educação para o nunca mais, refere-se à necessidade do resgate histórico que culminou na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em políticas públicas importantes. Refere-se, também, à necessidade de cultivar a memória quanto aos acontecimentos marcados por violência, opressão e outras violações de Direitos Humanos.

O segundo elemento é o desenvolvimento de metodologias voltadas à formação de sujeitos de direitos e atores sociais — ação referente ao exercício da cidadania plena. O terceiro elemento, por sua vez, trata da promoção do empoderamento, ou seja, do ato de possibilitar que os povos (principalmente os subalternizados, que historicamente não tiveram vez e voz em sociedade) sejam atores sociais que mantêm participação ativa na sociedade civil.

Em suma, três eixos são necessários para que a educação em Direitos Humanos esteja de acordo com a construção democrática: é preciso “fazer memória, tecer cidadania e fortalecer identidades” (Sacavino, 2016, p. 37). Nessa mesma direção, Candau (2007) afirma que existem três dimensões fundamentais para a educação em Direitos Humanos: a primeira diz respeito à formação de sujeitos de direitos; a segunda refere-se ao empoderamento; e a terceira diz respeito aos processos de transformação necessários para a construção de sociedades verdadeiramente democráticas e humanas.

Essa última dimensão abrange justamente a educação para o nunca mais, pois é preciso que resgatemos a memória histórica e rompamos a cultura do silêncio e da impunidade para que ocorram mudanças efetivas. Nas palavras da autora:

Somente assim, é possível construir a identidade de um povo, na pluralidade de suas etnias e culturas. Estes três componentes: formar sujeitos de direito, favorecer processos de empoderamento e educar para o “nunca mais”, constituem hoje o horizonte de sentido da educação em Direitos Humanos (Candau, 2007, p. 405).

Candau (2007) realizou uma discussão acerca dos conceitos de igualdade e diferença, motivada por uma incoerência presente em muitos discursos: costuma-se afirmar os direitos humanos contemplando-se o valor de igualdade, mas ignora-se o tema do reconhecimento das diferenças. Essa estudiosa defende que reconhecer as diferenças é essencial, pois supõe lutar contra todas as formas de preconceito e discriminação.

A validação das diferenças vai além da simples tolerância e busca compreender e valorizar a diversidade presente na sociedade. Isso envolve considerar as particularidades culturais, étnicas, de gênero, entre outras, para promover uma sociedade mais inclusiva e justa. Ao integrar o reconhecimento das diferenças nos discursos sobre Direitos Humanos, pode-se criar uma abordagem mais abrangente e eficaz na promoção da igualdade real. Isso implica não apenas tratar as pessoas de maneira igual, mas também reconhecer e respeitar suas identidades únicas e experiências diversas. Essa perspectiva contribui para a construção de sociedades mais justas, onde cada indivíduo é valorizado independentemente de suas diferenças.

O reconhecimento das diferenças tornou-se central na luta pelos Direitos Humanos, com um enfoque especial em grupos historicamente excluídos ou prejudicados no tecido social. Diversas comunidades passaram a reivindicar seus direitos de forma mais específica, reconhecendo suas identidades únicas e experiências distintas, incluindo mulheres, negros, indígenas, homossexuais, imigrantes, crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência. Essa mudança reflete uma compreensão mais profunda da diversidade presente na sociedade e a necessidade de abordar as desigualdades de maneira mais específica e contextualizada. Ao invés de buscar uma igualdade abstrata, os movimentos agora destacam a importância de reconhecer e valorizar as diferenças individuais e coletivas.

Algumas produções teóricas, segundo Candau (2007), assumem o posicionamento de que a construção da democracia deve colocar ênfase nas questões relativas à igualdade e, portanto, eliminar ou relativizar as diferenças. Outras, porém, defendem um multiculturalismo radical que exalta a diferença em detrimento da igualdade. Candau e Sacavino (2013, p. 63) constataam que a preocupação com a Educação em Direitos Humanos vem se afirmando cada vez mais, tanto no âmbito das políticas públicas quanto no das organizações da sociedade civil.

2.4 DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO OMNILATERAL E O ENSINO MÉDIO INTEGRADO

No art. 35 da Lei 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, fica definido que o ensino médio é a etapa final da educação básica. Entre suas finalidades, está a de preparar para o trabalho e a cidadania, de modo que possibilite ao estudante o contínuo aprendizado e desenvolvimento, adaptação com

flexibilidade aos novos desafios profissionais e aperfeiçoamentos posteriores. O ensino médio tem como missão preparar o estudante para a vida e para o mundo do trabalho, propiciar meios para a continuidade dos estudos, ter a formação para a cidadania como direção e estabelecer a articulação entre conhecimento e processos produtivos.

A narrativa sobre o ensino médio no Brasil, segundo Kuenzer (2000), expõe os desafios inerentes a um nível educacional que, por ocupar uma posição intermediária, enfrenta a complexa tarefa de atender às demandas contraditórias de ser tanto conclusivo quanto preparatório. Embora sua estrutura dual seja fundamental, as várias concepções que evoluem ao longo do tempo refletem a interação das funções predominantes em cada período, vinculadas ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas; em resumo, aborda a complexidade do ensino médio e destaca a importância de considerar as mudanças históricas e as demandas sociais ao moldar sua evolução.

O Ministério da Educação, em 2004, publicou o documento “Proposta em discussão para a educação tecnológica”, em que defende uma educação profissional que, como um componente estratégico na edificação da cidadania e na facilitação da integração mais eficaz de jovens e trabalhadores na contemporaneidade — caracterizada por transformações significativas e uma marcante presença tecnológica —, assume dimensões amplas e complexas. Suas abordagens, tanto em termos conceituais quanto em práticas, transcendem uma compreensão linear, que meramente treina o indivíduo para a empregabilidade, assim como resistem a uma visão reducionista que visa unicamente preparar o trabalhador para a execução de tarefas instrumentais. No entanto, a essência crucial da educação profissional e tecnológica está inextricavelmente ligada ao contexto mais amplo da educação, incorporando os trajetos históricos percorridos pela nossa sociedade.

Nesse documento, o MEC reitera a importância de proporcionar uma educação que possibilite a formação integral do estudante como cidadão e parte integrante de sua sociedade. O estudante não é mais visto como um potencial profissional que oferece seu trabalho para garantir somente o lucro do empregador, mas como um ser humano que tem suas limitações e que, por meio da educação, pode ser integrado na sociedade, vencendo suas dificuldades.

Com a criação dos Institutos Federais em 2008, pela Lei 11.892, esse

comprometimento foi reforçado e os institutos concentraram seus esforços para uma educação profissional de qualidade para a minoria desfavorecida financeiramente que, por anos, esteve às margens da sociedade, apenas tendo ingresso a uma educação fragmentada que visa apenas à formação instrumental com lacunas no processo educacional, sem uma formação omnilateral. Os Institutos Federais foram criados com o intuito não somente de oportunizar uma formação profissional de qualidade, mas também de formar sujeitos com uma atuação consciente e atuante junto à sociedade.

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica foi instituída pela Lei nº 11.892, de 2008, constituída da seguinte forma: I – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Institutos Federais; II – Universidade Tecnológica Federal do Paraná; III – Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – RJ e de Minas Gerais – CEFET – MG; IV – Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (Brasil, 2008, art. 1º). Desses, os Institutos Federais são os que estão presentes em todo o território nacional, oriundos da transformação dos CEFETs e das Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais. Considerados instituições de formação profissional, atendem à educação básica, profissional e superior em suas diversas vertentes (Brasil, 2010).

A educação em Direitos Humanos associa-se plenamente com o ponto de vista formador dos Institutos Federais, conversando com seus aspectos conceituais e com suas finalidades. A rede federal de ensino carrega em sua história a proposta de universalização do ensino médio integrado gratuito à educação profissional e tecnológica, propondo levar uma educação de qualidade para localidades sem oferta de ensino federalizada, trazendo consigo princípios da educação unitária, politécnica, de preceitos omnilaterais, dirigida principalmente aos filhos da classe trabalhadora.

A lei de criação dos Institutos Federais é enfática ao assegurar, em seu art. 8º, a obrigação de os IFs garantirem o mínimo de 50% de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio, os quais podem ser ofertados de forma integrada, concomitante ou subsequente ao ensino médio regular, mas prioritariamente na forma integrada, além de 20% de suas vagas para cursos com foco na formação de professores (Brasil, 2008). A formação humanizada antecede a qualificação profissional, conforme orienta a política que direciona os Institutos Federais, viabilizando ao profissional formado conhecimentos e competências que permitam progresso e evolução pessoal, profissional e humana.

Não se pode deixar de frisar que se espera dos Institutos Federais a devida aplicação prática dos princípios teóricos que fundamentam essa abordagem. Embora a proposta tenha sua base na interligação inalienável entre trabalho e educação como características intrínsecas do ser humano, alguns críticos podem argumentar que a implementação real pode não estar alinhada de maneira eficaz com esses fundamentos.

Uma das críticas é um retorno dos institutos para o antigo cenário de serem escolas de formação técnica destinada a formar sujeitos rasos, adestrados para um trabalho específico. Novamente, confirma-se a armadilha para a Rede, fazendo-a desviar de sua lei de criação para atender às expectativas particulares do mercado. É possível observar que o aumento de cursos de formação rápida oferecidos na modalidade a distância pelos Institutos Federais representa uma ameaça tanto no curto quanto no longo prazo para a rede, como bem observa Oliveira (2023b):

Pensando no caso específico da Rede Federal, observa-se que o crescimento nas matrículas em cursos de formação rápida — que são ofertados na modalidade à distância pelos Institutos Federais (que podem se dar no formato de cursos MOOC) — indica uma ameaça tanto no curto quanto no longo prazo para a Rede. Já no curto prazo, estes cursos sinalizam para um esvaziamento da política de criação dos IFs, pois representam o distanciamento da estrutura de integração e verticalização, inviabilizando a busca da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Vale destacar que, dentro deste ideário neoliberal, prioriza-se o ensino, visto como mercadoria, em detrimento da pesquisa e da extensão (Oliveira, 2023b, p. 347-348).

Para Silva (2012), o ensino médio integrado é um espaço que favorece o desenvolvimento de uma formação revolucionária destinada à classe trabalhadora. Assim, para pensar uma educação nessa direção, deve haver um projeto de escola que explore os conhecimentos de Direitos Humanos relacionados aos conteúdos curriculares, valores e atitudes na defesa e ampliação dos direitos de todos, assim que oportunize aos estudantes a vivência cotidiana desses direitos.

Desse ponto de vista, a percepção da educação em Direitos Humanos enquanto política pública, atravessada por valores éticos, subjetividades, práticas sociais e institucionais, ligada aos princípios de escola unitária, politecnia e omnilateralidade consistem em eixos fundamentais para a formação humana dos estudantes da educação profissional e tecnológica, sobretudo no ensino médio integrado.

A escola unitária ou de formação humanista (entendido este termo, 'humanismo', em sentido amplo e não apenas no sentido tradicional) ou de cultura geral deveria se propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa (Gramsci, 1979, p. 121).

No que se refere ao ensino médio integrado e à educação profissional e tecnológica associados aos princípios do ensino dos Direitos Humanos, trata-se de uma proposta que apresenta a superação das dualidades e contradições impostas pelo capitalismo. Assim, trabalha-se pela escola unitária, guiando para a omnilateralidade, que objetiva a formação integral do ser humano, desenvolvido em todas as suas potencialidades, por intermédio de uma educação que considere a formação científica, tecnológica e humanística, a política e a estética, com vistas à emancipação dos estudantes.

O ponto fundamental nesta proposição é a visão do trabalho como um componente essencial da vida social, mesmo que, paradoxalmente, nas sociedades capitalistas, ele assuma dimensões alienantes. Uma perspectiva central também é a ideia de que a educação politécnica promove a integração entre teoria e prática, possibilitando aos jovens acesso a conhecimentos científicos e tecnológicos que fundamentam a produção industrial. Isso ocorre por meio de processos de simplificação que transformam mecanismos complexos em seus princípios fundamentais, contribuindo assim para o desenvolvimento abrangente dos trabalhadores, conforme o posicionamento do autor Ferretti (2009) em seu artigo "O pensamento educacional em Marx e Gramsci e a concepção de politecnia".

Ainda conforme Ferretti (2009), em seu já citado artigo, o autor faz uma comparação das visões de Marx, Engels e Gramsci sobre as relações entre a educação e o trabalho mediadas pela concepção da politecnia e da formação integral. Eles compartilham a perspectiva teórica do materialismo histórico e a preocupação política em superar a formação social capitalista. A educação escolar é vista por todos como uma possibilidade concreta de elevação cultural dos trabalhadores.

No entanto, suas abordagens divergem devido aos diferentes momentos históricos em que contribuíram. Marx e Engels, no século XIX, focaram na "guerra de movimento" em um contexto de capitalismo selvagem, enquanto Gramsci, nas décadas seguintes, diante de uma sociedade mais complexa, enfatizou disputas ideológicas e ações culturais como dimensões cruciais da luta pelo poder. As

diferenças nas abordagens educacionais refletem as condições históricas específicas, mas todas buscam superar o modo de produção capitalista.

Em meio à constante busca por compreensão e significado, surge o conceito de “omnilateralidade”. Esse termo, muitas vezes eclipsado por ideias mais convencionais, propõe uma abordagem única e abrangente para entender o mundo que nos cerca. Sobre o conceito de omnilateralidade, Sousa Júnior (1999) explica que:

[...] embora não haja em Marx uma definição precisa do conceito de omnilateralidade, é verdade que o autor a ela se refere sempre como a ruptura com o homem limitado da sociedade capitalista. Essa ruptura deve ser ampla e radical, isto é, deve atingir uma gama muito variada de aspectos da formação do ser social, portanto, com expressões nos campos da moral, da ética, do fazer prático, da criação intelectual, artística, da afetividade, da sensibilidade, da emoção, etc. Não implica, todavia, a compreensão de uma formação de indivíduos geniais, mas, antes, de homens que se afirmam historicamente, que se reconhecem mutuamente em sua liberdade e submetem as relações sociais a um controle coletivo, que superam a separação entre trabalho manual e intelectual e, especialmente, superam a mesquinhez, o individualismo e os preconceitos da vida social burguesa (Sousa Júnior, 1999, p.102).

Sendo assim, se reconhece que o ensino em Direitos Humanos vinculado ao projeto de escola unitária, evidenciado pelos princípios de politecnia, com o intuito de formação omnilateral, pode se fundar como uma das condições necessárias para a superação da dualidade educacional, buscando no avanço do capitalismo, e de sua crítica, dominar a proposta burguesa de educação, com suporte na própria sociedade capitalista.

De acordo com Saviani (1989), em seu livro sobre a concepção da politecnia, o conceito de politecnia tem sua origem na questão do trabalho, destacando o trabalho como princípio educativo fundamental. A essência da politecnia reside na integração entre o trabalho intelectual e manual, além de uma formação derivada do trabalho social. Esse conceito contribui para o desenvolvimento dos fundamentos e princípios que organizam o trabalho na sociedade, proporcionando uma compreensão mais profunda de seu funcionamento.

O conceito de politecnia, fundamentado na complexidade do trabalho, pode ser enriquecido ao integrar o ensino de Direitos Humanos. Ao considerar o trabalho como um princípio educativo central, a abordagem da politecnia pode ser expandida para incluir a conscientização sobre os Direitos Humanos. Essa perspectiva envolve a conexão entre o trabalho intelectual e o manual, juntamente com uma formação

baseada no trabalho social, não apenas para compreender os fundamentos da organização do trabalho, mas também para promover valores de equidade, dignidade e justiça, essenciais para uma sociedade harmoniosa e inclusiva.

Frigotto (1989, p. 24) compreende que a concepção de omnilateralidade do ser humano centra-se na apreensão desse enquanto uma totalidade histórica que é, ao mesmo tempo, “natureza”, individualidade e, sobretudo, relação social. Essa concepção de ser humano omnilateral contrapõe-se ao reducionismo histórico do ser humano unilateral, sujeito formado, educado e treinado para desenvolver meramente as demandas do mercado. Espera-se que a formação do ser humano omnilateral traga novas relações sociais, relações essas que transpassem as relações do capital, não sendo definidas pelo caráter de mercadoria e de troca.

Segundo a dialética de Marx, elas só poderiam nascer e serem amplamente satisfeitas em relações não-burguesas, em uma sociedade livre, visto que o homem omnilateral é resultado da totalidade das relações cotidianas não-alienadas (Sousa Júnior, 1999, p. 109).

Quando falamos sobre o ensino médio integrado, ofertado nos Institutos Federais, é indispensável lembrarmos da fundamentação teórica que deu origem a eles e que tem princípios na ligação indissolúvel entre trabalho e educação como atributos ontológicos do ser humano. Partindo desses pensamentos, a proposta socialista da educação profissional e tecnológica conectada ao ensino médio integrado, ofertada pelos Institutos Federais, tem no trabalho como princípio educativo, nos conceitos marxistas de politecnia e omnilateralidade, e na escola unitária de Gramsci suas bases conceituais, o que coaduna com os preceitos da educação em Direitos Humanos (Escosteguy Filho *et al.*, 2019).

Ao dialogarmos sobre trabalho como princípio educativo, Frigotto (2009) define que esse não se reduz à atividade laborativa ou emprego, mas à produção de todas as dimensões da vida humana. Não é uma técnica didática ou metodológica no processo de aprendizagem, mas princípio ético-político. O total exercício da existência humana somente se realizará pela promoção de seu potencial criativo, que dá sentido à própria existência da escola e do processo organizacional ao qual chamamos “educação”.

Nas palavras de Ramos (2008, p. 4):

O trabalho como princípio educativo, não se confunde com o “aprender

fazendo", nem é sinônimo de formar para o exercício do trabalho. Considerar o trabalho como princípio educativo equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isto, apropria-se dela e pode transformá-la. Equivale dizer, ainda, que nós somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade.

É princípio educativo, ainda, porque leva os estudantes a entenderem que todos nós somos seres de trabalho, de conhecimento e de cultura, e que o exercício pleno dessas competências exige superar a exploração. Dessa forma, o trabalho, quando compreendido em sua relação com a educação, não apenas instrumentaliza, mas também emancipa, possibilitando que os sujeitos atuem criticamente na transformação da sociedade e na luta por condições mais justas e dignas para todos.

Concordando com Ciavatta (2014) quando essa propõe a luta pela educação unitária, politécnica e de princípios omnilaterais, através do ensino médio integrado, por meio de práticas educativas que dialogam com o ensino em Direitos Humanos. Porque se luta no campo do trabalho e da educação, pela educação universalizada, laica e gratuita para todos e por uma educação que colabore e apoie a superação da dualidade das classes, trazendo um padrão digno de vida e de consciência não apenas para as elites, mas também para a classe trabalhadora, os reais produtores da riqueza social.

Um desfecho adequado para essas reflexões podem ser as palavras do educador Anísio Teixeira ao dizer que:

Educação é a base, o fundamento, a condição mesma para a democracia. Há educação para alguns, há educação para muitos e há educação para todos. A democracia é o regime mais difícil das educações, a educação pela qual o homem, todos os homens e todas as mulheres aprendem a ser livres, bons e capazes. A justiça social da democracia, por excelência, consiste nessa conquista da igualdade de oportunidades pela educação. Nascemos desiguais, nascemos ignorantes e, portanto, nascemos escravos. Democracia é, literalmente, educação. (Teixeira, 2009, p. 106-107).

Ao encerrar este capítulo, é perceptível que a interseção entre educação profissional e tecnológica, educação omnilateral e Direitos Humanos desenha um quadro complexo e interdependente para o futuro da educação. A proposta de uma educação profissional e tecnológica integrada ao ensino médio, fundamentada nos princípios marxistas e gramscianos de politécnica e omnilateralidade, destaca-se como uma via promissora para o desenvolvimento omnilateral dos estudantes.

No entanto, a importância da educação em Direitos Humanos não pode ser subestimada nesse contexto. Ao incorporar princípios de igualdade, justiça e respeito,

ela não apenas complementa, mas também fundamenta a base humanística da formação. Esse enfoque abrangente não apenas capacita os estudantes para os desafios práticos e técnicos da vida, mas também os fortalece como cidadãos críticos, éticos e socialmente responsáveis.

Em um mundo em constante evolução, enfrentando desafios diversos, a convergência desses elementos revela-se como uma resposta eficaz. Ao alinhar a formação profissional e tecnológica com uma perspectiva omnilateral e alicerçada nos Direitos Humanos, delineamos um caminho educacional que não apenas prepara para o “mercado de trabalho”, mas também busca formar seres humanos comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Assim, evidenciamos a importância de uma abordagem integrada e equilibrada na educação, orientada não apenas para o desenvolvimento de habilidades, mas também para a construção de valores que permeiam a essência de uma sociedade verdadeiramente humana.

3 METODOLOGIA

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar os conhecimentos acerca de Direitos Humanos na vida acadêmica e na formação omnilateral dos estudantes dos cursos de ensino médio integrado do IFSul Câmpus Camaquã e, para tanto, a abordagem de investigação científica escolhida foi pesquisa qualitativa. Conforme descrito no livro *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*, segundo (Minayo 2007, p. 21-22)

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. [...] a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.

A pesquisa qualitativa é uma abordagem metodológica que busca compreender e interpretar fenômenos sociais, culturais ou humanos, explorando a complexidade e a subjetividade das experiências, diferentemente da pesquisa quantitativa, que se baseia em dados numéricos e estatísticos. A pesquisa qualitativa concentra-se em dados não numéricos, como palavras, imagens e observações, visando capturar o significado e o contexto dos fenômenos estudados. Seu objetivo principal é proporcionar uma compreensão mais profunda e holística dos fenômenos sociais, permitindo aos pesquisadores explorar nuances e capturar a riqueza das experiências humanas.

Segundo Minayo (1993), a pesquisa qualitativa busca compreender a complexidade dos fenômenos sociais a partir da vivência dos sujeitos e do contexto em que estão inseridos, valorizando uma abordagem indutiva que permite a construção de significados a partir dos dados, em contraste com a lógica dedutiva da pesquisa quantitativa. Assim, contribui para uma análise mais completa e contextualizada, muitas vezes operando de forma indutiva, permitindo que teorias e entendimentos surjam dos dados coletados, contrastando com a abordagem dedutiva da pesquisa quantitativa, em que as hipóteses são testadas.

Ela é especialmente útil para explorar a diversidade de perspectivas, valores e significados atribuídos pelos participantes ao fenômeno em estudo, sendo crucial para compreender a complexidade das sociedades e culturas examinando processos

sociais, dinâmicas de grupo e interações humanas. A pesquisa qualitativa ajuda a desvendar nuances que podem ser perdidas em abordagens mais quantitativas, contribuindo para uma compreensão mais completa e rica. Ao compreender as perspectivas e experiências das pessoas, esta abordagem pode informar o desenvolvimento de intervenções e políticas mais eficazes, adaptadas às necessidades reais da população estudada.

O presente estudo foi desenvolvido no Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), instituto que faz parte da rede federal de educação profissional e tecnológica criada pela lei 11.892 em 29 de dezembro de 2008. Essa política pública foi responsável pela expansão do número de escolas técnicas pelo Brasil, que atualmente conta com mais de 600 câmpus espalhados pelo país. Desde então, os Institutos Federais têm experimentado um rápido processo de expansão e diversificação de cursos e áreas de atuação, além dos cursos técnicos.

São ofertados graduação, pós-graduação e programas de ensino, pesquisa e extensão, abrangendo diversas áreas do conhecimento, desempenhando um papel de suma importância na oferta de educação profissional e tecnológica de qualidade no Brasil. Forma profissionais em diferentes áreas, promovendo a inclusão social e atendendo às demandas do mundo do trabalho. Os Institutos Federais representam uma importante iniciativa no contexto da educação brasileira, buscando integrar o ensino técnico e tecnológico à educação básica, superior e à pesquisa, ao ensino e à extensão, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do país.

O IFSul tem sua sede administrativa situada em Pelotas/RS e é atualmente formado por quatorze câmpus: Pelotas, Pelotas-Visconde da Graça, Sapucaia do Sul, Charqueadas, Passo Fundo, Bagé, Camaquã, Venâncio Aires, Santana do Livramento, Sapiiranga, Lajeado, Gravataí, Jaguarão e Novo Hamburgo. O instituto caracteriza-se pela verticalização do ensino, oferta educação profissional e tecnológica de diferentes níveis e modalidades de ensino, assim como articula a educação superior, básica e tecnológica, reunindo elementos singulares para a definição de sua identidade, assumindo papel representativo de uma verdadeira incubadora de políticas sociais, uma vez que constrói uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade. Tem como missão “Implementar processos educativos, públicos e gratuitos de ensino, pesquisa e extensão, que possibilitem a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico e

que ampliem as possibilidades de inclusão e desenvolvimento social” (IFSUL, 2023, s.p).

A seguir, podemos observar a distribuição geográfica dos 14 câmpus do Instituto Federal Sul-rio-grandense distribuídos em 13 cidades do estado do RS.

Figura 1 - Distribuição geográfica dos Câmpus do Instituto Federal Sul-rio-grandense



Fonte: IFSUL (2023).

Dentre este universo de 14 Câmpus, a pesquisa será focada nos estudantes dos cursos de ensino médio integrado do Câmpus Camaquã, localizado em Camaquã, cidade polo da região centro-sul do Rio Grande do Sul. Com uma área de 1683.20 km², o município possui 60.368 habitantes, sendo 47.059 na zona urbana e 13.309 na zona rural, onde encontram-se sete distritos. Sua população é oriunda especialmente de colonizadores portugueses, alemães, poloneses, franceses, espanhóis, negros e com os já donos desta terra, os indígenas. Localizada junto à BR-116, à margem direita da Lagoa dos Patos e à margem esquerda do Rio Camaquã, distante 127 km

de Porto Alegre e 125 km de Pelotas, fica situada praticamente no meio do caminho entre dois grandes polos geradores de trabalho e educação no nosso estado.

O IFSul Câmpus Camaquã recebe estudantes de diversas cidades da região como Arambaré, Cerro Grande do Sul, Cristal, Chuvisca, Dom Feliciano, Sentinela do Sul e Tapes, tornando-se também um importante polo educacional da região. Os cursos ofertados estão em consonância com os arranjos produtivos, contribuindo para o desenvolvimento local e regional do contexto em que está inserido, oferecendo atualmente 5 cursos, sendo eles 3 integrados, 1 subsequente e 1 superior, expostos a seguir:

- TEC – Técnico em Eletrotécnica (Subsequente)
- TADS – Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Superior)
- TCA – Técnico em Controle Ambiental (Integrado)
- TAI – Técnico em Automação Industrial (Integrado)
- TINF – Técnico em Informática (Integrado)

O foco da pesquisa nos estudantes dos cursos integrados do Câmpus Camaquã justifica-se por alguns motivos. O primeiro deles foi por entender que é na educação básica que buscamos contribuir com a formação de cidadãos conscientes do seu papel na sociedade, acreditando fielmente que o ensino de Direitos Humanos nessa fase da educação é um dos alicerces para a mudança social.

Em segundo lugar, por ser natural da cidade de Camaquã, acompanhei todo o processo de implementação do câmpus em 2010, tendo oportunidade de observar toda a mudança social que o instituto trouxe para nossa região e, desde 2012, consegui acompanhar mais de perto, então como servidora técnica administrativa, tendo maior proximidade com os estudantes. Assim, conhecendo as engrenagens de uma educação omnilateral e sua importância no desenvolvimento dos estudantes em todas as suas dimensões — intelectual, física, emocional, social e cultural —, constitui-se como projeto coletivo, compartilhado pelos estudantes, suas famílias, os educadores e gestores. Em terceiro, como já citado acima, nosso câmpus fica estrategicamente localizado entre dois importantes polos educacionais e atende várias pequenas cidades da região, tornando-se também um importante polo educacional.

O instituto está intrinsecamente envolvido e comprometido com funções sociais

relacionadas aos Direitos Humanos, tendo como principais ações núcleos ativos na reitoria e câmpus que promovem discussões, seminários, palestras e ações institucionais, impulsionando lutas contra as desigualdades, assédios e os mais diversos assuntos relacionados às lutas sociais das minorias com destaque para o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGED) e Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). Também acredito que o ensino em Direitos Humanos dentro de sala de aula capacita os estudantes a questionarem os sistemas de produção e distribuição de riqueza, promovendo a construção de uma sociedade mais democrática, propiciando a reintegração daqueles indivíduos historicamente minorizados e excluídos, submetidos à posição de submissão, fomentando um ambiente que valoriza a equidade e a justiça social.

Esta pesquisa foi desenvolvida pelo método de estudo de caso. Segundo Gil (2002, p. 55),

Os propósitos do estudo de caso não são os de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população, mas sim o de proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados.

Caracteriza-se como estudo de caso único, pois, de acordo com Gil (2002, p. 139): “[...] se costuma utilizar um único caso quando o acesso a múltiplos casos é difícil e o pesquisador tem possibilidade de investigar um deles”. Além disso, “[...] o estudo de caso é o estudo de um caso, seja ele simples e específico” (Gil, 2002, p. 139). Portanto, segundo Gil (2002, p. 139): “[...] nessa hipótese, a pesquisa deve ser reconhecida como exploratória”.

Segundo Gil (2008), “as pesquisas exploratórias têm como propósito oferecer uma visão geral e aproximativa sobre um determinado fato” que, no caso deste estudo, foram a percepção e os conhecimentos que os estudantes dos cursos integrados do IFSul Câmpus Camaquã têm sobre Direitos Humanos. A técnica de coleta de dados utilizada para responder ao objetivo da pesquisa foi entrevista, a qual é definida por Haguette (1997, p. 86) como um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”.

Em um primeiro momento, realizou-se a análise documental, na qual foram

analisados os documentos pedagógicos do Câmpus Camaquã na busca pela pergunta: como o ensino em Direitos Humanos está sendo desenvolvido nos cursos de ensino médio integrado do Câmpus Camaquã? Utilizada com frequência em estudos nas mais diferentes áreas, em especial nas ciências humanas e sociais aplicadas, a análise documental é conforme expressa Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 5), “[...] um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos”. Dessa forma, a análise documental pode ser desenvolvida a partir de várias fontes e diferentes documentos.

Logo após, foram realizadas entrevistas com 6 estudantes dos 3º e 4º anos dos cursos de ensino médio integrado do IFSul Câmpus Camaquã, indagando aos estudantes suas percepções sobre determinadas situações envolvendo os Direitos Humanos. A escolha dessa amostra de estudantes foi pensada para ter estudantes representando todos os cursos de ensino médio integrado do Câmpus Camaquã e foram escolhidos os últimos anos por estarem há mais tempo na instituição. Após as entrevistas, foram feitas as análises, os dados coletados foram analisados, interpretados e apresentados por meio da análise textual discursiva.

As formas de entrevistas mais utilizadas em Ciências Sociais são: estruturada, semi-estruturada, aberta, entrevistas com grupos focais, história de vida e também a entrevista projetiva. Visando o objetivo desta pesquisa, foi escolhida a técnica de entrevistas abertas, que é utilizada principalmente para fins exploratórios, permitindo detalhar questões e formular conceitos de maneira precisa.

Na estruturação, o entrevistador introduz o tema, dando liberdade ao entrevistado para discorrer sobre o assunto, promovendo uma exploração mais ampla da questão. Durante uma conversa informal, o entrevistador interfere minimamente, adotando uma postura de ouvinte, essa abordagem normalmente é empregada quando se busca obter um grande volume de informações sobre um tema, segundo a perspectiva do entrevistado, e aprofundar detalhes específicos. Ela é utilizada geralmente na descrição de casos individuais, na compreensão de especificidades culturais para determinados grupos e para comparabilidade de diversos casos (Minayo, 1993).

A abordagem de escolha dos estudantes foi feita, primeiramente, com uma explanação sobre a pesquisa nas turmas de 3º e 4º ano dos cursos integrados do

Câmpus Camaquã. Durante essa apresentação, foram esclarecidos os objetivos da pesquisa, a importância da participação dos estudantes e os procedimentos envolvidos. Ao final, indaguei quais deles tinham interesse em participar da pesquisa e, dentre os voluntários, foi realizado um sorteio para a seleção de seis estudantes. Esse critério garantiu um processo de escolha transparente e imparcial, permitindo a participação de diferentes perfis de estudantes, o que enriqueceu a diversidade das percepções analisadas na pesquisa.

Roteiro da entrevista:

1. Como gostaria de ser identificado nesta pesquisa? Crie um apelido de sua preferência
2. Qual sua idade?
3. Com qual gênero você se identifica?
4. Com qual raça você se identifica?
5. Em qual cidade você reside?
6. Em qual curso você está matriculado?
7. Qual sua perspectiva profissional para o futuro?
8. O que é Direitos Humanos para você?
9. Qual a importância dos Direitos Humanos para a sociedade na sua opinião?
10. Onde você recebe informações sobre Direitos Humanos?
11. Qual tema dentro dos Direitos Humanos mais chama a sua atenção?
12. Você conhece declaração dos Direitos Humanos? Sim() Não()
13. Qual dos artigos você gostaria de estudar mais a fundo?
14. Algum/a professor/a trabalhou temas e/ou conteúdos de Direitos Humanos em seu curso?
 - 14.1. Se sim, quais?
 - 14.2. Se sim, em quais disciplinas?
 - 14.3. Se sim, como foram trabalhados os temas?
15. Trabalhar temas dos Direitos Humanos fez com que você refletisse algo em sua vida?
16. Você acredita que os Direitos Humanos devem ser trabalhados na formação do Técnico em Automação, Informática e Controle Ambiental? O/a profissional que atua nestas áreas deve conhecer temas dos Direitos Humanos?
17. Existe algo que eu não perguntei, mas que você acha relevante ser dito sobre o tema da pesquisa?

A pesquisa foi iniciada após a aprovação do Comitê de Ética². Após aprovada, os estudantes foram **convidados** para participarem da pesquisa, bem como foi solicitado que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido — TCLE, para os maiores de idade (Apêndice B), enquanto para os pais ou responsáveis no caso de estudantes menores de 18 anos (Apêndice A). Além disso, para os alunos menores de idade, foi ofertado o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido — TALE (Apêndice C). Nesses termos, contêm informações sobre o projeto e esclarecimentos sobre os riscos e benefícios relacionados à participação na pesquisa.

É importante ressaltar que a participação foi voluntária e os participantes não tiveram nenhum **custo** nem receberam qualquer vantagem financeira. Eles foram devidamente esclarecidos sobre o estudo em qualquer aspecto que desejaram saber e tiveram total liberdade para decidir participar ou recusar-se a participar. Eles também tiveram o direito de retirar seu consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento, bem como recusar-se em participar, o que não acarretou qualquer penalidade ou modificação na forma como foram atendidos pela pesquisadora.

Não houve **riscos** maiores na participação desta pesquisa. No entanto, caso o participante sentisse qualquer forma de desconforto ou mal-estar relacionado à rememoração de experiências passadas, seria acompanhado pela pesquisadora ao setor de apoio ao ensino do Câmpus Camaquã onde seria acolhido pela Psicopedagoga, sendo garantida a possibilidade de parar sua participação no estudo em qualquer momento, o que não aconteceu.

A pesquisadora tratou a identidade dos participantes com padrões profissionais de sigilo total. Sendo mantidos todos os preceitos ético-legais durante e após o término da pesquisa, de acordo com as Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, os resultados da pesquisa estarão à disposição dos participantes quando finalizada. Os nomes ou os materiais que indiquem a participação não serão liberados em hipótese alguma.

Como **benefício** pela participação na pesquisa, ela será registrada separadamente por mim como servidora técnica-administrativa como projeto de pesquisa, gerando certificado e horas complementares, que enriquecerão seus currículos. Os participantes também receberão o produto educacional final desta

² Número do parecer: 6.964.092

pesquisa, que ampliará seus conhecimentos sobre o tema.

Conforme o Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL, 2020) destaca,

Projeto de Pesquisa: é um processo de investigação que tem como finalidade gerar, corroborar ou refutar conhecimentos, a partir da aplicação do método científico. É, portanto, um processo de aprendizagem tanto do indivíduo que a realiza quanto da sociedade que se beneficia dos resultados, podendo ser científica ou aplicada (IFSUL, 2020, s.p).

As entrevistas foram iniciadas em outubro de 2024, após, os dados coletados foram analisados, interpretados e apresentados por meio da Análise Textual Discursiva (ATD). Segundo Moraes e Galiuzzi (2006), a Análise Textual Discursiva “[...] é uma abordagem de análise de dados que transita entre duas formas consagradas de análise na pesquisa qualitativa que são a análise de conteúdo e a análise de discurso” (Moraes; Galiuzzi, 2006, p. 118). É uma metodologia que possui potencial para analisar informações de natureza qualitativa, permitindo a geração de novas compreensões acerca de fenômenos e discursos (Moraes; Galiuzzi, 2016). Além disso, Moraes (2020) destaca que:

No processo da ATD os pesquisadores são convidados a desconstruírem e reconstruírem conceitos, com unitarização, categorização e produções escritas derivadas de suas análises e sínteses. Nesse desconstruir e esforço reconstrutivo explodem novas compreensões, sempre com intensa participação e autoria (Moraes, 2020, p. 600).

Após as entrevistas, foi realizada a unitarização, apresentando-se unidades empíricas e teóricas. Por fim, após a seleção das categorias iniciais e intermediárias de análise, realizou-se uma conexão com o referencial teórico, culminando na produção de um metatexto, a fim de comunicar a interpretação dos resultados obtidos por meio do método de análise textual discursiva.

Moraes e Galiuzzi (2006) constataam que, por meio da análise textual discursiva, são criados espaços de reconstrução dos entendimentos, abarcando uma variedade de elementos que incluem “[...] especialmente a compreensão da produção de significados sobre os fenômenos investigados e a transformação do pesquisador” (Moraes; Galiuzzi, 2006, p. 117). Portanto, a utilização dessa metodologia tem se mostrado como uma “ferramenta aberta” (Moraes; Galiuzzi, 2006, p. 120), em que o pesquisador necessita “[...] aprender a conviver com uma abordagem que exige constantemente a (re)construção de caminhos” (Moraes; Galiuzzi, 2006, p. 120) a percorrer na pesquisa.

Figura 2 - Metodologia de Análise Textual Discursiva (ATD), contemplando todas as etapas do processo



Fonte: elaborado por Schons (2023, p. 87) adaptado a partir de Silva e Marcelino (2022, p. 34).

Abaixo, o quadro traz de forma resumida os procedimentos metodológicos que foram utilizados nesta pesquisa.

Quadro 2 – Procedimentos metodológicos

TIPO	DESCRIÇÃO
Abordagem	Qualitativa
Instrumentos de coleta de dados	Entrevistas
Análise de dados	Análise Textual Discursiva

Fonte: elaborado pela autora.

A metodologia da pesquisa foi dividida em duas etapas principais: a análise documental e as entrevistas com os estudantes. A primeira etapa buscou identificar como o ensino de Direitos Humanos está sendo formalmente estruturado nos documentos pedagógicos da instituição, já a segunda parte explorou as percepções dos estudantes sobre situações relacionadas aos Direitos Humanos, oferecendo uma perspectiva prática e vivencial desse ensino. Com essa divisão, foi possível construir uma base para a análise dos dados que será apresentada no próximo capítulo.

4 OS DIREITOS HUMANOS NOS DOCUMENTOS PEDAGÓGICOS DO IFSUL CÂMPUS CAMAQUÃ

A relação entre Direitos Humanos e o ensino médio integrado ofertado pelos Institutos Federais de educação, ciência e tecnologia e, mais especificamente, no Câmpus Camaquã, o qual é foco desta pesquisa, pode ser analisada sob variadas concepções, todas convergindo para a promoção de uma educação que visa à formação omnilateral dos estudantes e ao desenvolvimento crítico, consciente e participativo. Para compreender como o ensino em Direitos Humanos está sendo desenvolvido nos cursos de ensino médio integrado do Câmpus Camaquã, foram analisados alguns documentos, começaremos falando dos projetos pedagógicos de curso (PPC) que são documentos orientadores que definem as práticas pedagógicas, suas concepções, estruturas e planejamentos.

Os PPCs confirmam as afirmações feitas acima sobre a educação dos estudantes em suas descrições para os cursos de ensino médio integrado de Técnico em Automação Industrial, Técnico em Controle Ambiental e Técnico em Informática. Os cursos de ensino médio integrado são estruturados para promover a formação omnilateral do estudante, incluindo a evolução dos processos de competências cognitivas, emocionais e sociais. Esse tipo de educação é primordial para a realização dos Direitos Humanos, pois habilita os estudantes a entenderem, respeitarem e lutarem pelas diferenças da sociedade, trabalhando na formação de sujeitos capazes de construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao preparar os estudantes para o mundo do trabalho em áreas de alta demanda, os cursos buscam contribuir para a igualdade de oportunidades e para a redução das desigualdades, tentando promover acesso igualitário à educação técnica de qualidade, o que é um direito fundamental.

O objetivo geral apresentado no PPC do curso de ensino médio integrado em Automação Industrial traz a seguinte descrição:

Oferecer ao aluno a formação de ensino médio integrado à qualificação profissional com a habilitação de técnico em Automação Industrial, visando o pleno desenvolvimento humano, preparando o aluno para exercício da cidadania capacitando-o para o exercício pleno de seus direitos e para a inserção qualificada no mundo do trabalho habilitando-o para projetar, instalar, operar, programar e manter sistemas de controle e Automação Industrial (IFSUL, 2024, s.p).

Em termos metodológicos, evidencia-se a preferência por atividades

integradoras, trabalhos por projetos e resolução de problemas que visam contribuir para a formação de um estudante autônomo e crítico com relação aos seus processos formativos, fomentando a interação e a compreensão das diversas formas de expressão, averiguando seus aspectos históricos e possibilitando o respeito à diversidade.

A relação de Direitos Humanos com o curso de Automação Industrial pode ser analisada a partir de como esses princípios metodológicos são incorporados nas práticas pedagógicas e na vivência dos estudantes. Assim, busca-se uma educação que não apenas tenha como foco a preparação técnica dos estudantes, mas também favoreça a cidadania, a ética e o respeito aos Direitos Humanos.

Essa relação manifesta-se na forma como a Automação Industrial impacta no trabalho e na economia da sociedade, preparando profissionais para lidar com esses impactos de forma ética e responsável, buscando melhorar as condições de trabalho ao reduzir a exposição dos trabalhadores a tarefas perigosas e insalubres, por exemplo. Por outro lado, a automação pode levar à substituição de postos de trabalho, o que levanta questões sobre o direito ao emprego, um dos direitos sociais associado aos Direitos Humanos.

A Automação Industrial tem um papel muito importante também com tecnologias assistivas para pessoas com deficiência, o curso pode ajudar no desenvolvimento de soluções que ajudem a eliminar barreiras para essas populações, garantindo seus direitos de participação plena na vida social e econômica. Assim, a formação em Automação Industrial no IFSul Câmpus Camaquã pode ser vista como um vetor para a promoção de Direitos Humanos, ao garantir que a automação seja utilizada de forma a beneficiar toda a sociedade e a proteger os direitos de todos os indivíduos:

O Curso Técnico em Automação Industrial assegura currículos, métodos e técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às necessidades individuais dos estudantes. Pode contemplar ainda em sua proposta a possibilidade de flexibilização e adaptações curriculares e, quando necessário, terminalidade específica considerando o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, das metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados, dos processos de avaliação compreensiva adequados ao desenvolvimento dos estudantes e em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória (IFSUL, 2024, s.p).

Essa descrição do Curso Técnico em Automação Industrial destaca o

compromisso com um currículo adaptável e voltado para atender às necessidades específicas de cada aluno, com a possibilidade de flexibilização curricular e adaptações, junto com a consideração por uma terminalidade específica. Assim, demonstra uma abordagem inclusiva e prática, buscando integrar conteúdos essenciais com metodologias e recursos que acompanhem o desenvolvimento individual de cada estudante.

Já o PPC do curso Técnico em Controle Ambiental nos traz como objetivo geral:

oferecer ao aluno a formação de ensino médio integrada à qualificação profissional com a habilitação técnica em Controle Ambiental, visando o pleno desenvolvimento humano, preparando o aluno para exercício da cidadania e atuação profissional no monitoramento da qualidade ambiental, saneamento básico e nas diferentes áreas do processo produtivo, como um agente promotor do desenvolvimento sustentável (IFSUL, 2019, s.p).

O curso usa como alicerce o trabalho como princípio educativo, procurando desenvolver a compreensão dos estudantes sobre o processo histórico de produção científica e tecnológica, assim como os impactos sociais e ambientais dos modelos de produção para que possam atuar de forma crítica e propositiva, promovendo a melhoria da qualidade de vida. Sendo assim, ao longo do curso, essa conexão ocorre por intermédio de atividades integradoras, projetos interdisciplinares, eventos, entre outras atividades planejadas coletivamente a fim de promover o diálogo entre diferentes saberes. Além disso, visando desenvolver a politecnia, no sentido de uma educação tecnológica para formação omnilateral dos sujeitos, diversas disciplinas do curso foram organizadas integrando conhecimentos da formação geral e da formação profissional.

Para além da preparação para o mundo do trabalho, o Técnico em Controle Ambiental tem como objetivo a formação para a cidadania e o pleno desenvolvimento humano, visando à formação de indivíduos capazes de atuar como dirigentes conscientes, superando a divisão histórica do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. As metodologias empregadas associam-se à formação de habilidades e competências para formar sujeitos aptos a exercerem sua cidadania com excelência, privilegiando entre outras estratégias o diálogo entre escola, família e comunidade, buscando superar a dualidade entre trabalho e educação, proporcionando a formação de profissionais protagonistas de seu aprendizado.

A relação do curso Técnico em Controle Ambiental com os Direitos Humanos

está interligada pela proteção do meio ambiente que, por sua vez, está intrinsecamente associada à garantia de uma série de direitos fundamentais. O artigo 225 da Constituição Federal estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. O curso aborda conceitos de sustentabilidade e práticas de controle ambiental que buscam não apenas a preservação dos recursos naturais, mas também a justiça ambiental, garantindo que todas as pessoas, especialmente as comunidades vulneráveis, tenham acesso a um ambiente saudável.

Os técnicos em Controle Ambiental muitas vezes trabalham em projetos que envolvem a participação da comunidade externa, promovendo a inclusão social e o fortalecimento das populações na gestão e preservação de seus recursos naturais. O curso pretende formar profissionais capazes de proporcionar o uso sustentável dos recursos naturais, garantindo que as futuras gerações tenham acesso aos mesmos direitos e oportunidades de desenvolvimento, o que está ligado ao conceito de equidade intergeracional, um princípio fundamental dos Direitos Humanos.

O curso de Técnico em Informática tem como objetivo geral:

Propiciar formação profissional técnica de nível médio que possibilite a formação de cidadãos críticos e solidários, comprometidos politicamente com um projeto de sociedade mais justa e capazes de atender às demandas do mundo do trabalho na área de informática (IFSUL, 2024, s.p).

Possui uma metodologia que possibilita uma formação técnica com foco no desenvolvimento científico e tecnológico de modo a preparar o estudante para uma atuação diversificada, cooperativa e humanística. Alguns de seus objetivos específicos são:

- Proporcionar a formação crítica do educando, visando a cidadania plena, e as bases para leitura crítica do mundo do trabalho e formação técnica, no sentido de promover uma qualificação profissional e desenvolvimento integral de suas potencialidades.
- Oportunizar a formação de um cidadão/profissional apto ao exercício de suas funções e consciente de suas responsabilidades, bem como de seus direitos.
- Estimular o desenvolvimento de uma consciência ética permeada por valores como: cooperação, respeito, tolerância, autonomia, entre outros com vistas a uma sociedade mais justa, inclusiva e autossustentável (IFSUL, 2024, s.p).

O curso Técnico em Informática oferece aos estudantes a oportunidade de

adquirir habilidades em uma área essencial para o mundo moderno, contribuindo para o direito à educação de qualidade, garantindo que os estudantes tenham acesso ao conhecimento necessário para participar plenamente da inclusão digital, que é fundamental para a equidade social e o acesso a outros direitos, como o acesso à informação, à educação online e aos serviços públicos digitais.

Os estudantes aprendem sobre segurança da informação, proteção de dados e ética no manejo de informações digitais, estando diretamente relacionado ao direito à privacidade, que é um direito humano fundamental. O curso prepara os profissionais para identificar e mitigar ameaças cibernéticas, que são essenciais para proteger os direitos dos usuários de tecnologia, garantindo a segurança e a integridade dos sistemas, incentivando os estudantes a usarem suas habilidades de maneira a promover o bem-estar social, a justiça e a equidade, perfazendo um uso responsável da tecnologia na sociedade.

Assim como o curso de Automação Industrial, o Técnico em Informática tem também a capacidade de criar tecnologias assistivas para a inclusão de pessoas com deficiência, tendo como objetivo promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. O curso também contempla a política de inclusão e acessibilidade do estudante.

De modo geral, todos os cursos de ensino médio integrado do Câmpus Camaquã trazem em seus PPCs o compromisso de formar sujeitos capazes de exercer com aptidão sua condição de cidadão, promovendo a construção de conhecimentos que tenham relevância tanto para o estudante quanto para a sociedade. Assim, mantém-se o entendimento de que o conhecimento não se dá de forma subdividida e sim no vínculo entre as diferentes ciências, assumindo uma educação interdisciplinar.

Ademais, todos contam com três políticas importantes para a efetivação dos Direitos Humanos, contemplando preocupações com a igualdade, dignidade, inclusão, ética e justiça. Essas políticas são: a política de formação integral do estudante que traz o planejamento para a efetivação de uma educação que forme um ser omnilateral, a política de apoio ao estudante que proporciona ao estudante condições favoráveis para seguir com seus estudos através de programas, auxílios e projetos ofertados pelo IFSul e a política de inclusão e acessibilidade que garante a permanência dos

estudantes com necessidades educacionais específicas, consolidando o direito de pessoas com deficiência.

Os cursos também contam com o auxílio de núcleos de apoio como o NAPNE — Núcleo de apoio a pessoas com necessidades específicas, o NUGED — Núcleo de gênero e diversidade e o NEABI — Núcleo de educação afro-brasileira e indígena, todos na busca pela diminuição das discriminações que atingem nossa sociedade. Da mesma forma, os três pilares da base da educação no IFSul Câmpus Camaquã — ensino, pesquisa e extensão — têm um capítulo exclusivo em seus PPCs intitulado formas de implementação das políticas de ensino, pesquisa e extensão. Essas políticas visam promover uma educação de qualidade que seja inclusiva, ética e socialmente responsável, refletindo instrumentos poderosos para a promoção e a defesa dos Direitos Humanos.

Após análise dos PPCs, foram feitas observações também nas matrizes curriculares e nos programas das disciplinas e nota-se uma organização já anunciada nos PPCs. A organização curricular contempla estratégias problematizadoras, tratando as concepções da área técnica específica e demais saberes ligados à formação geral do estudante de forma conectada e interdisciplinar. Assim, vincula-os permanentemente às suas dimensões do trabalho, com a finalidade de garantir o princípio da indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino e aprendizagem. As sequências curriculares estão organizadas para facilitar a articulação entre as diferentes disciplinas que compõem a grade curricular e o encontro de diferentes áreas do conhecimento tanto pela realização de atividades integradoras quanto pelo desenvolvimento de temas transversais.

A organização curricular proposta nos cursos de ensino médio integrado do Câmpus Camaquã encontra-se dividida em 4 anos, nos quais os estudantes têm disciplinas tanto da área técnica quanto da formação geral. A presente organização busca favorecer tanto a possibilidade de integração entre a área técnica e a formação geral quanto entre as disciplinas da mesma área. Com os temas transversais apresentados nos Parâmetros Curriculares Nacionais³ são abordados respeito mútuo, justiça, diálogo, solidariedade, ética e cidadania em disciplinas como Sociologia, Filosofia, Educação Física, Tópicos Especiais, Metodologia Científica, Metodologia de

³ Os PCNs já não são mais válidos, sua referência está presente, pois os PPCs remontam à época de sua aplicação.

Projetos e Gestão e Empreendedorismo.

Pluralidade cultural é outro tema transversal relevante, disciplinas como História, Geografia, Sociologia, Filosofia, Artes e Línguas desenvolvem atividades com esse tema para diminuir a discriminação e valorizar a diversidade que constitui o patrimônio sociocultural brasileiro, enaltecendo a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. Os Direitos Humanos, ao serem incorporados de maneira transversal e interdisciplinar nas diferentes disciplinas, enriquecem o processo educativo e promovem uma educação que vai além da simples transmissão de conhecimentos técnicos, contribuindo para a formação omnilateral dos estudantes e promovendo uma cultura de respeito, dignidade e justiça.

Maria Candau (2008) enfatiza que os Direitos Humanos não devem ser tratados apenas como um conteúdo específico em uma disciplina isolada, mas sim como um eixo central que perpassa todo o currículo e todas as práticas pedagógicas. A autora defende que os Direitos Humanos devem ser integrados de forma transversal, isto é, devem estar presentes em todas as disciplinas e não apenas em disciplinas tradicionalmente associadas a temas sociais, como História ou Sociologia. Ela argumenta que a transversalidade permite que os valores de respeito, dignidade, igualdade e justiça permeiem toda a formação dos estudantes.

Em princípio, os documentos pedagógicos dos cursos de ensino médio integrado do Câmpus Camaquã em análise comparativa revelam que tanto a proposta de Maria Candau quanto a educação integral do IFSul Câmpus Camaquã compartilham uma preocupação central com a formação omnilateral dos estudantes, incorporando elementos éticos, sociais e críticos. No entanto, enquanto Candau coloca um forte foco na transversalidade dos Direitos Humanos em todas as disciplinas, os cursos ainda têm uma abordagem técnica específica em algumas disciplinas, sem muito espaço para os Direitos Humanos, embora também se preocupem com a formação cidadã.

Observou-se que o curso técnico em Controle Ambiental apresenta a maior inserção dos Direitos Humanos nas disciplinas técnicas, adotando o trabalho como princípio educativo, incentivando os estudantes a compreenderem o processo histórico da produção científica e tecnológica, bem como os impactos sociais e ambientais dos modelos de produção. O objetivo é capacitá-los para atuar de forma crítica e propositiva na promoção da qualidade de vida, por meio de tecnologias

voltadas à preservação da natureza.

Em sua sequência curricular, a grade é organizada para facilitar a articulação entre as disciplinas, promovida através de atividades integradoras, projetos interdisciplinares e eventos, planejados coletivamente pelos docentes para estimular o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento. Além disso, com o propósito de desenvolver a politecnia, no sentido de uma formação tecnológica omnilateral, as disciplinas do curso integram saberes da formação geral (propedêutica) e da formação profissional (técnica). Essa integração é particularmente forte entre os conhecimentos técnicos e as disciplinas de Biologia, Química, Tópicos Especiais, Tratamento de Águas e Afluentes e Ciências Humanas, e é realizada tanto em disciplinas específicas, como Elaboração de Projetos Ambientais I e II, quanto em atividades que articulam ensino, pesquisa e extensão.

Os demais cursos, apesar de sua preocupação com a integração e o compromisso de formar estudantes capazes de exercer criticamente a sua cidadania, não conseguiram incluir em suas disciplinas técnicas a base dos Direitos Humanos. Apesar da importância dos Direitos Humanos no contexto educacional, observa-se uma ausência significativa de sua inserção nas disciplinas técnicas dos cursos de Automação Industrial e Informática do IF Sul Câmpus Camaquã. Os currículos desses cursos ainda tendem a priorizar exclusivamente aspectos técnicos e operacionais, relegando questões éticas, sociais e humanas a um segundo plano, o que limita a formação crítica dos estudantes.

Essa ausência pode ser interpretada como uma falha em articular o conhecimento técnico com uma visão mais ampla das responsabilidades sociais que acompanham o desenvolvimento tecnológico, ao focar apenas nas habilidades técnicas e ignorar a dimensão humana e social das inovações tecnológicas. Sacavino (2000, 2016) destaca a importância de três elementos fundamentais para uma educação em Direitos Humanos: A educação para o "nunca mais", a formação de sujeitos de direitos e a promoção do empoderamento. Observa-se que essas dimensões se encontram ausentes nas disciplinas técnicas dos cursos de Automação Industrial e Informática.

Ao priorizar o desenvolvimento de competências técnicas, esses cursos deixam de lado o papel essencial da educação em resgatar a memória histórica das violações de Direitos Humanos, elemento que, segundo a autora, é indispensável para evitar a

repetição de injustiças e opressões. Ao não proporcionar uma reflexão sobre cidadania e o impacto social e ético de suas profissões, os cursos deixam de promover o que Sacavino chama de "tecer cidadania". Por fim, a promoção do empoderamento, o terceiro elemento essencial destacado por Sacavino, também fica comprometido. A falta de integração dos Direitos Humanos nas disciplinas técnicas impede que os estudantes desenvolvam uma compreensão mais ampla de seu papel como agentes de transformação social, como bem ressalta a autora, é fundamental que a educação promova a participação ativa de sujeitos historicamente subalternizados.

Após análise da matriz curricular e do programa das disciplinas, observou-se que, das disciplinas comuns a todos os cursos, 11 disciplinas trazem em sua ementa os fundamentos dos Direitos Humanos. Os cursos de Controle Ambiental e Automação Industrial possuem um total de 55 disciplinas, sendo 21 delas da área técnica. No curso de Controle Ambiental, além das disciplinas comuns, outras 6 da área técnica abordam os Direitos Humanos, totalizando um percentual de 30,91% de disciplinas que contêm em suas ementas os Direitos Humanos. Já no curso de Automação Industrial, isso significa que cerca de 20% das disciplinas contêm em suas ementas os Direitos Humanos. O curso de Informática possui 49 disciplinas ao total, sendo 16 delas da área técnica, representando aproximadamente 22,45% das disciplinas em que constam em suas ementas os Direitos Humanos.

As disciplinas com referências aos Direitos Humanos comuns a todos os cursos são: Filosofia, Sociologia, História, Geografia, Educação Física, Artes, Espanhol, Inglês, Gestão e Empreendedorismo, Biologia e Língua Portuguesa. Filosofia, Sociologia, História, Geografia e Biologia buscam fornecer uma base sólida para o ensino dos Direitos Humanos, através dessas matérias, são abordados temas como ética, justiça social, cidadania, diversidade cultural e responsabilidade ambiental, que constituem princípios fundamentais dos Direitos Humanos.

Elas buscam incentivar o desenvolvimento de uma consciência crítica e reflexiva nos estudantes, explorando as relações sociais, políticas e culturais que moldam a sociedade, promovendo uma visão mais abrangente, preparando os alunos para serem cidadãos participativos e conscientes do seu papel na promoção dos direitos fundamentais e da justiça social. A Educação Física, de acordo com a ementa analisada, vai além da prática esportiva, promovendo valores como respeito, cooperação, inclusão e o direito à saúde e ao bem-estar. Nas Artes, a expressão

cultural e a sensibilidade artística permitem que os estudantes reflitam sobre temas relacionados à diversidade, liberdade de expressão e identidade. Abaixo apresento um exemplo de conteúdo constante no programa de disciplina de Educação Física:

Jogos Cooperativos

2.1 Conceito

2.2 Jogos Cooperativos e Jogos Competitivos: semelhanças e diferenças

2.3 Vivência de experiências motoras cooperativas

2.4 Elaboração e aplicação de Jogos Cooperativos (IFSUL, 2021, s.p).

Os jogos cooperativos e os Direitos Humanos compartilham valores fundamentais, como a colaboração, o respeito mútuo e a inclusão, promovendo o bem-estar coletivo e a convivência pacífica. Ambos valorizam a empatia e a compreensão das necessidades e diferenças, trabalhando juntos para alcançar um objetivo comum, estimulando habilidades como a escuta, a comunicação e o apoio mútuo.

As disciplinas de Espanhol, Inglês e Língua Portuguesa, em suas ementas, destacam o objetivo de proporcionar aos estudantes uma abertura para o diálogo intercultural, permitindo a compreensão das diferentes culturas e contextos sociais, essenciais para o respeito à diversidade e aos direitos universais. Já em Gestão e Empreendedorismo, os princípios dos Direitos Humanos são abordados indiretamente através de discussões sobre ética nos negócios, responsabilidade social e práticas sustentáveis, preparando os alunos para serem profissionais que atuam com consciência e respeito aos direitos fundamentais, tanto no ambiente empresarial quanto na sociedade.

Em um trecho da descrição da disciplina de Língua Portuguesa há menção à “reflexão sobre a cultura afro-brasileira e indígena e suas contribuições na língua portuguesa e na literatura” (IFSUL, 2021, s.p). A articulação entre o materialismo histórico da cultura afro-brasileira e indígena com os Direitos Humanos revela o entendimento de reconhecer as lutas históricas por dignidade, respeito e igualdade. O materialismo histórico ressalta a importância da luta coletiva por direitos, como os movimentos afro-brasileiros e indígenas que buscam justiça social, igualdade e reconhecimento de suas terras e direitos culturais. Esses movimentos são

fundamentais na luta pela afirmação dos Direitos Humanos no Brasil.

No programa da disciplina de Gestão e Empreendedorismo, consta o seguinte texto:

Análise da situação do emprego e levantamento de oportunidades para aplicação dos conhecimentos de forma criativa. Reflexão sobre empreendimentos relevantes e importantes para a sociedade (IFSUL, 2021, s.p).

A interseção entre a situação do emprego e os Direitos Humanos nos leva a uma reflexão sobre a importância de construir uma sociedade mais justa e equitativa. O reconhecimento do trabalho como um direito humano, aliado à promoção de iniciativas que respeitem a dignidade dos indivíduos, é fundamental para a realização plena dos direitos de todos; a reflexão sobre empreendimentos relevantes e sua contribuição para a sociedade assume uma dimensão ainda mais significativa. Os empreendimentos não devem ser vistos apenas como ferramentas de lucro, mas também como plataformas para promover a inclusão social. Assim, o parágrafo em questão não apenas aborda questões práticas sobre o emprego e a criatividade, mas também nos convida a considerar a responsabilidade coletiva em prol de uma sociedade que respeita e promove os Direitos Humanos.

Saviani (2009), em seu livro *Escola e Democracia*, nos convida a pensar a educação não apenas como uma preparação para o mercado de trabalho, mas como um processo formativo mais amplo, no qual a técnica, a ciência e a cultura se inter-relacionam para formar sujeitos capazes de transformar uma sociedade. A inserção dos Direitos Humanos nos cursos integrados é um indicativo positivo, mas é necessário ampliar essa abordagem, de forma que o ensino técnico e o humanístico caminhem juntos, em um equilíbrio que prepara os alunos para atuarem de forma crítica e emancipadora no mundo do trabalho e na sociedade.

Contudo, uma diferença importante entre a concepção dos cursos integrados de nível médio ofertados pelo IFSul Câmpus Camaquã é a ênfase atribuída à formação técnica *versus* humanística. Nos cursos observados, nota-se que apenas uma parcela das disciplinas trata de temas relacionados aos Direitos Humanos: cerca de 30,91% no curso de Controle Ambiental, 20% em Automação Industrial e 22,45% em Informática. Isso indica que, apesar da inserção de disciplinas com foco nos Direitos Humanos, o foco principal ainda está nas áreas técnicas, o que limita uma

abordagem mais ampla e equilibrada entre o técnico e o humanístico. Já na perspectiva de Saviani (2009), a educação politécnica deve integrar de maneira mais profunda e equilibrada esses dois campos, não permitindo que a formação técnica predomine sobre a formação crítica e cultural.

4.1 CIDADANIA, TRABALHO E DIVERSIDADE: A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS DO IFSUL CÂMPUS CAMAQUÃ SOBRE DIREITOS HUMANOS

Após ser autorizada a realização da pesquisa pelo Comitê de Ética em 15 de agosto de 2024 e pelo IFsul Câmpus Camaquã, apresentei minha pesquisa aos alunos das turmas de 3º e 4º anos dos cursos de ensino médio integrado do câmpus: Técnico em Controle Ambiental, Técnico em Automação Industrial e Técnico em Informática. Expliquei que a pesquisa seria feita de forma voluntária e sigilosa, sem custo, com o benefício de certificação em projeto de pesquisa submetido para fins de registro no final desta pesquisa. Após as apresentações, indaguei quais deles tinham interesse de participação na pesquisa, dentre os voluntários foi feito um sorteio para a escolha dos 6 estudantes, dois alunos de cada curso que estavam cursando o 3º e o 4º ano dos cursos técnicos integrados do Câmpus Camaquã.

As entrevistas foram realizadas em uma sala do Câmpus Camaquã, especialmente reservada para esse fim, mantendo o sigilo dos participantes e os deixando o mais à vontade possível com sua participação. A entrevista foi gravada e depois transcrita para melhor análise dos resultados. As perguntas feitas nas entrevistas serão lembradas a seguir:

Roteiro da entrevista:

1. Como gostaria de ser identificado nesta pesquisa? Crie um apelido de sua preferência
2. Qual sua idade?
3. Com qual gênero você se identifica?
4. Com qual raça você se identifica?
5. Em qual cidade você reside?
6. Em qual curso você está matriculado?
7. Qual sua perspectiva profissional para o futuro?
8. O que é Direitos Humanos para você?
9. Qual a importância dos Direitos Humanos para a sociedade na sua opinião?
10. Onde você recebe informações sobre Direitos Humanos?
11. Qual tema dentro dos Direitos Humanos mais chama a sua atenção?
12. Você conhece declaração dos Direitos Humanos? Sim() Não()
13. Qual dos artigos você gostaria de estudar mais a fundo?
14. Algum/a professor/a trabalhou temas e/ou conteúdos de Direitos Humanos em seu curso?
 - 14.1. Se sim, quais?
 - 14.2. Se sim, em quais disciplinas?
 - 14.3. Se sim, como foram trabalhados os temas?
15. Trabalhar temas dos Direitos Humanos fez com que você refletisse algo em sua vida?
16. Você acredita que os Direitos Humanos devem ser trabalhados na formação do Técnico em Automação, Informática e Controle Ambiental? O/a profissional que atua nestas áreas deve conhecer temas dos Direitos Humanos?
17. Existe algo que eu não perguntei, mas que você acha relevante ser dito sobre o tema da pesquisa?

A partir do exposto, começaremos a apresentar as informações relacionadas a idade, gênero, cor/raça, cidade em que reside e perspectiva profissional. Desta forma, constatou-se que, dos 6 estudantes que participaram da pesquisa, 4 estudantes possuem 18 anos e 2 estudantes possuem 19 anos, sendo todos maiores de idade.

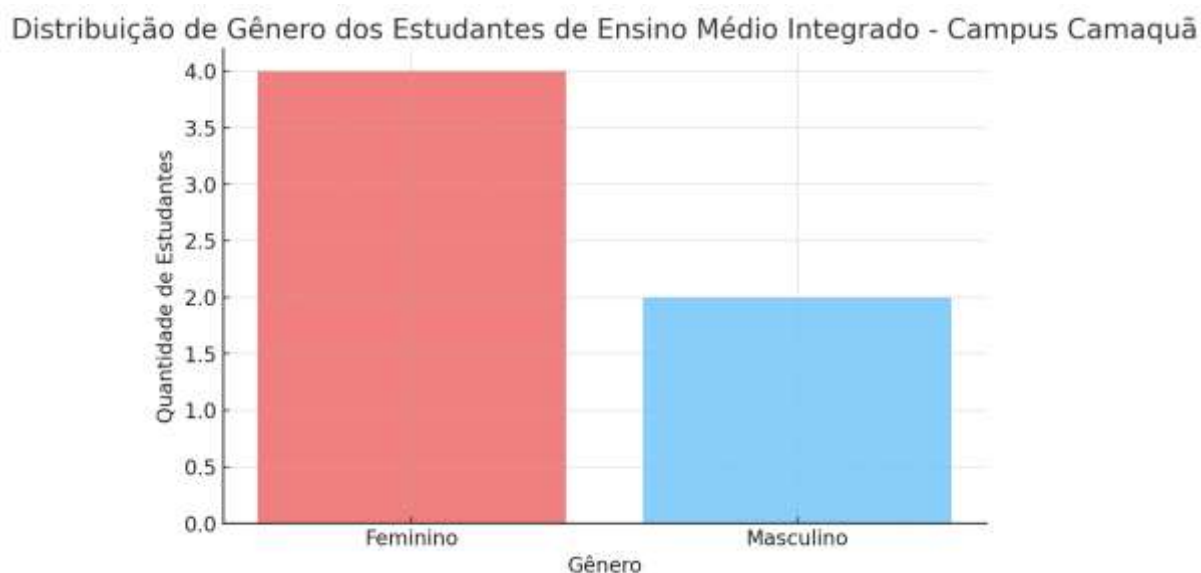
Figura 3 - Faixa etária dos estudantes de ensino médio integrado – Câmpus Camaquã



Fonte: elaborado pela autora.

Em relação a gênero, 4 participantes se declararam do sexo feminino e 2 do sexo masculino.

Figura 4 - Distribuição de gênero dos estudantes de ensino médio integrado - Câmpus Camaquã



Fonte: elaborado pela autora.

Todos os seis participantes da pesquisa se identificam com a raça branca. A seguir, os estudantes foram perguntados sobre a cidade na qual residem e, dos 6 participantes, 3 residem em Camaquã, cidade sede do câmpus, e os outros 3 em

cidades vizinhas, como Tapes, Sentinela do Sul e Cerro Grande do Sul.

Quadro 3 - Cidades em que residem os estudantes do ensino médio integrado do Câmpus Camaquã

Cidade	Quantidade de Estudantes
Camaquã	3
Tapes	1
Cerro Grande do Sul	1
Sentinela do Sul	1

Fonte: elaborado pela autora.

Quando perguntados sobre perspectiva profissional, as áreas de profissões citadas foram Administração, Engenharia Mecânica, Informática, Arquitetura e Urbanismo e Veterinária. Os estudantes do curso Técnico em Automação Industrial tendem a mencionar áreas de Engenharia e Tecnologia, embora nem sempre tenham um plano concreto, já os estudantes do curso Técnico em Informática demonstram interesse na área de Tecnologia da Informação, mas ainda estão indecisos sobre qual curso superior seguir. Os estudantes do curso Técnico em Controle Ambiental apresentam um objetivo mais definido, com a intenção de cursar Arquitetura e Urbanismo e Veterinária.

No geral, observa-se que, apesar das diferenças entre os cursos, há uma valorização da formação superior como um passo essencial para a construção da carreira e as respostas sugerem um desejo por estabilidade e crescimento profissional. Sobre como os estudantes recebem informações sobre Direitos Humanos, 3 estudantes relataram que se informam pela TV e pela internet e outros 3 citaram apenas a internet.

Quanto às percepções dos estudantes sobre Direitos Humanos, a primeira pergunta feita aos estudantes para entender suas compreensões foi “O que é Direitos Humanos para você?”. A maioria reconhece a importância de direitos básicos e da

igualdade, mas há diferentes ênfases entre os cursos, os estudantes compreendem Direitos Humanos principalmente sob três perspectivas: liberdade e limites individuais, acesso a direitos básicos e proteção e igualdade.

Os estudantes do curso Técnico em Automação Industrial tendem a enfatizar a ideia de liberdade e limites, enquanto os da Informática destacam proteção e acesso a direitos essenciais, já os estudantes do Controle Ambiental apresentam uma visão mais ampla, incluindo democracia e equidade. Essas diferenças podem estar relacionadas à formação de cada curso, influenciando a forma como os estudantes percebem a importância dos Direitos Humanos na sociedade. Observa-se que estudantes da Automação Industrial parecem ter uma visão mais individualista e baseada em regras, enquanto os da Informática demonstram preocupação com proteção social e condições básicas, já os estudantes do Controle Ambiental apresentam uma visão mais estruturada e política.

Ao serem questionados sobre a importância dos Direitos Humanos para a sociedade, as respostas revelam três principais perspectivas entre os estudantes: garantia de limites e organização social; proteção e igualdade; e acesso a direitos básicos. Alguns estudantes, especialmente os da Automação Industrial, associam os Direitos Humanos à definição de limites individuais, ajudando as pessoas a compreenderem seus direitos e deveres dentro da sociedade; estudantes da Informática e do Controle Ambiental enfatizam o papel dos Direitos Humanos na busca por equidade e no combate a abusos, destacando a importância para grupos vulneráveis, como mulheres e trabalhadores. Os estudantes também mencionam a relação dos Direitos Humanos com o direito à moradia, ao trabalho digno e à segurança, destacando sua relevância para a qualidade de vida da população.

As respostas indicam que, apesar de pequenas variações conforme o curso, os alunos reconhecem os Direitos Humanos como essenciais para a organização da sociedade, garantindo justiça, proteção e acesso a direitos fundamentais.

A respeito dos temas abordados neste âmbito, foram mencionados pelos estudantes seus maiores interesses no assunto: três estudantes trouxeram sua atenção pelo tema segurança, ramificados em segurança pública relacionada à proteção do cidadão, segurança no trabalho visando melhores condições de trabalho e segurança social como instrumento para reduzir a pobreza e promover a inclusão social. A segurança social está presente na Declaração Universal dos Direitos

Humanos em seu artigo 22.

Os estudantes da Automação Industrial demonstraram maior interesse na questão da segurança, possivelmente a ênfase na segurança dentro dos Direitos Humanos pode refletir tanto uma preocupação com a violência urbana quanto com a segurança no ambiente profissional, especialmente em áreas técnicas como Automação Industrial. Esse curso envolve atividades em ambientes industriais, onde a segurança do trabalhador é um aspecto fundamental, isso mostra que os estudantes interpretam os Direitos Humanos a partir de suas realidades e futuras experiências no mundo do trabalho.

Dois estudantes mostraram interesse pelos Direitos Humanos no mundo do trabalho em temas ligados aos Direitos Trabalhistas, como condições justas de trabalho, remuneração igualitária entre homens e mulheres, segurança no desemprego e na doença e um ambiente livre de assédio, especialmente entre os estudantes dos cursos de Informática e Controle Ambiental. Outro tema citado foi a arquitetura hostil, que é uma estratégia de design que visa excluir, desencorajar ou criar desconforto para certos grupos de pessoas, principalmente moradores de rua, fortalecendo a exclusão social e a segregação urbana.

Em relação à Declaração dos Direitos Humanos (DUDH), quando perguntado aos estudantes se a conheciam ou lembravam de algum artigo, quatro dos estudantes entrevistados não conheciam a declaração e dois deles disseram “ter visto por cima” ou “ouvido falar” em algum meio de comunicação. Sobre os artigos, nenhum deles lembra de um artigo específico, como os estudantes não conhecem a DUDH de forma concreta, eles também não mencionam interesse por artigos específicos. Embora não conheçam a Declaração, os estudantes conseguem definir Direitos Humanos de forma geral, associando-os a limites, necessidades básicas, equidade, igualdade, proteção social e segurança, isso mostra que, mesmo sem conhecimento específico da DUDH, eles possuem alguma noção do tema, adquirida por meio da mídia, redes sociais ou ensino indireto.

A ausência de familiaridade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos evidencia uma oportunidade de melhoria no ensino desses temas no ensino médio integrado. A introdução desse documento nos currículos poderia ampliar a compreensão dos estudantes sobre seus direitos e deveres como cidadãos e futuros profissionais.

Ao serem questionados se algum professor trabalhou algum tema dos Direitos Humanos, todos os estudantes responderam que não são trabalhados de uma forma direta, aprofundada e estruturada nos cursos técnicos integrados. Quando mencionados, aparecem de forma pontual, sem grande aprofundamento, o que sugere que o tema pode estar presente apenas de forma indireta ou transversal, sem um espaço específico no currículo. Dois estudantes não lembraram de nenhuma disciplina que abordou o tema e os outros quatro estudantes citaram algumas disciplinas explicando que o tema foi abordado trazendo as questões históricas, contando a realidade da sociedade, falando sobre discriminações e através das leis. A abordagem histórica aparece como uma estratégia relevante para contextualizar os Direitos Humanos, mostrando sua evolução ao longo do tempo.

As disciplinas mais citadas como espaços de discussão sobre Direitos Humanos foram: Sociologia, Filosofia, História, Geografia e Gestão e Empreendedorismo, indicando que a abordagem ocorre majoritariamente nas áreas das Ciências Humanas, enquanto as disciplinas técnicas não costumam tratar o assunto na percepção dos estudantes.

Os estudantes dos cursos de Automação Industrial destacaram que não houve abordagem de Direitos Humanos nas disciplinas técnicas. Um estudante mencionou que, por ser um curso voltado para a indústria, o tema não costuma ser inserido no conteúdo. Estudantes da Informática e do Controle Ambiental relataram contato com o tema, especialmente nas disciplinas das Ciências Humanas, sugerindo uma lacuna na formação dos estudantes nas áreas técnicas, que podem não ser incentivados a refletir sobre o impacto social de seu trabalho.

Sob o olhar dos estudantes, a maior parte das discussões ocorre nas disciplinas de Ciências Humanas, enquanto as disciplinas técnicas não incorporam o tema de maneira explícita, podendo impactar a formação dos estudantes, pois os Direitos Humanos estão diretamente ligados ao mundo do trabalho, à segurança no ambiente profissional e à ética na tecnologia e na indústria. Uma maior integração desses temas nos cursos técnicos integrados poderia ampliar a consciência social e profissional dos estudantes.

Os participantes foram questionados se trabalhar temas dos Direitos Humanos fez com que eles refletissem algo em sua vida. Os seis estudantes afirmaram que sim, o contato com temas de Direitos Humanos provocou reflexões, mencionaram que o

estudo dos Direitos Humanos os fez perceber a importância de conhecer seus próprios direitos e entender melhor como a sociedade funciona. Um ponto recorrente foi a ideia de que esses conhecimentos ajudam a evitar abusos e situações de injustiça, principalmente no ambiente de trabalho. Por exemplo, estudantes que se interessaram por direitos trabalhistas perceberam a importância de saber quais garantias legais existem para os trabalhadores e como isso pode impactar suas futuras carreiras. Esse tipo de reflexão é essencial para jovens que estão prestes a ingressar no mundo do trabalho.

Um dos entrevistados mencionou que os debates sobre Direitos Humanos o fizeram refletir sobre igualdade e meritocracia, sugerindo que o contato com esses temas pode gerar questionamentos sobre justiça social e distribuição de oportunidades, indicando que os estudantes podem desenvolver um olhar mais crítico sobre as estruturas sociais e econômicas a partir dessas discussões. Outra reflexão relevante foi a percepção da necessidade de conhecer as leis e entender os direitos básicos garantidos para todos, mostrando que, para alguns estudantes, os Direitos Humanos não são apenas um conceito abstrato, mas algo prático e necessário no dia a dia. Esse tipo de consciência pode ser fundamental para a formação cidadã dos estudantes.

Os estudantes dos cursos de Informática e Controle Ambiental demonstraram maior envolvimento com o tema, mencionando disciplinas como Sociologia, Filosofia e Gestão e Empreendedorismo, que possibilitaram reflexões sobre os Direitos Humanos. Já os estudantes da Automação Industrial relataram que não lembram de uma disciplina específica ou que o tema foi pouco abordado e, consequentemente, suas reflexões parecem ter sido menos aprofundadas, sugerindo que a exposição ao tema influencia diretamente o grau de reflexão dos estudantes.

Foi perguntado aos estudantes “Você acredita que os Direitos Humanos devem ser trabalhados na formação do Técnico em Automação, Informática e Controle Ambiental? O/a profissional que atua nestas áreas deve conhecer temas dos Direitos Humanos?”. A resposta unânime dos entrevistados foi sim, os Direitos Humanos devem ser trabalhados na formação técnica, independentemente do curso. No entanto, as justificativas para essa resposta variaram, evidenciando diferentes percepções sobre a relevância do tema para cada área profissional.

Um dos principais argumentos apresentados foi que todos os cidadãos devem

ter um conhecimento mínimo sobre Direitos Humanos, pois esses princípios garantem dignidade e equidade para todos. Assim, a presença desse conteúdo na formação do ensino médio integrado não seria apenas relevante para o exercício da profissão, mas também para a vida em sociedade.

Alguns entrevistados destacaram que os Direitos Humanos são importantes no contexto das relações de trabalho, especialmente para evitar abusos, exploração e garantir condições dignas de atuação profissional. Estudantes que demonstraram interesse em direitos trabalhistas reforçaram essa necessidade, pois compreendem que o conhecimento das leis pode proteger os profissionais de situações adversas no mundo do trabalho.

Estudantes dos cursos de Informática e Controle Ambiental parecem ter uma visão mais ampla sobre a importância dos Direitos Humanos, eles reconhecem que a formação técnica deve incluir essas discussões para preparar melhor os profissionais para enfrentar desafios sociais e ambientais. Estudantes da Automação Industrial também concordam com a importância do tema, mas a justificativa se concentra mais na necessidade de compreender os limites de direitos e deveres dentro da sociedade. Além disso, os estudantes desse curso tendem a associar os Direitos Humanos a questões como segurança, o que pode estar ligado à necessidade do uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e condições seguras de trabalho na indústria.

Por fim, ao final da entrevista, foi perguntado se existia algo que a entrevistadora não havia perguntado, mas que os estudantes achassem relevante ser dito sobre o tema da pesquisa. Dos seis entrevistados, um estudante sugeriu que seria interessante perguntar em que momentos os entrevistados sentiram a necessidade dos Direitos Humanos na própria vida, essa sugestão aponta para a relevância prática do tema, indo além do conhecimento teórico. Ao identificar situações concretas, seria possível compreender como os estudantes percebem a presença (ou ausência) dos Direitos Humanos no seu dia a dia, seja no ambiente escolar, no trabalho ou na sociedade em geral.

O fato de a maioria dos entrevistados não ter acrescentado novas considerações pode indicar duas possibilidades: a pesquisa conseguiu abranger bem o tema e os participantes não sentiram necessidade de expandir suas respostas, ou os entrevistados podem ter um conhecimento limitado sobre o tema e, por isso, não

conseguiram identificar lacunas na abordagem feita, podendo ser um reflexo da própria formação, que pode não explorar o tema com profundidade suficiente.

Analisando as respostas, evidencia-se que a percepção sobre os Direitos Humanos entre os estudantes dos cursos de ensino médio integrado varia conforme sua vivência e formação acadêmica, reforçando a necessidade de uma abordagem mais sistemática e crítica desses temas na educação profissional. Como destaca Candau (2012), a educação em Direitos Humanos deve ser vivenciada no cotidiano escolar, promovendo reflexões que vão além da transmissão de conhecimento e estimulam a construção de uma cidadania ativa.

No entanto, percebe-se que o tema é frequentemente abordado de maneira restrita a disciplinas como Sociologia, História, Filosofia e Geografia, sem uma integração efetiva com a prática profissional. Saviani (2008) ressalta que a educação deve considerar as contradições sociais e formar sujeitos capazes de transformar a realidade, o que reforça a necessidade de discutir os Direitos Humanos de maneira crítica e aplicada à formação técnica integral.

Além disso, a ausência de um conhecimento aprofundado sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos sugere uma lacuna na formação dos estudantes, o que corrobora com Sacavino (2013) ao apontar que o desconhecimento sobre os próprios direitos pode dificultar a luta por equidade e justiça social.

Em resumo, os estudantes dos cursos Técnicos em Automação Industrial, Informática e Controle Ambiental revelaram que a percepção sobre os Direitos Humanos está relacionada, sobretudo, às necessidades básicas, à equidade social e à proteção de direitos fundamentais, como educação, trabalho e segurança. No entanto, a maioria dos participantes não possui um conhecimento sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, indicando uma lacuna na formação educacional.

A abordagem dos Direitos Humanos nos cursos de ensino médio integrado ocorre de forma limitada, geralmente em disciplinas como Sociologia, Filosofia, História e Geografia, mas não de maneira integrada às disciplinas técnicas. A única disciplina citada fora das propedêuticas foi a disciplina de Gestão e Empreendedorismo, reforçando a necessidade de um ensino mais transversal, que conecte os princípios dos Direitos Humanos às práticas profissionais, como segurança no trabalho e condições dignas de emprego.

Entre os temas mais citados, destacam-se direitos trabalhistas, segurança e

equidade, o que demonstra uma preocupação com a realidade do mundo do trabalho e com a proteção individual. A pesquisa também evidenciou que os participantes reconhecem a importância dos Direitos Humanos para a sociedade, principalmente no que diz respeito à proteção contra abusos e à garantia de uma vida digna. Além disso, a maioria acredita que o tema deve ser trabalhado na formação técnica, pois contribui para a construção de uma cidadania mais consciente e para a atuação profissional ética e responsável.

Com base nesses achados, reforça-se a necessidade de fortalecer o ensino de Direitos Humanos na educação profissional, conforme apontam Candau (2012), Saviani (2008) e Sacavino (2013), defendendo uma formação que não apenas transmita conhecimentos técnicos, mas também promova uma visão crítica e reflexiva sobre o papel dos futuros profissionais na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Após esta explanação geral acerca dos principais achados indicados na realização das entrevistas, realizou-se a análise textual discursiva (ATD), que ocorreu inicialmente por meio da seleção do corpus (entrevista) e a partir dessa seleção foram codificadas as unidades empíricas (unidades de análise) e dado título a elas. Por conseguinte, foi possível alcançar a categorização final, que se distribuiu em duas categorias, sendo elas: cidadania e trabalho. A seguir, é possível observar, de modo sucinto, como foi finalizada a análise textual discursiva por meio da unitarização e categorização dos materiais coletados pelas entrevistas fazendo a análise inicialmente pela primeira.

Quadro 4 - Unitarização e categorização das questões da entrevista

QUESTÃO	RESPOSTAS DOS PARTICIPANTES	TÍTULO DA UNIDADE	CATEGORIA
Questão 8	P1, P2, P3, P4, P5, P6	Definição de Direitos Humanos	Cidadania
Questão 9	P1, P2, P3, P4, P5, P6	Importância dos Direitos Humanos	
Questão 10	P1, P2, P3, P4, P5, P6	Fontes de informações sobre Direitos Humanos	

Questão 11	P1, P2, P3, P4, P5, P6	Temas relevantes dentro dos Direitos Humanos	
Questão 12	P1, P2, P3, P4, P5, P6	Conhecimento sobre a declaração dos Direitos Humanos	
Questão 14	P1, P2, P3, P4, P5, P6	Ensino de Direitos Humanos nos Cursos	
Questão 15	P1, P2, P3, P4, P5, P6	Reflexões sobre os Direitos Humanos	
Questão 16	P1, P2, P3, P4, P5, P6	Importância dos Direitos Humanos na educação profissional	
Questão 7	P1, P2, P3, P4, P5, P6	Perspectiva Profissional	Trabalho
Questão 11	P1, P2, P3, P4, P5, P6	Temas relevantes dentro dos Direitos Humanos	
Questão 14.2	P1, P2, P3, P4, P5, P6	Ensino de Direitos Humanos nos Cursos	
Questão 15	P1, P2, P3, P4, P5, P6	Reflexões sobre os Direitos Humanos	
Questão 16	P1, P2, P3, P4, P5, P6	Importância dos Direitos Humanos na educação	

		profissional	
--	--	--------------	--

Fonte: elaborado pela autora.

Para a elaboração do quadro, foram analisadas as respostas dos participantes às entrevistas, agrupando-as em unidades temáticas que refletem aspectos centrais da discussão sobre Direitos Humanos. As respostas foram organizadas conforme sua relação com as categorias Cidadania e Trabalho, definidas a partir da análise textual discursiva. Como exemplo, a unidade "Definição de Direitos Humanos" foi associada à categoria Cidadania, pois evidencia a compreensão dos participantes sobre o conceito e sua relevância social. Já a unidade "Perspectiva Profissional" foi vinculada à categoria Trabalho, pois expressa como os estudantes enxergam o mundo do trabalho e os desafios relacionados aos direitos laborais. Este quadro serviu de base para os metatextos que serão apresentados a seguir, possibilitando uma análise aprofundada das percepções dos participantes e sua relação com a formação técnica e cidadã.

4.2 REFLEXÕES SOBRE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Esta seção refere-se à compreensão dos estudantes sobre os direitos e deveres do cidadão na sociedade, como compreendem os Direitos Humanos em relação ao papel do cidadão. A cidadania é um conceito que vai além da simples posse de direitos, ela envolve o reconhecimento de responsabilidades sociais e o compromisso com a justiça e igualdade. Para os participantes desta pesquisa, a cidadania é entendida de maneiras diversas, mas sempre com um foco na importância dos Direitos Humanos como garantias essenciais para uma vida digna e justa.

Os seis estudantes participantes refletem sobre a cidadania a partir de suas realidades individuais, indicando que a cidadania é percebida de formas diversas, mas com uma forte ligação com a responsabilidade social, destacando temas como os direitos fundamentais, educação, segurança e a proteção contra abusos. As percepções variam, mas todos concordam sobre a importância da educação sobre Direitos Humanos em suas trajetórias formativas. Os cursos de ensino médio integrado oferecem uma base importante para a formação dos indivíduos que devem não apenas atuar tecnicamente, mas também se tornarem agentes de transformação social, comprometidos com os princípios dos Direitos Humanos e justiça social.

A cidadania, enquanto conceito dinâmico e historicamente construído, tem sua base na participação ativa dos indivíduos na sociedade, na garantia de direitos e no cumprimento de deveres. Conforme delineado na Constituição Federal de 1988, a cidadania está diretamente vinculada à dignidade da pessoa humana, aos direitos fundamentais e à participação política (Brasil, 1988).

A análise qualitativa realizada com os estudantes dos cursos de ensino médio integrado revela percepções diversas sobre cidadania, evidenciando a relação entre o conhecimento de direitos e a vivência cotidiana. Um estudante do curso Técnico em Informática destaca: “Direitos humanos para mim é uma necessidade básica. A maneira de proteção que nós temos”. Tal colocação ressoa com a concepção de direitos como instrumentos de defesa e promoção da dignidade. Outro aspecto relevante é a presença do debate sobre cidadania no currículo escolar.

Os estudantes identificaram disciplinas como Sociologia, Filosofia, História e Geografia como espaços privilegiados para discussão desses temas. Em consonância com Freire (2001), a educação crítica emerge como ferramenta essencial para a construção da consciência cidadã. Um dos entrevistados reflete: “A necessidade de sempre saber as leis. O básico de informação que eu preciso”, demonstrando a relevância do acesso ao conhecimento jurídico e social.

No âmbito da educação profissional e tecnológica, Candau (2013) e Feijó (2022) ressaltam a importância da formação integral, unindo competências técnicas e valores democráticos. Essa abordagem está presente na percepção dos estudantes sobre direitos trabalhistas: “Conseguir nos defender, nos valorizar. Não deixar situações abusivas passarem por nós”. A menção direta às relações de trabalho reforça a centralidade desse eixo na formação cidadã, especialmente no contexto dos Institutos Federais, instituídos pela Lei nº 11.892/2008 (Brasil, 2008). O papel da internet como espaço de disseminação de informação sobre direitos também foi apontado: “Eu recebo bastante informação na internet. Principalmente dos direitos da mulher”. Tal observação dialoga com o conceito de “pluriverso dos Direitos Humanos” (Santos; Martins, 2019), que enfatiza a multiplicidade de vozes e espaços na construção de saberes sobre direitos e cidadania.

Para um estudante do curso Técnico em Automação Industrial, a cidadania está diretamente relacionada à ideia de “direitos do cidadão”, que para ele se traduz na capacidade de “ir até onde ele pode ir e até onde ele pode chegar”. Ele vê os Direitos

Humanos como uma forma de garantir que cada pessoa saiba até onde vão seus direitos e limitações. Para ele, o mais importante é o indivíduo ter clareza sobre seus próprios direitos, o que é uma visão fundamental para a construção da cidadania.

Esse estudante também aponta que a segurança é um tema dos Direitos Humanos que chama sua atenção, o que sugere uma preocupação com a garantia de condições básicas e seguras para todos os cidadãos. Apesar de não conhecer a Declaração Universal dos Direitos Humanos, ele acredita que o conteúdo relacionado aos Direitos Humanos deveria ser trabalhado na formação do Técnico em Automação Industrial, refletindo a necessidade de integrar questões éticas e sociais no desenvolvimento técnico dos profissionais.

A autora Candau (2008), em suas obras sobre Educação em Direitos Humanos, destaca a importância da educação para que os indivíduos conheçam seus direitos e possam exercê-los plenamente. A visão do estudante sobre "saber até onde vão seus direitos" dialoga com a necessidade de informação para o exercício da cidadania defendido pela autora. Também podemos usar a referência de Freire (2001) em Pedagogia dos Sonhos Possíveis, o qual argumenta que a conscientização sobre direitos e deveres é essencial para a emancipação e a participação ativa na sociedade. O pensamento do estudante reflete essa necessidade de conhecer seus próprios direitos para exercer a cidadania de forma consciente.

Um estudante do curso Técnico em Controle Ambiental entende os Direitos Humanos como o "poder ir e vir" e como a garantia de que todas as pessoas são tratadas igualmente perante a lei. Para ele, os Direitos Humanos têm uma importância central na manutenção da igualdade e da equidade entre os indivíduos, algo essencial para que a sociedade funcione de forma justa. Esse mesmo estudante também reflete sobre a relação entre a igualdade e a meritocracia, um tema que se destaca em sua visão sobre a sociedade. Essa reflexão indica que, além de ser importante garantir os direitos de todos, é necessário também questionar as estruturas sociais que nem sempre garantem que todos tenham as mesmas oportunidades de alcançar seus objetivos, refletindo uma visão crítica e profunda sobre os direitos humanos e a cidadania.

Saviani (2009) argumenta que a educação deve ser compreendida dentro de um contexto histórico e social, reconhecendo que a simples garantia formal de direitos não é suficiente para alcançar a igualdade real. Segundo o autor, a meritocracia ignora

as desigualdades estruturais, pois parte do pressuposto de que todos possuem as mesmas condições de acesso e permanência na educação, desconsiderando fatores socioeconômicos que influenciam diretamente as oportunidades dos indivíduos. O autor questiona a noção de meritocracia dentro do sistema educacional e argumenta que a igualdade de oportunidades depende de condições estruturais e políticas educacionais que reduzam as desigualdades sociais.

A cidadania, enquanto conceito dinâmico e em constante construção, ultrapassa a mera garantia formal de direitos e se estabelece como uma prática cotidiana de participação e reconhecimento mútuo. No contexto da educação profissional e tecnológica, compreender a cidadania implica não apenas o acesso a direitos, mas também a reflexão crítica sobre as estruturas sociais que influenciam as oportunidades dos indivíduos.

Como apontam os estudantes, a relação entre direitos, deveres, igualdade e meritocracia emerge como um desafio a ser debatido, exigindo um olhar atento para os mecanismos que podem reforçar ou combater desigualdades. Assim, a formação cidadã no ambiente educacional deve incentivar não só o conhecimento sobre Direitos Humanos, mas também a capacidade de agir para sua efetivação na sociedade.

Ao longo desta pesquisa, observamos que, para os estudantes, a cidadania é entendida de maneiras diversas, mas com um fio condutor claro: a necessidade de responsabilidade individual e coletiva, não apenas perante o Estado, mas também em relação à comunidade e ao meio ambiente. A cidadania, portanto, é uma prática que se reinventa a cada geração, exigindo de nós o compromisso de construir um mundo mais justo e igualitário.

4.3 ENTRE O DEVER E O DIREITO: O TRABALHO COMO PRÁTICA SOCIAL

Relaciona-se à percepção dos estudantes sobre direitos trabalhistas na visão dos Direitos Humanos, condições de trabalho e justiça social no ambiente profissional. Alguns entrevistados destacaram que os Direitos Humanos são importantes no contexto das relações de trabalho, especialmente para evitar abusos, exploração e garantir condições dignas de atuação profissional. Estudantes que demonstraram interesse em direitos trabalhistas reforçaram essa necessidade, pois compreendem que o conhecimento das leis pode proteger os profissionais de situações adversas no mundo do trabalho.

O conceito de trabalho, ao longo da pesquisa, revelou-se não apenas como uma atividade produtiva, mas também como um componente essencial na construção da identidade dos estudantes. Em suas respostas, muitos expressaram o trabalho como um meio de adquirir experiência, independência financeira e até mesmo de realização pessoal, refletindo a visão de Marx (1867) sobre o trabalho como fundamental para o desenvolvimento humano. O conceito de trabalho em Marx é central para sua teoria e está diretamente ligado à noção de produção, alienação e emancipação humana. Para o autor, o trabalho é uma atividade essencialmente humana, que distingue o ser humano de outros animais, pois envolve a capacidade de transformar a natureza de maneira consciente e criativa.

No entanto, no sistema capitalista, essa atividade torna-se um instrumento de exploração e dominação. Essa perspectiva marxista do trabalho é fundamental para pensar a educação omnilateral, pois reforça a necessidade de superar uma formação tecnicista e instrumentalizada, promovendo um ensino que integre o trabalho, a cultura e a cidadania de maneira crítica e emancipadora.

No entanto, a preocupação com as condições de trabalho e com a busca por um equilíbrio entre vida profissional e pessoal também emergiu nas respostas, alinhando-se às teorias de autores como Arendt (1958), que enfatizam a importância do trabalho para a liberdade e a dignidade humana. Em *A Condição Humana* (1958), a autora distingue três formas fundamentais da atividade humana: trabalho, obra e ação. O trabalho está relacionado à sobrevivência e às necessidades biológicas, sendo caracterizado por tarefas repetitivas e efêmeras, que não deixam marcas duradouras no mundo. Já a obra envolve a criação de bens duráveis, como construções e artefatos, estruturando o mundo humano. Por fim, a ação é a atividade mais elevada, pois permite o engajamento político e a participação ativa na sociedade.

Arendt (1958) critica a modernidade por transformar a sociedade em uma sociedade do trabalho, na qual a produtividade e o consumo se tornaram os principais valores, reduzindo o espaço para a criatividade e a participação cidadã. Essa reflexão é essencial para a educação em Direitos Humanos, pois alerta contra uma formação voltada exclusivamente para a empregabilidade e destaca a importância da cultura, do pensamento crítico e da autonomia na construção de uma sociedade mais justa.

Os estudantes, especialmente os de áreas técnicas como Automação Industrial e Informática, enxergam o trabalho como uma possibilidade de crescimento, mas

também como uma atividade que exige condições adequadas e respeito aos direitos dos trabalhadores, tema amplamente discutido por autores contemporâneos que abordam as novas relações de trabalho na era digital. Como afirmou um dos estudantes, "o trabalho é importante para o nosso futuro, mas sem condições dignas, ele pode se tornar um problema em vez de uma oportunidade". Outro estudante reforçou essa visão ao destacar que "queremos crescer profissionalmente, mas também queremos ser valorizados e ter nossos direitos respeitados". Essas percepções evidenciam a preocupação dos estudantes não apenas com a inserção no mundo do trabalho, mas também com a qualidade e as condições dessa inserção. Dessa forma, a análise das respostas dos estudantes revela uma visão multifacetada do trabalho, que abrange desde suas funções econômicas e sociais até suas implicações mais subjetivas e existenciais.

Essas implicações subjetivas e existenciais do trabalho também se destacam nas respostas dos estudantes, que não veem o trabalho apenas como uma obrigação, mas como um meio de garantir direitos e condições dignas. Como observou um estudante do curso técnico em Informática: "Direitos Humanos garantem que a pessoa tenha um trabalho digno, sem precisar trabalhar muitas horas excessivas". Esse comentário reflete uma crescente preocupação com a carga de trabalho e o direito ao tempo livre, questões que estão cada vez mais presentes nas discussões sobre as condições de trabalho.

De maneira similar, um estudante do Controle Ambiental comentou: "Os direitos trabalhistas são importantes para evitar abusos no trabalho". Essa percepção mostra que os estudantes reconhecem a importância dos direitos trabalhistas como um fator de proteção contra exploração e abuso nas relações de trabalho, um ponto que ecoa as discussões contemporâneas sobre as novas formas de exploração no mundo do trabalho.

Além disso, as respostas indicam que os estudantes têm uma compreensão clara de como os Direitos Humanos influenciam a qualidade do trabalho. Um estudante da Automação Industrial compartilhou: "Acho que os Direitos Humanos garantem melhores condições de trabalho", indicando que ele vê uma conexão direta entre a luta pelos Direitos Humanos e a melhoria das condições no ambiente de trabalho com o Direito Trabalhista. Essa perspectiva vai ao encontro das teorias de autores como Sennett (2006), que abordam a importância de garantir não apenas a

quantidade, mas a qualidade do trabalho, assegurando condições que preservem a dignidade do trabalhador.

Sennett (2006) analisa como a flexibilização e a instabilidade no trabalho afetam a dignidade do trabalhador, argumentando que a perda da estabilidade e do reconhecimento social dificulta a construção de uma identidade profissional, tornando o trabalho mais precário e alienante. Para o autor, a dignidade está ligada à autonomia e ao valor social do trabalho, elementos que o novo modelo de trabalho tende a enfraquecer. Sua reflexão destaca a importância de uma formação que vá além da capacitação técnica, promovendo o reconhecimento do trabalho como parte essencial da realização humana.

Outro ponto relevante que emergiu foi a percepção dos estudantes sobre a crescente presença de informações sobre direitos trabalhistas na mídia. Um participante observou: “Vejo bastante sobre direitos trabalhistas na internet, principalmente porque entrei no mercado de trabalho”. Esse comentário reflete como as novas gerações têm acesso a informações sobre direitos por meio da internet, o que contribui para uma maior conscientização e capacidade de reivindicação, um fenômeno que é ampliado pela sociedade digital contemporânea.

No entanto, esse amplo acesso à informação também traz desafios, como a disseminação de desinformação e notícias falsas. A circulação de conteúdos não verificados pode levar a interpretações equivocadas sobre os direitos trabalhistas, dificultando a compreensão real das garantias legais e até mesmo gerando insegurança entre os trabalhadores. Assim, torna-se essencial que os estudantes desenvolvam uma leitura crítica das fontes e busquem informações em canais confiáveis.

Nas respostas dos participantes, o trabalho é visto não apenas como uma fonte de renda, mas também como um espaço de valorização do ser humano, com direitos e condições que devem ser respeitados para garantir uma existência digna. A reflexão sobre essas questões, especialmente no contexto da formação no ensino médio integral, demonstra uma compreensão crítica e crescente sobre os direitos e deveres que envolvem as relações de trabalho na sociedade contemporânea.

O conceito de trabalho está intimamente ligado aos Direitos Humanos, especialmente no que tange aos direitos trabalhistas. Os estudantes participantes da pesquisa evidenciam essa relação em suas percepções sobre o tema, destacando a

importância da informação e da proteção no ambiente de trabalho.

Nessa linha de pensamento, um participante afirma: "Direitos Humanos para mim é a necessidade básica. A maneira de proteção que nós temos. É informação sobre o mínimo que a gente deve receber". Sua fala reflete a perspectiva de que conhecimento sobre os direitos é essencial para evitar abusos e garantir condições dignas de trabalho. Essa ideia está alinhada com Bobbio (1992), que argumenta que os Direitos Humanos são construções históricas em constante desenvolvimento e que a efetivação desses direitos passa pelo acesso à informação e pela educação.

Outro participante pontua: "O trabalho é essencial, mas também pode ser explorador. Se a gente não conhece nossos direitos, fica à mercê dos outros". Essa observação dialoga diretamente com Frigotto (1989), que discute a contradição entre a educação e o mundo do trabalho na sociedade capitalista, evidenciando que a formação profissional deve capacitar o indivíduo não apenas tecnicamente, mas também criticamente, para compreender e reivindicar seus direitos.

Destaco também outra fala de um participante com a preocupação de saber e fazer valer os seus direitos: "Os direitos trabalhistas são os que mais me interessam porque eu já entrei no mercado de trabalho e vejo como é importante saber o que a gente pode ou não aceitar". Essa afirmação relaciona-se com a visão de Kuenzer (2000), que enfatiza a necessidade de um ensino médio integrado que prepare os estudantes não apenas para o mundo do trabalho, mas também para a vida cidadã, garantindo que tenham conhecimentos sobre seus direitos e deveres.

As respostas dos estudantes revelam que o trabalho é compreendido não apenas como um meio de sustento, mas também como um espaço no qual os Direitos Humanos devem ser garantidos e respeitados. A preocupação com direitos trabalhistas, especialmente diante da inserção precoce no "mercado de trabalho", demonstra a relevância do acesso à informação para evitar situações abusivas e garantir condições justas. Esse olhar crítico reforça a necessidade de uma educação em Direitos Humanos que dialogue com a realidade dos jovens, promovendo consciência e autonomia.

Diante desse contexto, torna-se evidente a importância de ferramentas educativas que capacitem os jovens a compreender e reivindicar seus direitos no ambiente de trabalho. É nesse cenário que o produto educacional se apresenta como um recurso fundamental, oferecendo conteúdos e metodologias que ampliem o

conhecimento em Direitos Humanos e direitos trabalhistas, fortalecendo a formação crítica e a autonomia dos estudantes frente aos desafios do mundo do trabalho. A seguir, será apresentado o capítulo que compõe esse produto educacional, detalhando seus objetivos, estrutura e proposta pedagógica.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

O Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) tem como objetivo a formação em educação profissional e tecnológica e, de acordo com o art. 2º do seu Regulamento Geral, requer o desenvolvimento de um Produto Educacional “[...] que necessita ser aplicado em um contexto real, podendo ter diferentes formatos” (Rizzatti *et al.*, 2020, p. 2).

A criação de Produtos Educacionais na modalidade de pós-graduação *stricto sensu* profissional tem como necessidade “[...] estabelecer uma interlocução com demais setores da sociedade” (Rôças; Moreira; Pereira, 2018, p. 61). De acordo com as diretrizes do programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT, 2018), destaca-se que os produtos devem ser planejados, desenvolvidos e aplicados com o propósito de promover a melhoria dos processos de ensino, tanto em ambientes formais quanto não formais.

A proposta de produto educacional desenvolvida, com base nos conceitos do PROFEPT e da educação omnilateral com foco no ensino em Direitos Humanos, foi uma oficina⁴ ofertada aos alunos do 1º ano do curso técnico integrado de Controle Ambiental do IFSul Câmpus Camaquã com 30 (trinta) participantes.

Quadro 5 - Oficina “Direitos Humanos - Trabalho e igualdade Social”

Número de encontros	Duração	Tema central	Objetivos
1	1hora	A dignidade humana nas relações de trabalho	- Reconhecer a compreensão do grupo acerca dos direitos humanos trabalhistas e os desafios para a consolidação desses direitos; - Estabelecer os conceitos e marcos legais

⁴ Ao acessar este link é possível acessar o roteiro da oficina: https://drive.google.com/file/d/1ZYhq2daBuOiZVRh_HWD9YiQLwExu5-ve/view?usp=sharing

			dos direitos humanos, identificando as bases históricas que os sustentam e aprofundar sua relação com a democracia.
--	--	--	---

Fonte: elaborado pela autora.

Para a construção da oficina, foram observadas as orientações de Saviani (1999) quanto às cinco etapas a serem atendidas no processo de ensino e aprendizagem da Pedagogia Histórico-Crítica, bem como as quatro dimensões e momentos intrínsecos às oficinas idealizadas por Candau (2013).

A integração entre teoria e prática no processo de ensino e aprendizagem e o trabalho coletivo são as duas características essenciais para a realização de uma oficina. A estrutura proposta observa quatro dimensões definidas pela autora, a saber: ver, saber, celebrar e comprometer-se.

Articulando as supraditas etapas ao processo educacional desenvolvido no âmbito da Pedagogia Histórico-Crítica defendida por Saviani (1999), busca-se concretizar o processo de ensino e aprendizagem através da observância dessas estruturas.

Figura 5 - Etapas a serem observadas na Pedagogia Histórico-Crítica (SAVIANI, 1999)



Fonte: elaborado pela autora.

A oficina teve como guia os eixos pedagógicos e comunicacionais de Kaplún

(2003), oferecendo abordagens inovadoras para aprimorar a experiência dos estudantes.

Segundo o autor, sobre o eixo pedagógico, ele explica que, por meio do material educativo, é possível estabelecer um ponto de partida e um ponto de chegada para o destinatário, orientando-o em um percurso reflexivo. Dessa forma, propõe-se um caminho a ser percorrido, abrindo novas perspectivas e incentivando a descoberta. Ao final desse processo, o indivíduo pode ou não modificar ou enriquecer suas concepções, percepções e valores, dependendo da forma como assimila o conteúdo apresentado.

O eixo comunicacional, segundo Kaplún (2003), refere-se ao formato, linguagem, diagramação e design que será utilizado para estabelecer uma relação concreta com os destinatários do material educativo. Kaplún (2003) destaca a importância de inovar na comunicação educativa, enfatizando que é necessário criar histórias, personagens e paisagens, sejam visuais ou sonoras. Além disso, ele ressalta a relevância de explorar diferentes formas de expressão, como a composição de canções, a invenção de brincadeiras e a escrita de cartas ou poemas.

Para o autor, é fundamental romper com modelos tradicionais, evitando que a mensagem educativa se torne apenas um sermão impresso ou uma experiência audiovisual monótona. Dessa forma, o uso de figuras retóricas, poéticas e metáforas adequadas torna-se essencial para tornar o processo educativo mais dinâmico e envolvente. Assim, o eixo comunicacional reúne vários elementos que objetivam orientar para comunicar de forma criativa e efetiva os estudantes, auxiliando no processo de aprendizagem daqueles que participarem da aplicação do produto educacional.

A oficina "Direitos Humanos - Trabalho e Igualdade Social" foi aplicada em uma turma do primeiro ano do curso técnico em Controle Ambiental no IFSul - Câmpus Camaquã, com o objetivo de introduzir conceitos fundamentais dos Direitos Humanos, com enfoque no trabalho digno e na igualdade social. A escolha da turma foi realizada em conjunto com o professor de História do Câmpus Camaquã, considerando o alto número de estudantes e sua recente entrada na instituição, o que possibilitou uma abordagem introdutória alinhada à realidade dos estudantes.

Predominantemente composta por estudantes do sexo feminino, a turma trouxe à tona relatos emocionantes e reflexões profundas sobre os impactos dos direitos

desrespeitados em suas vidas e identidades. Os relatos das estudantes, que compartilharam experiências de vulnerabilidade e opressão, destacam a importância de se discutir os Direitos humanos no contexto educacional, especialmente em ambientes onde a falta de proteção social e de políticas públicas eficazes afeta diretamente as trajetórias individuais e coletivas.

A oficina foi estruturada em quatro momentos principais, iniciando-se com uma apresentação e introdução ao tema, seguida pela análise da música "[Cidadão](#)", de Zé Ramalho, uma atividade interativa chamada "Novo Planeta" e, por fim, a avaliação da experiência pelos participantes. No primeiro momento, houve uma apresentação da pesquisadora e uma introdução ao tema dos Direitos Humanos, destacando sua importância para a cidadania e o reconhecimento dos direitos trabalhistas e sociais. Foi enfatizado que, para garantir direitos, é necessário conhecê-los, e os estudantes foram convidados a refletir sobre sua posição como sujeitos de direitos.

A segunda etapa envolveu a apresentação de artigos resumidos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), como os artigos 1, 23, 25 e 27, que tratam da dignidade, do direito ao trabalho, das condições de vida adequadas e da participação cultural. Esse momento permitiu aos estudantes compreender a base legal e os princípios fundamentais da igualdade e do trabalho digno.

Figura 6 - Declaração dos Direitos Humanos resumida

Declaração universal dos direitos Humanos		
Versão abreviada		
Artigo 1.º Liberdade e igualdade de todos os seres humanos	Artigo 11.º Direito a ser considerado inocente até prova em contrário	Artigo 21.º Direito de participar nos assuntos públicos do seu país e em eleições livres através do voto secreto
Artigo 2.º Não discriminação	Artigo 12.º Direito à vida privada, familiar e proteção da correspondência	Artigo 22.º Direito à segurança social
Artigo 3.º Direito à vida, liberdade e segurança pessoal	Artigo 13.º Direito a circular livremente no país e de sair e entrar em qualquer país	Artigo 23.º Direito ao trabalho, a remuneração suficiente favorável e a aderir a sindicatos
Artigo 4.º Proibição de escravidão	Artigo 14.º Direito de requerer e receber asilo	Artigo 24.º Direito ao repouso e ao lazer
Artigo 5.º Proibição de tortura e tratamento degradante	Artigo 15.º Direito à nacionalidade	Artigo 25.º Direito a um nível de vida adequado
Artigo 6.º Direito à personalidade jurídica	Artigo 16.º Direito de casar e de constituir família	Artigo 26.º Direito à educação
Artigo 7.º Direito à igualdade perante a lei	Artigo 17.º Direito à propriedade	Artigo 27.º Direito de participar na vida cultural da comunidade
Artigo 8.º Direito a recurso efetivo perante jurisdições nacionais	Artigo 18.º Liberdade de pensamento, consciência e religião	Artigo 28.º Direito a uma ordem social para a plena aplicação dos direitos aqui enunciados
Artigo 9.º Proibição de prisão, detenção e exílio arbitrários	Artigo 19.º Liberdade de expressão, opinião e informação	Artigo 29.º Deveres dos indivíduos para com a comunidade
Artigo 10.º Direito a ser julgado em público num tribunal independente	Artigo 20.º Liberdade de reunião e associação pacíficas	Artigo 30.º Nenhum indivíduo ou Estado pode atentar contra os direitos e liberdades acima mencionados

Fonte: Amnistia Internacional.

Na sequência, a música "Cidadão", de Zé Ramalho, foi utilizada como ferramenta pedagógica para debater as desigualdades sociais e os desafios enfrentados pelos trabalhadores. A análise da canção proporcionou reflexões sobre a falta de reconhecimento dos trabalhadores e a exclusão social. Os estudantes participaram ativamente da discussão, associando a letra da música a contextos reais de desvalorização do trabalho e da dignidade humana.

Houve um forte envolvimento da turma, com compartilhamento de experiências pessoais que trouxeram profundidade ao debate. Relatos emocionantes surgiram, como o de uma estudante que cresceu praticamente sozinha porque sua mãe precisava trabalhar e não tinha com quem deixá-la. Outra estudante contou que sua mãe não podia levá-la ao médico quando necessário, pois seu patrão não permitia sua ausência. Casos de abusos no ambiente de trabalho foram mencionados, incluindo a negação de direitos básicos como ir ao banheiro ou tirar férias.

Os relatos de abusos no ambiente de trabalho, como a negação de pausas para o banheiro ou o desrespeito ao direito a férias, são exemplos claros da falta de valorização dos direitos trabalhistas. A Constituição Brasileira de 1988 e o ensino integrado defendido por Ciavatta (2014) propõem uma educação que prepare os estudantes para a cidadania plena, com o entendimento e a defesa de seus direitos. No entanto, ao se depararem com situações de opressão e desrespeito, essas alunas questionam como essas experiências moldaram suas identidades e como seriam diferentes se tivessem experimentado um ambiente social e familiar mais justo, onde seus direitos fossem respeitados.

Esses exemplos evidenciam a intersecção entre a educação, o trabalho e a aplicação de direitos, como discutido por Frigotto (1989), que analisa a relação entre a estrutura econômico-social capitalista e a formação educacional. A escola, muitas vezes, é vista como uma instituição produtora de indivíduos que atendem aos interesses do mundo do trabalho, mas sem oferecer as condições adequadas para o pleno exercício da cidadania.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), cada ser humano possui direitos fundamentais que garantem a dignidade e a liberdade, direitos esses muitas vezes negligenciados nas realidades de trabalho e convivência

familiar de muitos estudantes. A Constituição Brasileira de 1988 também reforça os direitos civis e sociais, destacando a necessidade de igualdade e justiça para todos os cidadãos. No entanto, as vivências das estudantes revelam um quadro de desigualdade em que o respeito a esses direitos não é garantido, afetando profundamente suas trajetórias de vida.

O ponto culminante da oficina foi a reflexão coletiva sobre o impacto dessas vivências na formação dos indivíduos. Os estudantes questionaram o quanto suas trajetórias teriam sido diferentes se os direitos trabalhistas de seus familiares tivessem sido respeitados. Esse momento foi especialmente marcante, pois evidenciou como a precarização do trabalho afeta não apenas os trabalhadores, mas também suas famílias e seu desenvolvimento pessoal.

Esse exercício de empatia, no qual se colocam no lugar do outro e questionam as condições que poderiam ter levado a uma vida mais equilibrada e respeitosa, é fundamental para a construção de uma verdadeira democracia educacional. A obra "Educar em Direitos Humanos: Construindo Democracia" (Candau; Sacavino, 2000) reforça que a educação deve ser um espaço de construção de valores democráticos, de respeito à diversidade e de luta pela justiça social, e não um campo que perpetue as desigualdades existentes.

Na atividade "Novo Planeta", os estudantes foram divididos em grupos e desafiados a criar cinco direitos essenciais para uma sociedade totalmente nova e ideal. A proposta estimulou o pensamento crítico e criativo, proporcionando um espaço de reflexão e construção coletiva sobre os Direitos Humanos e levando-os a refletir sobre questões como trabalho, igualdade, cidadania, saúde e educação. A turma, predominantemente composta por estudantes do sexo feminino, demonstrou grande engajamento ao levantar questões que refletem as desigualdades vivenciadas no mundo real, com destaque para a luta pela equidade de gênero e a valorização de direitos fundamentais.

Durante a apresentação dos grupos, houve um debate enriquecedor sobre as prioridades sociais e a relação entre os direitos idealizados e os princípios dos Direitos Humanos. As respostas demonstraram uma preocupação central com a garantia de direitos básicos e a superação das injustiças que afetam, sobretudo, as mulheres e outros grupos vulneráveis. Entre as propostas apresentadas pelos estudantes, destacam-se a necessidade de um ensino de qualidade acessível a todos, a

obrigatoriedade da oferta de alimentação gratuita nas escolas e a criação de espaços adequados para a amamentação e o cuidado infantil, uma reivindicação essencial para a autonomia das mulheres no mundo do trabalho.

Além disso, os grupos enfatizaram a importância de condições de trabalho justas, sugerindo a presença de profissionais de Psicologia dentro das empresas para atender os funcionários. A proposta reflete a preocupação com a saúde mental dos trabalhadores, muitas vezes negligenciada no ambiente corporativo. Também se destacou a exigência de acesso igualitário a direitos fundamentais, como educação e saúde, para todos os cidadãos, independentemente de classe, gênero ou origem.

A luta por equidade de gênero apareceu de forma contundente nos artigos criados pelos grupos. Questões como o direito ao aborto foram mencionadas, evidenciando a necessidade de segurança e autonomia sobre o próprio corpo. As estudantes também demonstraram preocupação com o assédio sexual e com a vulnerabilidade a que muitas mulheres estão expostas. Suas falas refletiram o desejo por medidas mais eficazes de proteção e justiça, revelando o impacto emocional e social dessas violências em suas vivências e percepções. A defesa de que “todos sejam tratados de forma justa” ressoa com a luta histórica das mulheres por igualdade, reconhecendo que a disparidade de gênero ainda é um obstáculo significativo na sociedade atual, pois foi apontado por jovens entre 14 e 16 anos.

A discussão final da atividade foi um momento crucial para a análise das escolhas feitas pelos grupos. Os direitos mais mencionados revelaram não apenas um desejo por mudanças estruturais, mas também um senso de coletividade e justiça social. Ao relacionarem essas propostas aos Direitos Humanos já existentes, os estudantes perceberam como as desigualdades ainda persistem e como é necessário lutar por sua efetiva aplicação. Como apontam Candau e Sacavino (2000), a educação em Direitos Humanos deve promover um pensamento crítico e uma postura ativa dos estudantes frente às injustiças sociais, o que ficou evidente nesta oficina.

A atividade "Novo Planeta" demonstrou que os estudantes possuem uma percepção crítica sobre as injustiças que enfrentam e um forte desejo de mudança, as propostas apresentadas reforçam a urgência de um mundo mais justo, no qual o gênero não determine as oportunidades e a qualidade de vida dos indivíduos. A oficina, ao estimular essa reflexão, cumpriu seu papel não apenas de instruir sobre Direitos Humanos, mas de incentivar uma postura ativa na construção de uma sociedade mais

igualitária e democrática.

A reflexão gerada pelos relatos evidencia o impacto profundo da violação de direitos nas vidas dos indivíduos e reforça a necessidade de uma educação que forme cidadãos críticos, conscientes de seus direitos e deveres, como defendido por Kuenzer (2000), que discute as políticas do Estado neoliberal e a necessidade de resistir a um sistema que marginaliza as camadas mais vulneráveis da sociedade.

Em suma, a oficina revelou que as vivências de desrespeito aos Direitos Humanos não são apenas relatos de injustiça social, mas também um convite à reflexão sobre a educação como ferramenta de transformação. Transformação que deve ser pautada na construção de uma sociedade mais justa, solidária e igualitária, onde os direitos de todos, especialmente das minorias, sejam efetivamente garantidos.

Ao final da oficina, ficou evidente a relevância de discutir Direitos Humanos desde os primeiros anos dos cursos, permitindo que os estudantes compreendam seu papel como cidadãos e agentes de transformação social. A atividade atingiu seu propósito ao sensibilizar os participantes sobre a importância do trabalho digno e da igualdade de oportunidades na construção de uma sociedade mais justa.

Por fim, a oficina foi encerrada com uma breve reflexão sobre o impacto da discussão na percepção dos estudantes. Eles foram incentivados a aplicar o conhecimento adquirido em seu cotidiano e a compreender sua responsabilidade na construção de uma sociedade mais justa. A avaliação da oficina foi realizada por meio de um formulário digital, fornecido por QR Code, permitindo aos participantes expressarem suas percepções sobre o conteúdo e a metodologia aplicada.

A experiência demonstrou ser um espaço significativo de aprendizado, onde os estudantes puderam relacionar conceitos teóricos a suas realidades e fortalecer sua consciência cidadã. A abordagem dinâmica e interativa favoreceu a participação ativa e o engajamento, consolidando a importância do debate sobre os Direitos Humanos no ambiente escolar.

Após a elaboração e aplicação da oficina, foi realizada a avaliação do produto para garantir que ele estava em conformidade com os objetivos propostos. De acordo com Rizzatti *et al.* (2020), a validação consiste na identificação de evidências que permitam avaliar a adequação e a interpretação de resultados do produto, através de critérios previamente recomendados. O autor ainda destaca que essa validação pode ser realizada por meio de instrumentos qualitativos e/ou quantitativos, como grupos

focais, narrativas, pesquisas de opinião e juízes especialistas, entre outros. A avaliação foi feita por meio de pesquisa de opinião usando um formulário eletrônico do *Google Forms* entre os participantes da oficina.

5.1 AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O desenvolvimento do produto educacional teve como princípios os conceitos apresentados por Kaplún (2003) e, em vista disso, seguem os termos apresentados no eixo pedagógico e no eixo comunicacional. Considerando os objetivos desta dissertação, o referido produto educacional foi avaliado pelos estudantes participantes da oficina, o link para a avaliação foi disponibilizado através de QR Code ao final das atividades. Posto isto, a avaliação foi disponibilizada para 30 estudantes e houve um retorno avaliativo de 16 participantes.

Com relação ao eixo pedagógico, esse buscou avaliar o direcionamento do produto educacional. As respostas demonstraram que todos os participantes foram positivos avaliando o eixo pedagógico. A seguir, é possível analisar as perguntas e respostas obtidas nesse eixo.

Tabela 2 - Avaliação do eixo pedagógico na oficina

EIXO PEDAGÓGICO			
QUESTÃO	ATENDE	ATENDE PARCIALMENTE	NÃO ATENDE
A oficina contribui para o reconhecimento da importância dos temas apresentados?	16	0	0
As informações apresentadas na oficina, auxiliam na compreensão sobre Direitos Humanos?	16	0	0
A oficina	16	0	0

auxilia na ampliação de seu conhecimento sobre os assuntos abordados?			
--	--	--	--

Fonte: elaborado pela autora.

No eixo comunicacional, as questões para avaliar a construção do guia de orientação consideraram linguagem, informações e dinâmica desenvolvidas. Sendo assim, também se obteve respostas positivas dos participantes nesse quesito. A seguir, é possível verificar as perguntas e respostas obtidas nesse eixo.

Tabela 3 - Avaliação do eixo comunicacional na oficina

EIXO COMUNICACIONAL			
QUESTÃO	ATENDE	ATENDE PARCIALMENTE	NÃO ATENDE
Os textos e atividades selecionadas, facilitam o entendimento dos assuntos que estão sendo tratados?	16	0	0
A linguagem utilizada para se comunicar e a quantidade de informações facilitaram o entendimento sobre os assuntos abordados?	16	0	0
A oficina apresenta	15	1	0

contribuição para a divulgação dos Direitos Humanos			
--	--	--	--

Fonte: elaborado pela autora.

Por fim, na última questão, deixamos uma abertura para que os participantes pudessem contribuir para melhorias que acreditam ser relevantes sobre o produto educacional. Portanto, a seguir é possível verificar a questão e as respostas obtidas.

Quadro 6 - Avaliação da questão aberta sobre a oficina

QUESTÃO ABERTA
Gostaria de deixar alguma contribuição para melhorar a oficina?
É um assunto que não é abordado com frequência e é bem necessário
Muito didática
Aprofundar os Direitos da mulher

Fonte: elaborado pela autora.

Em conclusão, após a avaliação do produto, acreditamos que esta oficina poderá servir como um material de apoio para ampliar os conhecimentos sobre Direito Humanos, bem como um espaço para o debate crítico sobre o tema, ampliando as práticas pedagógicas voltadas aos Direitos Humanos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar os conhecimentos acerca de Direitos Humanos na vida acadêmica e na formação omnilateral dos estudantes dos cursos de ensino médio integrado do IFSul Câmpus Camaquã, observando tanto a estrutura pedagógica e curricular dos cursos quanto as experiências e reflexões dos estudantes participantes. A partir da análise dos PPCs e das matrizes curriculares e ementas das disciplinas, constatou-se que, embora os cursos possuam um compromisso formal com a formação omnilateral dos estudantes, a abordagem dos Direitos Humanos ainda é limitada quando comparada ao foco na formação técnica.

Os dados revelam que apenas uma parcela das disciplinas trata explicitamente de temas ligados aos Direitos Humanos: aproximadamente 30,91% no curso de Controle Ambiental, 20% no curso de Automação Industrial e 22,45% no curso de Informática. Apesar da presença de disciplinas comuns a todos os cursos, como Filosofia, Sociologia, História, Geografia, Biologia e Língua Portuguesa, que abordam questões históricas dos Direitos Humanos, a predominância de disciplinas técnicas indica um desequilíbrio entre a formação técnica e a formação crítica e cidadã. Apenas o curso de Controle Ambiental traz, além das disciplinas comuns, outras seis da área técnica que abordam os Direitos Humanos de maneira transversal.

O fato de que as disciplinas mais voltadas à técnica parecem incorporar menos os Direitos Humanos, especialmente nos cursos de Automação e Informática, aponta para a necessidade de uma revisão curricular que integre esses temas essenciais, com vistas a uma formação omnilateral, comprometida com os valores de dignidade humana, justiça e equidade.

A análise da matriz curricular deixa evidente que os Direitos Humanos ainda são abordados de forma limitada no ensino médio integrado, estando mais concentrados nas disciplinas das Ciências Humanas. Por outro lado, os estudantes demonstram uma compreensão do tema e um interesse por questões sociais, o que sugere uma demanda por maior aprofundamento e conexão entre Direitos Humanos e a formação profissional.

Diante da demonstração de que os Direitos Humanos não aparecem de forma significativa nas ementas das disciplinas técnicas, uma estratégia que poderia ser adotada para ampliar essa presença seria uma revisão curricular para garantir que o

tema seja tratado de maneira mais integrada em disciplinas técnicas, especialmente em questões como ética no trabalho, impactos sociais da tecnologia e segurança no ambiente industrial.

Ao comparar as análises dos documentos com as percepções dos estudantes, percebe-se uma complementaridade nas duas abordagens. Os dados extraídos das matrizes curriculares e das ementas das disciplinas mostram que, embora a inclusão explícita dos Direitos Humanos nas grades curriculares seja limitada, existe uma tentativa de integrá-los, especialmente em disciplinas comuns a todos os cursos. No entanto, as percepções dos alunos ampliam e aprofundam essa visão, revelando que a compreensão dos Direitos Humanos não se restringe apenas ao conteúdo formal das disciplinas, mas também se diversifica conforme o curso.

As percepções dos estudantes indicam uma visão diversificada sobre os Direitos Humanos, variando conforme a área de formação. Os estudantes de Automação Industrial, por exemplo, destacam questões individuais como liberdade e limites, refletindo uma perspectiva mais voltada à ética profissional, enquanto os estudantes da Informática enfatizam a proteção social e o acesso a direitos essenciais, refletindo preocupações com a privacidade e o direito à informação.

Os estudantes do curso Técnico em Controle Ambiental parecem ter uma visão mais ampla, abordando os Direitos Humanos não apenas sob o viés da proteção individual, mas também em relação à democracia e à equidade e questionando a meritocracia. Eles refletem mais profundamente sobre as implicações coletivas dos Direitos Humanos, considerando-os não apenas como um conjunto de direitos individuais, mas como um princípio de justiça social.

Ao observarmos que o curso de Controle Ambiental tem mais porcentagem em disciplinas com o tema Direitos Humanos, as entrevistas colocaram em prática o que vimos na teoria, pois esses estudantes possuem uma abordagem curricular mais ampla sobre os Direitos Humanos e também possuem uma visão ainda mais integral, incorporando princípios de equidade, democracia e justiça social. Portanto, enquanto a análise dos documentos indica um reconhecimento institucional dos Direitos Humanos de forma pontual, a visão dos alunos, por sua vez, traz à tona uma compreensão mais rica e multifacetada, que leva em consideração o impacto dessas questões nas diversas dimensões da vida humana.

Outro aspecto relevante é o interesse demonstrado por temas específicos

dentro dos Direitos Humanos, como segurança pública, segurança no trabalho e direitos trabalhistas. A ênfase na segurança por parte dos estudantes da Automação Industrial pode refletir a preocupação com o ambiente profissional na indústria, enquanto os alunos da Informática e do Controle Ambiental demonstraram maior interesse por questões de equidade no trabalho e proteção social.

O que foi constatado nas entrevistas com os estudantes também se refletiu na oficina, onde depoimentos emocionantes trouxeram à tona a percepção de exclusão social e a falta de reconhecimento dos trabalhadores. Durante a oficina, os estudantes compartilharam relatos comoventes sobre as dificuldades enfrentadas por suas famílias no contexto do trabalho, questionando como suas trajetórias poderiam ter sido diferentes se os direitos trabalhistas de seus familiares tivessem sido respeitados.

Esses depoimentos não apenas reforçaram as análises anteriores, mas também evidenciam uma compreensão sobre a relação entre os Direitos Humanos e a realidade social que vivenciam, revelando uma consciência crítica sobre a importância da garantia de direitos para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A emoção e a reflexão presentes nas falas dos estudantes destacaram a relevância do tema e como a falta de reconhecimento e a exclusão social afetam diretamente suas vidas e perspectivas futuras.

A existência de políticas institucionais voltadas à formação omnilateral, ao apoio estudantil e à inclusão e acessibilidade demonstra um avanço na promoção dos Direitos Humanos dentro da instituição, mas os relatos dos estudantes evidenciam desafios na concretização desses direitos. Além disso, percebe-se uma carência de temas relacionados aos Direitos Humanos no currículo, bem como a necessidade de uma maior integração entre as disciplinas técnicas e propedêuticas para que esses temas sejam abordados de maneira transversal e significativa.

As atividades realizadas nesta pesquisa demonstraram que os estudantes possuem uma consciência crítica e reconhecem a necessidade de transformações para garantir um acesso mais igualitário a direitos fundamentais, reforçando a importância de um ensino que articule conhecimentos técnicos e formação cidadã. O conceito de educação vai além da simples preparação para o futuro, pois se constitui como um processo contínuo e essencial à vida.

Além disso, a educação tem o poder de transformar as pessoas, que, por sua vez, serão agentes de mudança na sociedade. Nesse sentido, não se trata de uma

hierarquia de conhecimento, mas do reconhecimento de que existem diferentes formas de saber, todas com seu próprio valor e importância. Educar para formar sujeitos de direito, educar para o favorecimento dos processos de empoderamento de sujeitos e populações marginalizadas e educar para o nunca mais (Candau, 2008).

Algumas soluções poderiam ser colocadas em prática para fortalecer o ensino de Direitos Humanos e a formação omnilateral dos estudantes, como incentivar abordagens que relacionem os Direitos Humanos com as áreas técnicas. Por exemplo, na Automação Industrial, discutir segurança no trabalho como um direito fundamental; na Informática, abordar privacidade de dados e ética na tecnologia; no Controle Ambiental, relacionar sustentabilidade com justiça social também seria bem-vindo.

Outras propostas envolvem a criação de projetos ou oficinas temáticas dentro dos cursos técnicos integrados, promovendo debates sobre Direitos Humanos, de forma mais aplicada ao mundo profissional. Além disso, também destacamos a capacitação docente para que os professores das disciplinas técnicas possam inserir discussões sobre Direitos Humanos dentro dos conteúdos já trabalhados.

Diante da relevância dos Direitos Humanos na formação cidadã e na construção de uma sociedade mais justa, é fundamental que essa temática esteja cada vez mais presente na educação profissional e tecnológica. As prioridades e os eixos estratégicos da educação e cultura para os Direitos Humanos são traduzidos em experiências individuais e coletivas, moldadas pelo respeito pelos outros, tolerância, solidariedade e compromisso de se opor a todas as formas de discriminação, opressão e violência como centro da consciência. É esse o caminho para formar pessoas capazes de construir novos valores, fundados no respeito à dignidade humana, bem como no reconhecimento das diferenças como elemento de construção da justiça, explorando uma abordagem de educação omnilateral.

A pesquisa evidenciou a necessidade de ampliar o debate sobre os Direitos Humanos no currículo, promovendo uma formação crítica e omnilateral dos estudantes. Espera-se que este trabalho contribua para fortalecer essa discussão no âmbito educacional, incentivando práticas pedagógicas que garantam o acesso ao conhecimento e a vivência dos direitos fundamentais. Assim, reafirma-se o compromisso com uma educação que transforme realidades e prepare cidadãos conscientes de seu papel na sociedade.

Reafirmar o compromisso com uma educação que transforme realidades

significa reconhecer o papel fundamental da educação na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A escola, especialmente na educação profissional e tecnológica, deve ir além da mera transmissão de conhecimentos técnicos e científicos, incorporando uma formação crítica que permita aos estudantes compreenderem sua realidade e atuarem para transformá-la.

Nesse sentido, preparar cidadãos conscientes de seu papel na sociedade envolve promover uma educação que estimule o pensamento autônomo, a participação ativa e o compromisso com os valores democráticos e os Direitos Humanos. Uma formação que não apenas capacite para o mundo do trabalho, mas que também desenvolva sujeitos capazes de questionar desigualdades, reconhecer suas responsabilidades coletivas e contribuir para a construção de um futuro mais digno para todos. Assim, a educação torna-se um instrumento que contribui para a emancipação e o fortalecimento da cidadania, permitindo que cada indivíduo atue de maneira crítica e ética em seu meio social.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, J. R. B. **A educação em direitos humanos no ensino médio integrado: um estudo a partir do trabalho dos docentes de humanas em quatro campi do Instituto Federal de Santa Catarina**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2019. 93p.
- ARAUJO, F.; AQUINO, J. **Direitos humanos na sala de aula: a ética como tema transversal**. São Paulo: Moderna, 2001.
- ARENDT, H. **The Human Condition**. Chicago: University of Chicago Press, 1958.
- BARREIRO, G. S. de S.; FARIA, G. N.; SANTOS, R. N. V. Educação em Direitos Humanos: uma tarefa possível e necessária. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 2, n. 1, p. 58-77, jan./jun. 2011.
- BATISTA, J. H. de M. **Educação em direitos humanos em Escolas Integrais Cidadãs de ensino médio de João Pessoa: aproximações e deslocamentos**. 2022. 115 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) - Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.
- BENEVIDES, M. V. **Educação em Direitos Humanos: de que se trata?** Palestra de abertura do Seminário de Educação em Direitos Humanos em São Paulo. In: *Convenit Internacional*, n. 6, Ed. Mandruvá. Disponível em: <http://www.hottopos.com/convenit6/victoria.htm>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- BITTAR, E. C. B. O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos do Brasil: um cenário obscuro de implementação. **Latin American Human Rights Studies**, v. 1, 2021.
- BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Editora Campus. Rio de Janeiro, 1992.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Casa Civil, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério da Educação, 1996.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Ed. rev. Brasília: SEDH/PR, 2010.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Texto Orientador para a elaboração das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Ministério da Educação, 2011.
- BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de

Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 05 nov. 2023.

CANDAU, V. M. **Oficinas Pedagógicas de Direitos Humanos**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CANDAU, V. M. F. Educação em Direitos Humanos: desafios atuais. In: SILVEIRA, R. M. G. (Ed.). **Educação em Direitos Humanos**: Fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

CANDAU, V. M. Educação em direitos humanos e formação de professores. In: SACAVINO, S.; CANDAU, V. M. (Org.). **Educação em direitos humanos**: temas, questões e propostas. Rio de Janeiro: DP et Alli Editora, 2008. p. 73-92.

CANDAU, V. M. (Org.). **Educação em direitos humanos**: temas, questões e propostas. Petrópolis: DP et Alli Editora, 2008.

CANDAU, V. M.; PAULO, I.; ANDRADE, M.; LUCINDA, M. C.; SACAVINO, S.; AMORIM, V. **Educação em Direitos Humanos e Formação de Professores (as)**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

CANDAU, V. M.; SACAVINO, S. (Org.). **Educar em direitos humanos**: construindo democracia. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CANDAU, V. M. F.; SACAVINO, S. B. Educação em direitos humanos e formação de educadores. **Educação**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 59-66, jan./abr.2013.

CIAVATTA, M. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, p. 187-205, 2014.

ESCOSTEGUY FILHO, J. C.; SALGADO, S. D. C.; XAVIER, A. C.; LIMA, V. C. O processo de construção de uma pós graduação em Educação em direitos humanos dentro da rede IF. In: PASSOS, P.; MULICO, L. (org.). **Educação e Direitos Humanos na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. v. 6, João Pessoa: Editora do IFPB, 2019. p. 75-110. Disponível em: <https://amajari.ifrr.edu.br/midia/livro/educacao-e-direitos-humanos-na-rede-federal-de-educacaoprofissional-e-tecnologica>. Acesso em: 30 set. 2023.

FEIJÓ, J. P. **EPT NO ENSINO MÉDIO**: INSTITUTOS FEDERAIS E ESCOLA UNITÁRIA. 2022. 120 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

FERREIRA, M. R. A. **Escola é lugar de direitos humanos**: estratégias para a formação docente na Educação Profissional e Tecnológica. 2020. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal do Maranhão, São Luís, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. 3.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo:Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo:Atlas, 2008.

GORCZEWSKI, C.; KONRAD, L. R. A educação e o plano nacional de educação em direitos humanos: efetivando os direitos fundamentais no Brasil. **Revista do Direito UNISC**, Santa Cruz do Sul, n. 39, p. 18-42, 2013.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 5a edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

HORTA, M. M. R. Educar em direitos humanos: compromisso com a vida. *In*: CANDAU, V. M.; SACAVINO, S. (Org.). **Educar em direitos humanos**: construir democracia. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 125-139.

IFSUL. **Conheça o IFSUL**. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/conheca-o-ifsul>. Acesso em: 05 nov. 2023.

IFSUL. **Instituto**. Disponível em: <https://www.ifsul.edu.br/instituto>. Acesso em 05 nov. 2023.

KAPLÚN, G. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação& Educação**, n. 27, p. 46-60, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491>. Acesso em: 30 nov. 2023.

KUENZER, A. **Ensino médio e profissional**: as políticas do Estado Neoliberal. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política – Livro I**: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento científico**: pesquisa qualitativa em saúde. 2a edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH). **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; UNESCO, 2006.

MONTEIRO, A. **A educação em direitos humanos no Brasil**. Duque de Caxias,

2005.

MORAES, R. Avalanches reconstrutivas: movimentos dialéticos e hermenêuticos de transformação no envolvimento com a análise textual discursiva. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 8, n. 19, p. 595–609, 2020. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/372/257>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MORAIS, R.; GALIAZZI, M. C. Análise Textual Discursiva: Processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, v.12, n. 1, p. 117-128. 2006.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise Textual Discursiva**. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2016. 264 p. (Coleção Educação em Ciências).

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 158, jul.-dez. 2014.

OLIVEIRA, J. P. G.; RODRIGUES, D. S.; SILVA, J. B. C.; **Jovens, Ensino Médio e Educação Profissional**. São Paulo: Papyrus, 2012.

OLIVEIRA, T. F. Institutos Federais: entre o excesso de passado e a incerteza do futuro. **Vértices** (Campos dos Goitacazes), v. 25, n. 3, 2023 e25320710. DOI: <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v25n32023.20710>.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 8 ago. 2023.

PROFEPT. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. **Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica**. Vitória: Ifes, 2019. Disponível em: <https://profept.ifes.edu.br/regulamentoprofept>. Acesso em: 05 abr. 2023.

RAMOS, E. L. **Um olhar dos docentes e das docentes do Instituto Federal do Paraná campus Curitiba**. 2023. 93p. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.

RAMOS, M. N. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. 2007. Disponível em: <https://docplayer.com.br/7108526-Concepcao-do-ensinomedio-integrado-marise-ramos.html>. Acesso em: 30 set. 2023.

RIZZATTI, I. M.; MENDONÇA, A. P.; MATTOS, F.; RÔÇAS, G.; SILVA, M. A. B. V.; CAVALCANTI, J. S.; OLIVEIRA, R. R. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **Actio: Docência em Ciências**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/12657>. Acesso em: 07 dez. 2023.

RÔÇAS, G.; MOREIRA, M. C. A.; PEREIRA, M. V. “Esquece tudo o que te disse”: os mestrados profissionais da área de ensino e o que esperar de um doutorado profissional. **Revista ENCITEC**, v. 8, n. 1, p.5974, 2018. Disponível em: <http://srvapp2s.urisan.tche.br/seer/index.php/encitec/article/view/2624>. Acesso em: 07 dez. 2023.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, São Leopoldo, RS, Ano 1, n. 1, 2009.

SACAVINO, S. Educação em direitos humanos e democracia. In: CANDAU, V. M.; SACAVINO, S. (Orgs.). **Educar em direitos humanos**: construir democracia. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 36-48.

SACAVINO, S. B. Educação descolonizadora e interculturalidade: notas para educadoras e educadores. In: CANDAU, V. M. (org.). **Interculturalizar, descolonizar, democratizar**: uma educação “outra”? Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

SADER, E. Contexto histórico e educação em direitos humanos no Brasil: da ditadura à atualidade. In: SILVEIRA, R. M. G. (Org.). **Educação em Direitos Humanos**: Fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 75- 83.

SANTOS, B. S.; MARTINS, B. S. **O pluriverso dos direitos humanos**: a diversidade das lutas pela dignidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, R. G. **Direitos humanos e sociabilidade no Ensino Médio**: diálogos transversais e tecnológicos. 2019. 129 f. Dissertação/tese (Mestrado/Doutorado em [nome do curso]) – Universidade [nome], Rio Pomba, 2019.

SAVIANI, D. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, 1989.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**: polêmicas do nosso tempo. 32ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 41. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

SENNETT, R. **A Cultura do Novo Capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, A. R.; MARCELINO, V. S. (Org.). **Análise Textual Discursiva (ATD)**: teoria na prática. Campos dos Goytacazes, RJ: Encontrografia Editora, 2022. Recurso online (294 p.). E-book. Disponível em: <https://encontrografia.com/analise-textual-discursiva-atd-teoria-na-pratica/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

SOUSA JR., J. Sociabilidade e Educação em Marx. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da UFC, Fortaleza, 1994.

SOUSA JR., J. Politecnia e omnilateralidade em Marx. **Trabalho e Educação**:

Revista do NETE. Belo Horizonte, n. 5, p. 98-114, jan/jul., 1999.

TEIXEIRA, A. **Educação é um direito.** 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

ZENAIDE, M. N. T. Linha do tempo da educação em direitos humanos na América Latina. *In*: RODINO, A.; TOSI, G.; FERNANDEZ M. B.; ZENAIDE, M. N. (Orgs.). **Cultura e educação em direitos humanos na América Latina.** João Pessoa: UFPB, 2014.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – PAIS OU RESPONSÁVEIS (TCLE)



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

Pesquisadora: Juliane Laguna das Neves

Orientadora Responsável: Profª Dra Renata Porcher Scherer

Endereço: Rua Quinze de novembro, nº 551, Bairro: Olaria, Camaquã/RS

Fone: (51) 99730-4271

E-mail: jlagunax@gmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PAIS OU RESPONSÁVEIS

Venho por meio deste, convidar o menor de idade pelo qual o(a) senhor(a) é responsável a participar da pesquisa: **“O ENSINO DE DIREITOS HUMANOS E A FORMAÇÃO OMNILATERAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DOS ESTUDANTES DO IFSul CÂMPUS CAMAQUÃ”**. Esta pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - Mestrado. O objetivo desta pesquisa é **analisar os conhecimentos acerca de Direitos Humanos na vida acadêmica e na formação omnilateral dos estudantes dos cursos de Ensino Médio Integrado do IFSul Câmpus Camaquã**.

Para realizar a pesquisa serão realizadas entrevistas com 6 (seis) alunos dos 3º e 4º anos dos 3 cursos integrados do IFSul Câmpus Camaquã, sendo 2 estudantes do curso Técnico em Automação Industrial, 2 estudantes do curso Técnico em Informática e 2 estudantes do curso Técnico em Controle Ambiental. Como resultado

dessa pesquisa, será desenvolvido um produto educacional que será pensado de modo a contribuir com uma formação omnilateral, dando enfoque às questões sobre Direitos Humanos nas quais eles demonstraram maior incompreensão. A ideia também é fazer uma introdução sobre onde estão inseridos os Direitos Humanos no mundo do trabalho.

Para participar desta pesquisa, a participação é voluntária e o(a) participante não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Será esclarecido(a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e terá total liberdade para participar ou recusar-se a participar da pesquisa. Além disso, poderá retirar seu consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento, sem sofrer qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pela pesquisadora. Bem como, a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pela pesquisadora.

Não haverá **riscos** maiores na participação nesta pesquisa. No entanto, caso você sinta qualquer forma de desconforto ou mal-estar relacionado à rememoração de experiências passadas, será acompanhado pela pesquisadora ao setor de apoio ao ensino do Câmpus Camaquã onde deverá ser acolhido pela Psicopedagoga, sendo garantida a possibilidade de parar sua participação no estudo em qualquer momento.

Em relação aos benefícios de participar desta pesquisa, ela será registrada separadamente por mim como servidora técnica-administrativa como projeto de ensino, gerando certificado e horas complementares, que enriqueceram seus currículos. Os participantes também receberão o produto educacional final desta pesquisa que ampliará seus conhecimentos sobre o tema.

A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo total. Serão mantidos todos os preceitos ético-legais durante e após o término da pesquisa, de acordo com a Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O nome do maior de idade pelo qual o(a) senhor(a) é responsável ou o material que indique sua participação não será liberado em hipótese alguma.

Ele não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora responsável e a outra será fornecida a você.

Enfim, tendo sido orientado(a) quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em deixar meu/minha filho(a) participar se assim o desejar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, pela participação dele. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de deixar meu/minha filho(a) participar se assim o desejar.

Eu, _____,
portador (a) do documento de Identidade ou CPF _____

fui informado (a) dos objetivos do estudo **“O ENSINO DE DIREITOS HUMANOS E A FORMAÇÃO OMNILATERAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DOS ESTUDANTES DO IFSul CÂMPUS CAMAQUÃ”**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Declaro que concordo em deixar meu/minha filho(a) participar se assim o desejar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Autorizo _____, portador (a) do documento de Identidade ou CPF _____ a participar da referida pesquisa. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____, _____ de _____ de _____.
(Cidade) (dia) (mês) (ano)

Assinatura do(a) responsável e data

Assinatura da pesquisadora e data

Pesquisador (a) responsável: **Juliane Laguna das**

Neves

Email: ilagunax@gmail.com Telefone: (51) 99730-4271

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

*MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL

IFSul – Câmpus Charqueadas

Rua: General Balbão, 81, Centro,
Charqueadas/RSCEP: 96745-000

E-mail: profeptifsul@gmail.com

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE**

Pesquisadora: Juliane Laguna das Neves

Orientadora Responsável: Prof^a Dr^a Renata Porcher Scherer

Endereço: Rua Quinze de novembro, nº 551, Bairro: Olaria, Camaquã/RS

Fone: (51) 99730-4271

E-mail: jlagunax@gmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Senhor(a)

Você está sendo convidado(a) como **voluntário(a)** a participar da pesquisa: **“O ENSINO DE DIREITOS HUMANOS E A FORMAÇÃO OMNILATERAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DOS ESTUDANTES DO IFSul CÂMPUS CAMAQUÃ”**. Esta pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - Mestrado. O objetivo desta pesquisa é **analisar os conhecimentos acerca de Direitos Humanos na vida acadêmica e na formação omnilateral dos estudantes dos cursos de Ensino Médio Integrado do IFSul Câmpus Camaquã**.

Para realizar a pesquisa serão realizadas entrevistas com 6 (seis) alunos dos 3º e 4º anos dos 3 cursos integrados do IFSul Câmpus Camaquã, sendo 2 estudantes do

curso Técnico em Automação Industrial, 2 estudantes do curso Técnico em Informática e 2 estudantes do curso Técnico em Controle Ambiental. Como resultado dessa pesquisa, será desenvolvido um produto educacional que será pensado de modo a contribuir com uma formação omnilateral, dando enfoque às questões sobre Direitos Humanos nas quais eles demonstraram maior incompreensão. A ideia também é fazer uma introdução sobre onde estão inseridos os Direitos Humanos no mundo do trabalho.

Sua participação neste estudo é voluntária, e você não terá nenhum **custo** nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e terá total liberdade para participar ou recusar-se a participar da pesquisa. Além disso, poderá retirar seu consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento, sem sofrer qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pela pesquisadora. Bem como, a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pela pesquisadora.

Não haverá **riscos** maiores na participação nesta pesquisa. No entanto, caso você sinta qualquer forma de desconforto ou mal-estar relacionado à rememoração de experiências passadas, será acompanhado pela pesquisadora ao setor de apoio ao ensino do Câmpus Camaquã onde deverá ser acolhido pela Psicopedagoga, sendo garantida a possibilidade de parar sua participação no estudo em qualquer momento.

Em relação aos benefícios de participar desta pesquisa, ela será registrada separadamente por mim como servidora técnica-administrativa como projeto de ensino, gerando certificado e horas complementares, que enriqueceram seus currículos. Os participantes também receberão o produto educacional final desta pesquisa que ampliará seus conhecimentos sobre o tema.

A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo total. Serão mantidos todos os preceitos ético-legais durante e após o término da pesquisa, de acordo com a Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado em hipótese alguma.

Você não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste

estudo.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora responsável e a outra será fornecida a você.

Enfim, tendo sido orientado(a) quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim desejar.

Eu, _____, portador(a) do documento de Identidade ou CPF _____ fui informado (a) dos objetivos do estudo **“O ENSINO DE DIREITOS HUMANOS E A FORMAÇÃO OMNILATERAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DOS ESTUDANTES DO IFSul CÂMPUS CAMAQUÃ”**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____, _____ de _____ de _____.
(Cidade) (dia) (mês) (ano)

Assinatura do(a) participante e data

Assinatura da pesquisadora e data

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

*MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
EM REDE NACIONAL

IFSul – Câmpus Charqueadas

Rua: General Balbão, 81, Centro,
Charqueadas/RS CEP: 96745-000

E-mail: profeptifsul@gmail.com

APÊNDICE C – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO MENORES DE IDADE (TALE)



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

Pesquisadora: Juliane Laguna das Neves

Orientadora Responsável: Prof^a Dr^a Renata Porcher Scherer

Endereço: Rua Quinze de novembro, nº 551, Bairro: Olaria, Camaquã/RS

Fone: (51) 99730-4271

E-mail: jlagunax@gmail.com

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO MENORES DE IDADE

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: **“O ENSINO DE DIREITOS HUMANOS E A FORMAÇÃO OMNILATERAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DOS ESTUDANTES DO IFSul CÂMPUS CAMAQUÃ”**. Esta pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - Mestrado. O objetivo desta pesquisa é **analisar os conhecimentos acerca de Direitos Humanos na vida acadêmica e na formação omnilateral dos estudantes dos cursos de Ensino Médio Integrado do IFSul Câmpus Camaquã**.

Para realizar a pesquisa serão realizadas entrevistas com 6 (seis) alunos dos 3º e 4º anos dos 3 cursos integrados do IFSul Câmpus Camaquã, sendo 2 estudantes do curso Técnico em Automação Industrial, 2 estudantes do curso Técnico em Informática e 2 estudantes do curso Técnico em Controle Ambiental. Como resultado dessa pesquisa será desenvolvido um produto educacional que será pensado de modo

a contribuir com uma formação omnilateral, dando enfoque às questões sobre Direitos Humanos nas quais eles demonstraram maior incompreensão. A ideia também é fazer uma introdução sobre onde estão inseridos os Direitos Humanos no mundo do trabalho.

Para participar desta pesquisa, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Sua participação é voluntária e você não terá nenhum **custo** nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e terá total liberdade para participar ou recusar-se a participar da pesquisa. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento, sem sofrer qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pela pesquisadora. Você poderá retirar seu assentimento ou interromper a participação a qualquer momento.

Não haverá **riscos** maiores na participação nesta pesquisa. No entanto, caso você sinta qualquer forma de desconforto ou mal-estar relacionado à rememoração de experiências passadas, será acompanhado pela pesquisadora ao setor de apoio ao ensino do Câmpus Camaquã onde deverá ser acolhido pela Psicopedagoga, sendo garantida a possibilidade de parar sua participação no estudo em qualquer momento.

Em relação aos benefícios de participar desta pesquisa, ela será registrada separadamente por mim como servidora técnica-administrativa como projeto de ensino, gerando certificado e horas complementares que enriqueceram seus currículos. Os participantes também receberão o produto educacional final desta pesquisa que ampliará seus conhecimentos sobre o tema.

A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo total. Serão mantidos todos os preceitos ético-legais durante e após o término da pesquisa, de acordo com a Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado em hipótese alguma.

Você não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Eu, _____,
portador (a) do documento de Identidade ou CPF _____ fui

informado (a) dos objetivos do estudo **“O ENSINO DE DIREITOS HUMANOS E A FORMAÇÃO OMNILATERAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DOS ESTUDANTES DO IFSul CÂMPUS CAMAQUÃ”**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Caso eu queira desistir, isso será possível a qualquer momento, sem problemas. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar dessa pesquisa. Recebi o termo de assentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

_____, _____ de _____ de _____.
 (Cidade) (dia) (mês) (ano)

 Assinatura do(a) menor e data

 Assinatura da pesquisadora e data

Pesquisador (a) responsável: **Juliane Laguna das Neves**
 Email: jlagunax@gmail.com Telefone: **(51) 99730-4271**

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

***MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL**

IFSul – Câmpus Charqueadas

Rua: General Balbão, 81, Centro,
 Charqueadas/RS CEP: 96745-000

E-mail: profeptifsul@gmail.com